



**Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido**

TIESE RODRIGUES TEIXEIRA JÚNIOR

**A PECUARIZAÇÃO E O SENTIDO PRÁTICO DOS AGRICULTORES
FAMILIARES NA AMAZÔNIA: O CASO DA REGIÃO DE MARABÁ, PARÁ**

Belém - Pará

2019

TIESE RODRIGUES TEIXEIRA JÚNIOR

**A PECUARIZAÇÃO E O SENTIDO PRÁTICO DOS AGRICULTORES
FAMILIARES NA AMAZÔNIA: O CASO DA REGIÃO DE MARABÁ, PARÁ**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro.

Belém - Pará

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

T266p Teixeira Júnior, Tiese Rodrigues
A PECUARIZAÇÃO E O SENTIDO PRÁTICO DOS
AGRICULTORES FAMILIARES NA AMAZÔNIA: O caso da
região de Marabá (PA) / Tiese Rodrigues Teixeira Júnior. —
2019.
143 f. : il. color

Orientador(a): Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro
Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos
Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Agricultura Familiar. 2. Pecuarização. 3. Amazônia. 4.
Marabá. I. Título.

CDD 301.09811

TIESE RODRIGUES TEIXEIRA JÚNIOR

**A PECUARIZAÇÃO E O SENTIDO PRÁTICO DOS AGRICULTORES
FAMILIARES NA AMAZÔNIA: O CASO DA REGIÃO DE MARABÁ, PARÁ**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental.

Linha de Pesquisa: Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovado em: 29/08/2019

Banca Examinadora

Prof.º Dr. Maurílio de Abreu Monteiro
Orientador – Presidente / PPGPAM – Unifesspa

Prof.ª Dr.ª Edna Maria Ramos de Castro
Examinadora Interna / NAEA – UFPA

Prof.º Dr. Francisco de Assis Costa
Examinador Interno / NAEA – UFPA

Prof.º Dr. Marcelo Domingos Sampaio Carneiro
Examinador Externo / PPGCSoc – UFMA

Prof.º Dr. Rafael Gonçalves Gumiero
Examinador Externo / PPGPAM – Unifesspa

Suplentes:

Prof.º Dr. Armin Mathis
Examinador Interno / NAEA – UFPA

Prof.º Dr. Giliad de Souza Silva
Examinador Externo / PPGPAM – Unifesspa

À memória de meu pai, Tiese Rodrigues Teixeira.

AGRADECIMENTOS

Só caminho no coletivo, e na realização desta tese não foi diferente. Por esta razão, agradeço as pessoas que me ajudaram nesta caminhada: ao professor Dr. Maurílio de Abreu Monteiro, por orientar a minuciosa construção desta tese, tendo paciência com minhas limitações de pesquisador iniciante; ao Professor Dr. Carlos Renato Lisboa Francês; às professoras Dr.^a Edma Moreira e Dr.^a Célia Congilio, estas, do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, PDTSA, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Unifesspa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que, no âmbito do programa Pró-Amazônia: biodiversidade e sustentabilidade, me proporcionou a oportunidade de integrar o projeto intitulado “Desenvolvimento de competências e formação de recursos humanos em áreas degradadas em projetos de assentamento em áreas amazônicas” com concessão de bolsa, ressaltando que, sem ela, esta tarefa seria mais difícil.

Aos agricultores e às agricultoras familiares da região de Marabá (PA), com quem convivi durante a pesquisa, minha gratidão por seus afetos, aprendizados e solidariedades.

Aos professores, professoras e colegas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, da Universidade Federal do Pará, turma de 2015.

Aos professores Fernando Michelotti e Rodrigo Muniz, da Unifesspa, com quem tanto aprendi nas pesquisas de campo.

À Ivana Guedes e Dinair Leal da Costa, por toda a compreensão e incentivo, nas horas em que mais precisei.

À poesia e a música de Chico Buarque, que trouxe leveza, nos dias mais pesados.

À Ana Claudia Figueiredo, Regiane Paracampos e Valéria Picanço por toda a ajuda, traduzida também em carinho, que cito aqui, como representantes das inúmeras pessoas que colaboraram nesta jornada. Toda a gratidão a VOCÊS!

RESUMO

Reconhecendo que a agricultura familiar tem estatuto e dinâmicas conceituais próprias e tendo por base o tratamento de dados dos Censos Agropecuários de 1995-1996 e 2006 e do Cadastro Ambiental Rural de 2016, a tese demonstra que, entre 1985 e 2016, no agrário da região de Marabá houve relativa estabilidade tanto na concentração fundiária quanto na dimensão da agricultura familiar; e que a principal mudança foi a de que a produção da pecuária vinculada diretamente à agricultura familiar, saltou de 18% para 24,39% do valor regionalmente produzido; o valor bruto da produção da pecuária que representava 37% do valor total da produção da agricultura familiar atingiu 67% do valor deste segmento; o percentual do número de estabelecimentos da agricultura familiar que desenvolvia pecuária passou de 31% para 83%; e a área nos estabelecimentos da agricultura familiar destinada à pecuária, mais que duplicou, deslocou-se de 41% para 87% da área nos estabelecimentos da agricultura familiar da região. A realização de pesquisa de campo, norteadas por leituras das redes de laços sociossimbólicos, indica que estas manifestações objetivadas do processo de pecuarização da agricultura familiar na região não resulta nem de ações dos agricultores familiares baseadas em um cálculo das chances e dos ganhos, nem ações com posição explícita de finalidades, nem cálculo racional de meios, a pecuarização no seio da agricultura familiar resulta, sim, de práticas tomadas como inconscientes refletindo produtos do *habitus* ajustado a um conjunto marcado por um jogo social no qual estes agentes sociais têm respondido com ações práticas voltadas a garantir o sustento cotidiano da família; à redução da penosidade e intensidade do trabalho; à interação com condições físicas herdadas; ao acesso ao crédito bancário; a obter poder de compra e de barganha; e a facilitar a integração mercantil.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Pecuarização, Amazônia, Marabá.

ABSTRACT

Recognizing that family farming has its own status and conceptual dynamics and based on the processing of data from the 1996 and 2006 Agricultural Census and the 2016 Rural Environmental Registry, the thesis shows that between 1985 and 2016, in the Marabá region agrarian there was relative stability in both land concentration and family farming size; and that the main change was that livestock production directly linked to family farming jumped from 18% to 24.39% of the regionally produced value; the gross value of livestock production which represented 37% of the total value of family farming production reached 67% of the value of this segment; the percentage of the number of family farms that developed livestock increased from 31% to 83%; and the area in family farms for cattle ranching more than doubled from 41% to 87% of the area in family farms in the region. Conducting field research, guided by readings of the social-symbolic networks of ties, indicates that these objectified manifestations of the family farming livestock process in the region are neither the result of family farmers' actions based on a calculation of odds and gains, nor actions. With an explicit position of purposes, nor rational calculation of means, cattle raising within family farming is the result of practices that are considered unconscious reflecting products of the habitus adjusted to a set marked by a social game in which these social agents have responded with actions. practices aimed at ensuring the daily living of the family; the reduction of labor hardness and intensity; interaction with inherited physical conditions; access to bank credit; gaining purchasing power and bargaining power; and facilitating market integration.

Keywords: Family farming. Pecuarization. Paraense Amazon.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dimensionamento inicial da área de estudo e das formas manifestas de uso e de apropriação da terra na região de Marabá.	52
Tabela 2: uso e cobertura da terra na região de Marabá em 2014.	56
Tabela 3: Indicadores e classificação da agricultura familiar e patronal para Marabá - 1996.	59
Tabela 4: Indicadores e classificação da agricultura familiar e patronal para Marabá - 2006.	60
Tabela 5: Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1985 - 1996 - 2006).	61
Tabela 6: Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1985 - 1996 - 2006).	62
Tabela 7: Área, número e pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1985, 1996, 2006).	64
Tabela 8: Área, número e pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 - 2006).	65
Tabela 9: Percentuais de área, número e pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 - 2006).	68
Tabela 10: Número de estabelecimentos agropecuários que usam adubos e corretivos, energia elétrica e força animal por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 - 2006).	69
Tabela 11: Valor Bruto da Produção (VBP) por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 - 2006).	70
Tabela 12: Valor da produção por grupos de atividade econômica, de área total e por agricultura familiar e patronal (1996).	72
Tabela 13: Valor da produção por grupos de atividade econômica, de área total e por agricultura familiar e patronal (2006).	73
Tabela 14: Percentual da produção por grupos de atividade econômica, de área total e por agricultura familiar e patronal (1996).	75

Tabela 15: Percentual da produção por grupos de atividade econômica, de área total e por agricultura familiar e patronal (2006).....	76
Tabela 16: Valor da produção de animais de grande porte, por área total e por agricultura familiar e patronal (1996 e 2006) na região de Marabá, estado do Pará.	77
Tabela 17: Valor bruto da produção e de animais de grande porte por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996-2006).....	79
Tabela 18: Número de estabelecimentos agropecuários com atividade pecuária, por grupos de áreas agricultura familiar e patronal.	81
Tabela 19: Área dos estabelecimentos por grupos de área total e utilização das terras (1996-2006).....	82
Tabela 20: Número de vacas ordenhadas, quantidade de litros e produtividade média por grupos de áreas (1996 -2006).	83
Tabela 21: Valor das receitas obtidas no ano por tipo de receita, de grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996).....	85
Tabela 22: Valor das receitas obtidas no ano por tipo de receita, de grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (2006).....	86
Tabela 23: Percentual das receitas obtidas no ano por tipo de receita, de grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996).	87
Tabela 24: Percentual das receitas obtidas no ano por tipo de receita, de grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (2006).	88
Tabela 25: Valor das despesas realizadas no ano, por tipo de despesa, de grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996).	90
Tabela 26: Valor das despesas realizadas no ano, por tipo de despesa, de grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (2006).	91
Tabela 27: Valor dos financiamentos obtidos, por área dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 - 2006).	93
Tabela 28: Quociente Locacional (QL) por grupos de atividade econômica e por grupos de área total (1996).....	95
Tabela 29: Quociente Locacional (QL) por grupos de atividade econômica e por grupos de área total (2006).....	96

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa com indicação de aspectos da apropriação da terra na “região de Marabá”. .25	
Figura 2: Mapa com indicação regionalização de assentamentos da reforma agrária adotada para a seleção de entrevistas.....40	
Figura 3: Gráfico da Curva de Lorenz da estrutura fundiária de Marabá (1985, 1996, 2006, 2016).....54	
Figura 4: Mapa com indicação do uso e cobertura da terra na região de Marabá em 2014.55	
Figura 5: Mapa de rota de migração dos produtores(as) familiares assentados da Microrregião de Marabá identificando regiões climáticas e indicadores de desenvolvimento humano dos municípios de origem. 101	

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo 1 - A singularidade da agricultura familiar e metodologia para apreender mudanças.	19
1.1 A especificidade da agricultura familiar.....	19
1.2 Recursos teóricos mobilizados para apreender mudanças.....	26
1.2.1 Diferentes espécies de capital que se acumulam e se transformam.	27
1.2.2 Campos separados com natureza e lealdades específicas	29
1.2.3 Habitus como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações.....	30
1.2.4 Estratégias como ações práticas.....	33
1.2.5 O Estado como produto de uma economia de estratégias.....	35
1.3 A metodologia para inferir as tendências da agricultura familiar e apreender fundamentos das mudanças.....	36
Capítulo 2 - A configuração da agricultura familiar na Região de Marabá	43
2.1. Vieses de tendências da produção agrária na região de Marabá no período intercensitário, 1995-2016.....	50
Capítulo 3 - Agricultura familiar e estratégias de reprodução.....	98
3.1. A pesquisa de campo em face das tendências captadas pelos Censos Agropecuários.....	99
3.2. A Pecuarização como produto do sentido prático.....	111
3.2.1. Ações práticas voltadas a garantir o sustento cotidiano da família.....	114
3.2.2. Ações práticas voltadas à redução da penosidade e intensidade do trabalho.....	115
3.2.3. Ações práticas voltadas à interação com condições físicas herdadas.....	116
3.2.4. Ações práticas voltadas ao acesso ao crédito bancário.....	117
3.2.5. Ações práticas voltadas a obter poder de compra e de barganha.....	118
3.2.6. Ações práticas voltadas a facilitar a integração mercantil	119
Considerações Finais	123
Referências	129

Introdução

Esta tese tem a pecuarização da produção camponesa na região de Marabá como seu objeto de estudo. A pecuarização é entendida como a tendência de crescimento da importância das atividades vinculadas à pecuária bovina no interior do estabelecimento e de sua perspectiva de se consolidar como a hegemônica na região de Marabá, que neste trabalho, corresponde à área que atualmente, abrange os municípios de Marabá, Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Parauapebas, Curionópolis e Eldorado dos Carajás. (Figura 1).

A região se destaca por um processo histórico marcado, nas últimas décadas, pela intensa disputa em torno do acesso e da mercantilização dos recursos naturais, resultando disso recorrentes e violentos conflitos. A intensa migração de capitais e de força de trabalho registrada nos final do século XX resultou na presença de agentes sociais, econômicos e antropológicos muito diversos, de maneira que a região apresenta grande diversidade que repercutem diretamente nas condições de tratamento do meio natural, nos processos de ocupação, nas condições de infraestrutura, nas relações com os demais agentes sociais, entre outras, são fatores que têm influenciado no desenvolvimento de múltiplos contextos sociais dentro deste espaço (ASSIS, 2007; OLIVEIRA, 2009).

Por conseguinte, “Caucho”, “Castanhais”, “Garimpos”, “Minérios”, “Conflitos Fundiários” e “Massacre da Curva do S” podem configurar-se como palavras-chave ou expressões que representam elementos em torno dos quais as disputas pela apropriação de recursos naturais tenham se manifestado na região. Historicamente, as manifestações das disputas remetem a relações sociais objetivadas, dentre as quais, concentração fundiária e caráter da propriedade, mas também, remontam a relações sociossimbólicas, uma vez que o processo de ocupação dessas áreas de fronteira foi caracterizado por abrigar uma ampla e conflitante diversidade social, econômica e antropológica que inclui tanto populações indígenas e caboclas, como agricultores migrantes, fazendeiros, madeireiros e empresas (COSTA, 2000). Essa diversidade humana por sua vez traz uma variedade de representações de mundo e de formas de reprodução social e econômica, estando aí, formas diversas de uso e ocupação da terra.

A violência foi à marca principal da disputa pelos recursos naturais da região, sobretudo pela terra. As disputas fundiárias transformaram a região de Marabá,

recorrentemente, em cenário dos maiores conflitos agrários e assassinatos de trabalhadores rurais no Brasil.

Segundo levantamentos da Comissão Pastoral da Terra, de 1996 a 2010, 463 fazendas foram ocupadas no estado do Pará. Nessas áreas, 75,8 mil famílias se instalaram, e 31,5 mil já foram despejadas. Um processo de disputa pela apropriação da terra que resulta em violações de direitos, embates, prisões e mortes. Neste período, a Comissão Pastoral da Terra contabilizou em 799 prisões. O advogado da Comissão, José Batista Gonçalves Afonso José indica que de cada dez mortos em conflitos no estado do Pará, sete são na região de Marabá.

Alguns escritos têm apontado que esta disputa resultou na territorialização camponesa que ensinaria um processo de construção da identidade camponesa como classe social que se põe em luta para a transformação das condições materiais e simbólicas da produção da existência (FERNANDES, 1996; 2005).

Os que interpretam movimentos no agrário de Marabá como sendo marcado por um processo de territorialização camponesa argumentam que houve a organização de um movimento capaz de definir políticas públicas para ações mais favoráveis às pautas das populações do campo, como também capaz de estabelecer outro projeto de desenvolvimento territorial divergente do agropecuário, como a “rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra que fortalece a sua territorialidade no sudeste paraense” (MIRANDA, 2012). Esses escritos interpretam o comportamento de diferentes agentes sociais, em grandes e intensas articulações objetivas, que vão do âmbito nacional ao internacional, numa luta racionalmente planejada (MIRANDA, 2017; ALMEIDA, 2006; MICHELOTTI, RIBEIRO e FLORÊNCIO, 2005).

A leitura da região de Marabá que emerge desses escritos indica, assim, a existência de expressões de territorialização camponesa no agrário amazônico resultante da luta material e simbólica. Territorialização essa materializada, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, pela existência de 141 Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária (INCRA, 2019), abrangendo 791 mil hectares (Tabela 1). De tal sorte que a Agricultura Familiar, em termos concretos, estaria sendo capaz de impulsionar outro objeto de produção econômica, social, histórica e ambiental, o que faz desse espaço um universo portador de diversas possibilidades de análise para as ciências sociais. Neste contexto, este trabalho é um convite para que se olhe a região de Marabá, e, em particular a agricultura

familiar, por outras lentes, para além de suas referências materiais e objetivas, buscando nas subjetividades, outras formas de interpretação desse universo e das práticas sociais de um segmento importante de sua rede social, a Agricultura Familiar em face de um processo de crescente pecuarização.

Diferentemente da percepção de existência de “territorialização camponesa” na região de Marabá, a tese, aqui apresentada, aponta que o principal movimento envolvendo a agricultura familiar na região é um rápido processo de pecuarização que se conjuga à manutenção da concentração fundiária inferida pelos dados dos Censos Agropecuários 1985, 1995/1996 e 2006 e do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de 2016.

A pecuarização se expressa em relações sociais objetivadas, tanto que os dados dos Censos Agropecuários de 1995-1996 e 2006 indicam que o valor regional da produção da pecuária vinculada diretamente à agricultura familiar, saltou de 18% para 24,39% do valor regionalmente produzido; o valor bruto da produção da pecuária que representava 37% do valor total da produção da agricultura familiar atingiu 67% do valor deste segmento; o percentual do número de estabelecimentos da agricultura familiar que desenvolvia pecuária passou de 31% para 83%; e a área nos estabelecimentos da agricultura familiar destinada à pecuária, mais que duplicou, deslocou-se de 41% para 87% da área nos estabelecimentos da agricultura familiar da região.

Esse quadro pode representar o comprometimento de uma forma específica de produção, pois, uma parcela relevante da interpretação teórica acerca da reprodução da agricultura familiar indica que os fundamentos desta vão por caminhos diferentes daqueles que sustentam a produção da pecuária bovina para corte, uma vez que a pecuária como atividade produtiva na região é marcada, dentre outros elementos, pelo uso extensivo da terra para pastagem homogêneas e pelo emprego relativo de pouca força de trabalho. Essa lógica de relação com a terra contraria a natureza da agricultura familiar que tem como marcas principais: a utilização da força de trabalho familiar; o uso intenso da terra e a diversidade da produção.

Essa realidade, e as dinâmicas de produção a ela relacionadas indicam a necessidade de se compreender melhor e refletir sobre as relações da produção da pecuária e da agricultura familiar que aí se estabelecem.

Para se interpretar mudanças foi necessário considerar, também, nos termos apresentados por Bourdieu (2009; 1989), que as estratégias que os agricultores familiares utilizaram e utilizam para atingir seus objetivos não são estáticas. Como, também, os contextos sociais estão em constante mudança suas decisões estão em contínuo processo de adaptação, onde elementos novos são introduzidos e podem entrar em combinação com os já existentes, produzindo, por exemplo, outras formas de uso da terra (OLIVEIRA, 2009).

Evidentemente, as implicações desse processo de pecuarização da agricultura familiar passam por diferentes esferas da vida social, econômica, política e cultural trazendo para o centro do debate os efeitos do crescimento da pecuária como fundamento da produção do agrário em foco.

É desta aparente contradição que esta tese trata. As redes teóricas e conceituais, bem como os achados empíricos e sociológicos apontados, permitem uma aproximação à problemática e tem demonstrado, também, que na opinião de lideranças sindicais e de pesquisadores que tratam do tema parece haver uma resistência em aceitar a presença, cada vez mais forte, da pecuária no contexto social da agricultura familiar na região de Marabá.

A organização do texto foi pensada para permitir uma aproximação inicial, por meio de relações sociais objetivas e articuladas, da leitura sociossimbólica do processo de pecuarização. Parte-se de caracterização empírica, fortemente ancorada em elementos teóricos, de que nas propriedades com até 200 ha, nas quais o uso da força de trabalho familiar seja superior ao trabalho contratado, haja um nível de identidade sociológica, antropológica e histórica que nos permite realizar uma primeira aproximação e caracterização como agricultores familiares.

A partir desta estratégia de caracterização, foi possível se identificar diversas tendências associadas à pecuarização no âmbito da agricultura familiar na região de Marabá. Todavia, o que a tese busca elucidar é o que fundamenta tal movimento e, para tanto, recorre-se a arcabouço teórico que permite articular as manifestações objetivas do fenômeno a outras, cujas manifestações estão ligadas à subjetividade dos agentes sociais.

A delimitação de um campo teórico que orientasse a reflexão sobre os fenômenos sociais em curso foi à principal preocupação. Acreditamos ser possível cumprir esta tarefa a partir do uso de parte da rede conceitual de Bourdieu (1989, 2001, 2002, 2003, 2009, 2010 e 2012).

A agricultura familiar sendo dotada de especificidade requer que a interpretação de mudanças no seu âmbito parta desta particularidade, a partir da qual é abordada tendo por base o arcabouço conceitual de Bourdieu para apreender as mudanças, sobretudo, como a exterioridade impacta nas unidades familiares e, dialeticamente, como as unidades familiares impactam no agrário da região. Das formulações conceituais utilizadas, duas são interpretadas como senhas para a leitura proposta: *habitus*, e *estratégia* (BOURDIEU, 2009; 1989).

Mobiliza-se, assim, um conceitual teórico metodológico de caráter sociológico com vistas a sustentar a tese de que a pecuarização em curso na agricultura familiar na região de Marabá decorre, sobretudo, do sentido prático, nos termos de Bourdieu (1989), dos agricultores familiares face às dinâmicas exteriores as suas unidades produtivas de que estas aproximações teóricas possibilitam uma leitura acerca da forte tendência à pecuarização da agricultura familiar da região de Marabá, no estado do Pará, mediante a incorporação de aspectos do campo das subjetividades dos agentes sociais.

Para cumprir esta tarefa, além desta Introdução, o trabalho foi estruturado em capítulos, a saber: Capítulo 1, “A singularidade da agricultura familiar e metodologia para apreender mudanças”, que busca realizar uma aproximação teórica que dá suporte à caracterização e à singularização da agricultura familiar com base em manifestações fenomênicas de caráter objetivo. Em seguida, indicam conceitos chave, de matriz sociológica, utilizados para apreender fundamentos de ordem subjetiva que impulsionam o processo de pecuarização da agricultura familiar na região de Marabá; Capítulo 2, “A configuração da agricultura familiar na Região de Marabá”, que pontua aspectos relevantes da configuração social na região de Marabá, nos aspectos econômicos e sociais de intervenções estatais e os reflexos disso no tecido social; e realiza a leitura da situação da produção camponesa na região, a partir dos dados empíricos dos Censos Agropecuários de 1995/1996 e de 2006 e do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de 2016; Capítulo 3 “Agricultura familiar e estratégias de reprodução”, que apresenta o cotejamento de dados dos Censos Agropecuários do IBGE e do Cadastro Ambiental Rural com resultados de pesquisa realizada nos anos de 2017 e 2018. Neste capítulo, há uma divisão da exposição em seis subseções, nas quais se analisa, à luz das categorias teóricas eleitas, as narrativas dos agricultores familiares e os seus argumentos do porquê da adesão à criação do gado, a saber: Ações práticas voltadas a garantir o sustento cotidiano da família; Ações práticas voltadas à redução da penosidade e intensidade do trabalho; Ações práticas voltadas à interação com as condições físicas herdadas; Ações

práticas voltadas ao acesso ao crédito bancário; Ações práticas voltadas a obter poder de compra e de barganha; Ações práticas voltadas a facilitar a ação mercantil.

Nas Considerações Finais, os aspectos centrais da tese são revisitados e se corrobora que o processo de pecuarização em curso na agricultura familiar na região de Marabá decorre, sobretudo, do sentido prático destes agricultores face às dinâmicas contextuais das suas unidades familiares.

Capítulo 1 - A singularidade da agricultura familiar e metodologia para apreender mudanças.

1.1 A especificidade da agricultura familiar.

Há tradição teórica consolidada que confere estatuto interpretativo próprio ao grupo social que se convencionou chamar de Agricultura Familiar. Os termos “agricultura familiar”, “produção familiar”, “produção camponesa”, mesmo sendo utilizados em parte da literatura para caracterizar diferentes níveis de interação da produção camponesa com o mercado, são utilizados como sinônimos nesta tese.

Já para apreender os fundamentos de mudanças no âmbito deste grupo, são apresentados neste capítulo possibilidades teóricas de aproximação dos modos de ser e estar no mundo social; das relações internas e externas; dos impactos que o encontro com outros *campos* podem causar; como pode se comportar este universo e suas dinâmicas de produção econômica e de reprodução social são alguns dos elementos presentes neste grupo. As reflexões apresentadas neste capítulo buscam realizar uma aproximação destes caminhos interpretativos, ou como diz Bourdieu (1989), *estratégias de representação*.

No que concerne à especificidade da produção camponesa, a teorização sobre a produção camponesa tem nos trabalhos derivados das posições de Chayanov (1974) um marco seminal, e está entre as predominantes. Ele estudou a produção camponesa Russa, no início do século XX, e concluiu que as famílias camponesas trabalham para atender às necessidades básicas de seus membros. Neste sentido, sua teoria considera que não há acumulação de capital e nem de trabalho assalariado, o que torna a unidade de produção camponesa não capitalista. No que se refere à expansão dos cultivos, Chayanov (1974) afirma que essa dinâmica está relacionada ao número de trabalhadores, consumidores e de suas necessidades dentro da unidade familiar. Portanto, a força de trabalho da família é reconhecidamente o elemento mais importante, dentro da unidade de produção econômica camponesa.

Chayanov (1974) reconhece a produção camponesa, como um modo de produção singular, que tem como características principais: a produção para a subsistência, comercialização e atividades agrícolas não-eventuais, não visa à acumulação de capital, unidade familiar como base, uso da força do trabalho familiar, pequena propriedade e cooperação entre os camponeses. Neste sentido ainda, a produção camponesa tem uma

dinâmica específica, pois, na relação trabalho-consumo, a diferenciação demográfica é um fator importante dentro do volume da produção.

Desta forma, entende que são as necessidades do consumo familiar que levam ao aumento da produção camponesa. Na base da lógica de organização dessa produção busca-se racionalizar a quantidade e a qualidade da terra, com a força de trabalho necessária ao desenvolvimento produtivo.

Os trabalhos derivados de Chayanov (1974) centram o esforço investigativo na dinâmica interna da produção camponesa identificando-a como uma forma de produção peculiar, matizada por dinâmicas internas do núcleo familiar. Neles tem grande importância, à associação entre as decisões de produção e de consumo da unidade familiar, o tamanho da família e sua composição etária etc. Neste debate, a atividade camponesa guarda relação direta com a utilização da força de trabalho familiar, que poderia inclusive assumir níveis mínimos, quando a intenção fosse à necessidade mínima de aquisição de bens para a reprodução familiar.

No debate acadêmico sobre a produção camponesa, outra contribuição importante vem de Tepicht (1973), que considera que, ações internas e externas agem sobre a dinâmica da produção camponesa. Para este autor, o modo de produção dos camponeses articula-se com outros modos de produção, ocorrendo múltiplas influências, por exemplo, entre a produção familiar e a produção capitalista. Ele busca evidenciar, que há traços específicos que definem a lógica desse modo de produção: o uso intensivo do trabalho familiar; a relação existente entre os fatores de produção terra, trabalho e capital; a relação entre economia camponesa e o mercado; a lógica não capitalista da produção camponesa; a natureza patriarcal presente nessas relações sociais.

Para Tepicht (1973), a produção camponesa se organiza considerando dois fatores estruturais principais: de um lado aquilo que ele chama de “forças produtivas não transferíveis”, que é a capacidade de trabalho de pessoas ligadas por laço familiar; de outro lado, o tempo de não trabalho, aquele referente ao tempo biológico e cultural, que se desenvolve para além do trabalho humano.

Neste sentido ainda, Tepicht (1973) defende que em qualquer momento da história, a família camponesa tem possibilidades de oferecer produtos agropecuários a preços menores que os da grande empresa capitalista, porém, para o autor, o camponês tende a desaparecer da

vida social contemporânea, em boa medida, por causa da hegemonia do modo de produção capitalista, uma vez que suas ações influenciam a dinâmica produtiva familiar.

Mesmo com repercussão limitada no diálogo acadêmico sobre a produção camponesa, a obra de Turner (1921), na qual investiga o significado da fronteira norte americana na configuração das instituições dos Estados Unidos, está inserida entre as referências teóricas internacionais, com as quais é necessário dialogar, na construção de uma avaliação sobre o significado da produção camponesa, em uma área de fronteira recente como a pesquisa em tela faz.

Diferentemente da interpretação de Turner (1921) para os Estados Unidos, em termos nacionais, até muito recentemente, o debate acadêmico relativo à produção camponesa, a identificou como um elemento de atraso *vis à vis*, a um processo de modernização do agrário vinculado às grandes empresas, ou mesmo, como resquício de um passado escravocrata e latifundiário que impulsionou o surgimento "nas bordas" da grande propriedade fundiária de um problema social. Tal visão acadêmica foi amplamente aderente às visões da esquerda tradicional, às tradições populistas e à noção de dinâmica contínua das fronteiras agrárias.

Ao refletir sobre o agrário nacional, José Graziano da Silva (1982) concluiu que a agricultura se industrializou como compradora de produto industrial e produtora de matéria prima para tais atividades. Chamou este processo de "modernização dolorosa", posto que seja lenta e restrita. Sobre a pequena produção brasileira, e as transformações vividas por ela, lembra que o grande capital impõe uma padronização na produção, e que, o que os pequenos produtores são obrigados, por vezes, a plantar e dependem de pacotes tecnológicos dos chamados insumos modernos para que tenham "êxito" na produção.

Nesse debate, Veiga (2003) entende que as estratégias de produção camponesa, centradas no que o autor chama de agricultura familiar, ainda não foram percebidas pela sociedade brasileira, e segundo ele, não existe qualquer comprovação, na crença generalizada de que as "fazendas patronais" sejam mais produtivas do que "os sítios familiares", alerta para o fato de que há um desprezo geral pela agricultura familiar e que este é de fundo histórico, político e ideológico.

Martins (1975) em sua interpretação sobre a produção camponesa no Brasil chamou a atenção, também, para as contradições existentes nesse segmento. Para o teórico, o meio rural e o meio urbano são tratados como realidades opostas, em que o mundo rural é visto como o

atrasado, sua produção é anticapitalista e feita de relações sociais frágeis e descontínuas, refletindo o que ele chama de colonialismo interno, em especial, em zonas de fronteira e expansão, para ele, esses elementos refletem tensões de classes. Essa ideologia urbana, segundo o autor, tem reforçado a ideia de dois mundos separados, e que a solução para o impasse seria a submissão do mundo rural às mercadorias e às concepções de vida da cidade.

No final dos anos de 1980, o processo de redemocratização e os indícios empíricos que contradiziam frontalmente as interpretações sobre o inexorável declínio da produção camponesa serviram de substrato, para uma grande guinada na interpretação sobre o significado da produção camponesa no Brasil, ganhando força a atribuição de papel relevante na modernização do agrário e da economia nacional. No âmbito desta inflexão é referência o trabalho de Abramovay (1992), no qual argumenta que a produção camponesa teve papel decisivo no desenvolvimento e na distribuição da renda nacional e na própria modernização do campo nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e em diversos países da Europa. E, simultaneamente, rechaça a visão dominante na literatura especializada no Brasil, de que a agricultura familiar é um sinônimo de precariedade e miséria.

No que se refere à Amazônia brasileira, nos trabalhos acadêmicos, em termos gerais, há pelo menos três grandes vertentes de interpretação sobre a produção camponesa na região: uma marcada pela forte associação entre a produção camponesa e a precariedade técnica, a fragilidade econômica e a miséria social; outra caracterizada por sua inserção em um ciclo da fronteira agrícola; e uma terceira, pela existência de um processo de estabilização relativa da produção camponesa, por meio da sua complexificação.

No caso da primeira, das vertentes e dos trabalhos a ela vinculados apresentam visões simplificadoras e homogeneizadoras identificando a produção camponesa como sendo uma agricultura migratória, de corte e queima, de culturas temporárias voltadas tão somente a subsistência da família camponesa. Como se observa em Serrão (1995), Serrão, Nepstad e Walker (1998) e Kitamura (1982) dentre outros.

Outra vertente é a que associa às dinâmicas da produção camponesa na Amazônia brasileira e entre esta, e o ciclo da fronteira, o mais expressivo deles é Velho (1976) e Castro (1999; 2006), que seguindo esta linha de abordagem, enfatizam que os fluxos migratórios, os agentes que atuam nesses territórios, bem como, os modos de apropriação e as tensões

presentes nesses espaços, resultam de processos históricos de ocupação humana na região determinados por fatores políticos e econômicos.

Hébette (1989; 2002) afirma que a mobilização para a entrada de uma grande frente de trabalho na região sudeste do estado do Pará era uma das estratégias colocadas em curso pelos governos militares, sob a égide da segurança nacional. A acumulação de capital privado nacional e internacional possibilitou a implementação de infraestrutura, como por exemplo, abertura de rodovias federais e construção de hidrelétricas, essas atividades careciam de força de trabalho barata em larga escala. Promessas de titulação de terras, para famílias “sem terra”, foi um elemento importante nessa composição da dinâmica populacional, que se formava naquele contexto, o que levou a um fluxo migratório de pessoas para a região amazônica, como nunca se tinha visto antes. Essa nova realidade social, composta por agentes sociais com interesses diversos incidiu de forma intensa, nos processos de produção camponesa colocados em curso nessa parte da Amazônia.

Em termos gerais, os autores que utilizam o ciclo de fronteira com fundamento explicativo das dinâmicas camponesas na Amazônia brasileira adotam a existência de uma sucessão de fases que se inicia com a ocupação da terra por camponeses expulsos de outras regiões que, por processos e etapas diversas, tem como tendência geral à polarização fundiária e a instabilidade da produção camponesa. Além de Castro (1999; 2006) e Hébette (1989; 2002) anteriormente citados, o ciclo da fronteira é a alternativa interpretativa igualmente presente nos trabalhos de Coy (1988); Aubertin (1988); Léna, Oliveira (1992); Ozório de Almeida, (1992) dentre outros.

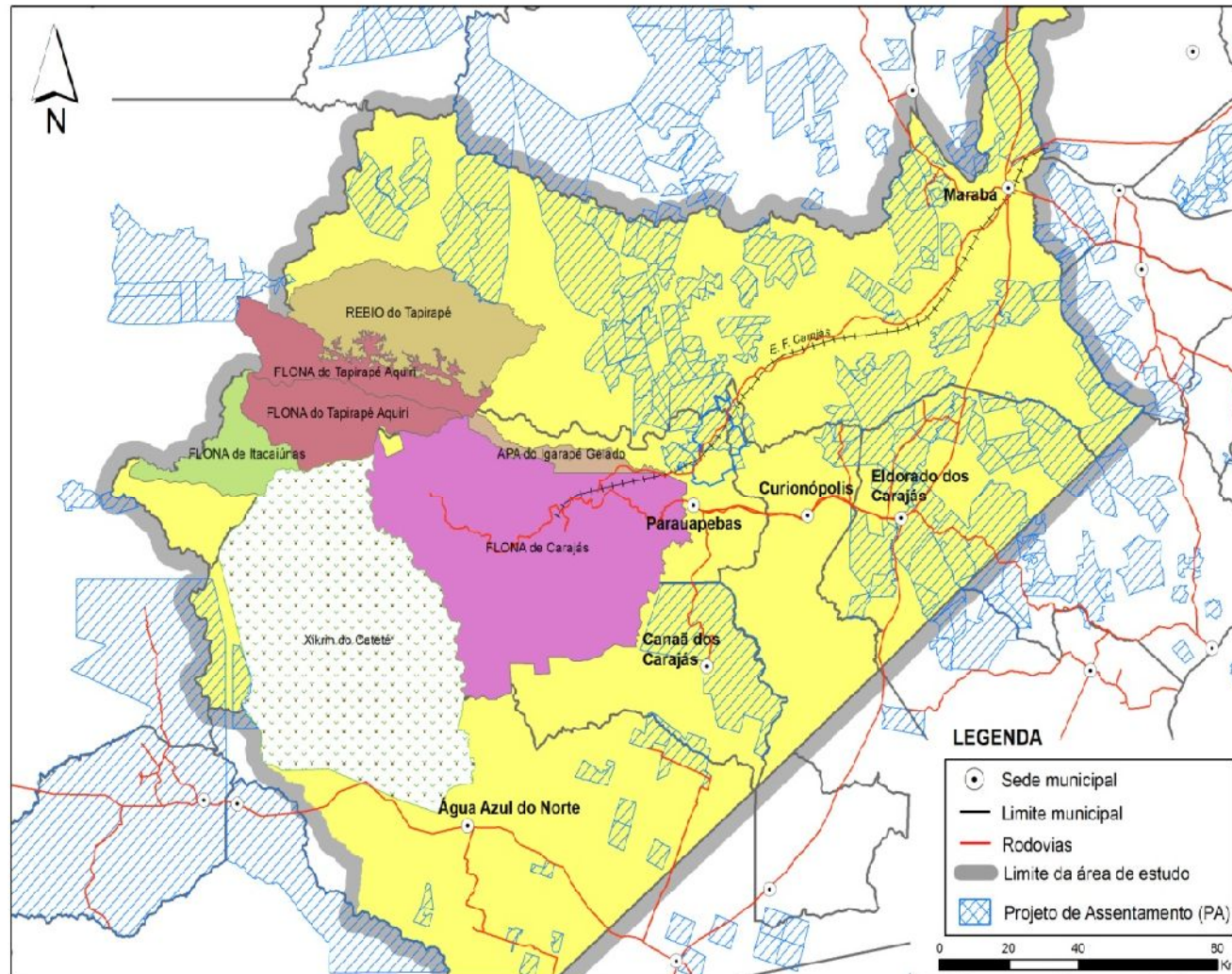
Uma terceira vertente pode ser encontrada em trabalhos derivados de Costa (1994), que recorrendo a uma metodologia teórica que procura articular a dinâmica interna da produção camponesa com condicionantes estruturais em nível externo à produção camponesa, de tal esforço resultou um modelo explicativo para as mudanças e a estagnação dos padrões reprodutivos da produção camponesa na Amazônia.

Tendo por base tal metodologia teórica, Costa (1994; 1997; 2000) infere que as unidades camponesas são capazes de adotar inovações e adaptações sempre que crises no padrão de reprodução com o qual convivem tornam "agudo e visível o risco da desestruturação" da unidade camponesa (COSTA, 1997, p.6). Contexto no qual, a estrutura camponesa em conjunturas distintas, por meio de mecanismos internos é capaz de adaptar-se

e sobreviver em um sistema que difere de sua racionalidade. Com base nesta lógica defende a existência, na Amazônia brasileira, da estabilização relativa da produção camponesa por meio da sua complexificação.

Hurtienne (1999; 2004; 2005) considera que a grande variedade de formas de produção, os múltiplos espaços e os agentes sociais envolvidos na produção camponesa como um desafio para sua interpretação. Hurtienne afirma que a heterogeneidade da produção familiar é muito grande e pouco conhecida na Amazônia, por exemplo, o tamanho da propriedade fundiária, a forma de seu uso e a organização do trabalho familiar são elementos que, necessariamente, precisam ser considerados no tratamento do tema. No caso específico da região de Marabá, no estado do Pará, suas pesquisas indicam que foram encontradas “frentes pioneiras diversificadas com agricultores familiares empreendedores, preocupados não somente com sua sobrevivência, mas com um itinerário de acumulação patrimonial” (HURTTIENE, 2005, p.43). O mapa a seguir (Figura 1) traz um demonstrativo da apropriação da terra na região em tela, e a configuração dos Projetos de Assentamento nesse agrário.

Figura 1: Mapa com indicação de aspectos da apropriação da terra na “região de Marabá”.



Fonte: Monteiro et al (2016).

Assim, em seus estudos, Hurtienne apontou a existência de uma relativa estabilização da produção familiar no estado do Pará, como uma tendência que deve ser considerada, tendo como base seus estudos na microrregião de Bragança e do Sul e Sudeste do Pará. Lembra, também, que a falta de atenção nas leituras de documentos oficiais sobre desmatamento na Amazônia tem ajudado na construção de uma imagem errônea da agricultura familiar, apontada por vezes, como a grande vilã do desmatamento na região. A região de Marabá considerada por Hurtienne (2005, p.62) como uma “zona de colonização mais recente na Amazônia”, apresenta diferenças significativas e contraditórias no tocante à interpretação das tendências da produção camponesa na Amazônia (CAT, 1992; REYNAL *et al.*, 1996; MICHELOTTI, 2007; MONTEIRO, GEMAQUE 2006).

Em que pese tal região ter sua história recente marcada por grandes embates sociais, envolvendo populações desprovidas de terra e agricultores familiares que lutavam por ampliar a participação da produção familiar no agrário regional, ela ainda permanece marcada por elevadíssima concentração fundiária.

1.2 Recursos teóricos mobilizados para apreender mudanças.

Por conseguinte, há um suporte teórico que permite tratar, em termos abstratos, as unidades familiares camponesas como dotadas de lógicas distintas de outros grupos sociais, lógica na qual os padrões específicos de alocação da força de trabalho familiar, da relação com a terra e de absorção e internalização de pressões externas à unidade familiar lhes confere singularidade. Conforme indicam as reflexões de Tepicht (1973), todavia, esta singularidade é insuficiente para produzir uma interpretação acerca dos fundamentos dos movimentos que conduzem a pecuarização das unidades familiares na região de Marabá. Para suprir tal lacuna, optou-se por mobilizar fundamentação teórica de base eminentemente sociológica, com vistas à interpretação dos processos correntes de interferência e mudanças nos padrões de reprodução destas unidades familiares agrupadas, tendo por base manifestações objetivadas. O instrumental adotado é o ofertado por Bourdieu, de forma que as mudanças em curso na agricultura familiar que, num primeiro olhar, foram derivadas das manifestações objetivadas possam transitar entre o mundo material e o mundo simbólico, uma vez que esses dois universos se tornam um, de sorte que o homem é interpretado primeiro, como um agente, pois, é um ser que age e luta dentro de um determinado campo de interesse, e em última instância, como sendo um *animal symbolicum* (BOURDIEU, 2003).

Propor uma análise social que privilegie leituras das redes de laços sociossimbólicos expressos no contexto em tela, é defender que por um lado, existe um conjunto de posições objetivas que os agentes ocupam - em instituições ou em *campos*- e que, em âmbito externo, podem construir percepções e ações desses mesmos agentes; e por outro, a inculcação em corpos individuais formando *esquemas mentais* de percepção e apreciação – *habitus* –, que possibilita a construção interna do mundo vivido. Assim, para entender o processo constitutivo da pecuarização como sentido prático da agricultura familiar na região de Marabá, faz-se uso do vocabulário conceitual de Pierre Bourdieu *campo, agente social, capital simbólico, habitus, estratégias, discurso* (1983, 1989, 1992, 1997, 2001, 2002, 2003, 2009, 2010, 2012).

Compreender as lógicas de reprodução social da agricultura familiar na região de Marabá, e as estruturas das relações econômicas imersas neste “mundo” implica, também, uma leitura da constituição do estado, e neste sentido, considera-se a abordagem proposta por Bourdieu (2012), como pertinente para ajudar no esclarecimento do processo em curso. Na lógica da gênese do estado indicada por ele, chamada de *parcialmente original*, visto que outros autores trataram da questão, o estado se constrói concentrando diferentes capitais, que se expressam, inicialmente, em poder simbólico, poder físico e poder econômico num processo por ele descrito como de *autonomização* de um espaço específico, um jogo próprio num campo em que se joga um jogo particular, que sustenta uma racionalidade de estado, e esta obedece a uma ordem de sucessão histórica (BOURDIEU, 2012).

1.2.1 Diferentes espécies de capital que se acumulam e se transformam.

Neste sentido, entender as dimensões da configuração do estado requer dar prioridade ao capital simbólico, isso quer dizer, fazer um *materialismo ampliado*, que derruba a visão materialista no sentido restrito do termo. Nesta leitura, o capital simbólico aparece antes do capital econômico, invertendo a *velha oposição infraestrutura/superestrutura*, para mostrar que, *a lógica da acumulação inicial de diferentes espécies de capital, ao se acumularem, sofre uma transmutação* (BOURDIEU, 2012, p.259), neste processo interferem o capital econômico, o capital cultural, o capital social e por fim, o capital simbólico.

Assim, o capital simbólico é entendido como aquele que nasce da relação entre um determinado capital e os agentes socializados, de uma forma que esse capital seja conhecido e reconhecido como tal. O capital simbólico, portanto, opera em duas ordens, a do *conhecimento* e do *reconhecimento*. Nesse quadro explicativo, a força é usada como o

exemplo que ajuda a entender o processo, uma vez que esta age pelo constrangimento físico e, também, pelas representações que os agentes que a sofrem têm dessa mesma força. Nesse intrincado jogo, há a obtenção de um reconhecimento que vai além da força física em si. Mesmo nos casos em que um determinado capital se aproxime da lógica do mundo físico, o efeito do mundo simbólico se faz presente. Desta forma, a força bruta, jamais é apenas força bruta, *ela exerce uma força de sedução, de persuasão, que decorre do fato de que consegue obter certa forma de reconhecimento* (BOURDIEU, 2012, p.259).

Esta leitura, também, pode se aplicar ao capital econômico, pois, a riqueza jamais opera apenas como riqueza, em cada sociedade e em cada momento determinado existe um reconhecimento atribuído à riqueza, que mesmo em sua forma mais bruta, carrega um efeito simbólico expresso no reconhecimento desta. A posse do capital simbólico, na forma de capital cultural ou de capital social, promove o reconhecimento de uma autoridade legítima. É exemplar o caso dos dirigentes que possuem uma autoridade ligada à ciência ou à cultura, na esfera do reconhecimento, isso aparece como *uma competência fundada na natureza, na virtude ou no mérito* (BOURDIEU, 2012, p.260).

Ao tratar do que chama de *forma pura* de capital simbólico, Bourdieu (2012) dá um exemplo evocando a etimologia da palavra “nobre” - conhecido, reconhecido, ou notável- e a coloca no campo político, que segundo ele é o local por excelência de manifestação e exercício desse capital, um lugar em que *existir, ser, é ser percebido*. Na esfera da definição da gênese do estado, defende que a interpretação precisa ir além das interpretações que afirmam que seu nascimento se liga, primeiro, a acumulação de capital físico, como nas leituras que destacam o *poder militar e o sistema fiscal*. A acumulação de capital físico não acontece sem a acumulação de capital simbólico, já que o primeiro se ampara num trabalho de mobilização, que precisa de: *adesão, do reconhecimento e da legitimidade*, ou seja, da construção de um *discurso* (BOURDIEU, 2012, p.270).

Nesse caminho, o capital de força física do estado torna-se força pública, e passa a carregar uma dupla face de concentração/separação, expressa em monopólio e desapossamento. A força pública ao ser constituída gera um apossamento legítimo da força, por parte do estado. Quem não está do lado do estado, não pode fazer uso da força física. Falando com outras palavras:

Os que não são o Estado ou mandatados pelo Estado não podem exercer a violência, dar socos, fazer autodefesa...a violência física só pode ser aplicada

por um agrupamento especializado especialmente mandatado para esse fim, claramente identificado no seio da sociedade pelo uniforme, portanto um agrupamento simbólico, centralizado e disciplinado (BOURDIEU, 2012, p. 268).

Outro ponto a ser considerado diz respeito ao estado como criador de metacampos, ou seja, campos separados com naturezas e lealdades específicas, como por exemplo, o campo econômico, que carrega a finalidade de formar um capital econômico central, de uma riqueza central, que dá ao detentor desse tesouro um poder: *ele tem o direito de cunhar moeda, tem o direito de fixar as cotações, tem o direito de tomar decisões econômicas etc.* Ao construir esse poder econômico centralizado, o estado adquire o poder de ajudar no processo de formação de uma dimensão econômica autônoma, que interfere na formação da nação como espaço econômico uno. Assim, o poder econômico de base fiscal + a dimensão econômica unificada = a mercado nacional unificado (BOURDIEU, 2012).

Ainda sobre a interdependência, entre a acumulação de capital econômico e capital simbólico, Bourdieu destaca que a arrecadação de impostos, por exemplo, só pode acontecer porque a violência física se disfarça em violência simbólica. Nessa configuração, o estado aparece como transcendente *uma instância superior e irredutível às suas manifestações empíricas no mundo sensível.* Defende por fim que, a burocracia cria *discursos* de legitimação, por exemplo, os impostos são necessários para que se possa vencer a guerra e defender a nação. Isto mostra um intenso trabalho de construção simbólica, assim, *a construção do estado é em grande parte uma invenção mental* (BOURDIEU, 2012, p.274).

1.2.2 Campos separados com natureza e lealdades específicas

Desta forma, outra categoria teórica que compõe esse quadro é *campo*, como se apresenta na obra *Os usos sociais da ciência* (BOURDIEU, 1997) desenvolvida, primeiramente, em oposição às interpretações científicas nas dimensões *internalistas ou internas*, e nas *externalistas ou externas*. No caso das ciências, há uma tradição histórica que descreve o seu processo de perpetuação como sendo engendrado em si mesmo, sem a intervenção do mundo social. A noção de *campo* busca ir além dessa compreensão. Para entender uma produção cultural – literatura, ciência etc. –, por exemplo, não basta apenas ater-se ao conteúdo textual da produção, menos ainda ao contexto, buscando em seguida criar uma relação entre texto e contexto. Entre esses polos há um universo intermediário que se chama *o campo literário, artístico, jurídico ou científico*. Um mundo, do qual fazem parte os agentes sociais e as instituições que produzem, reproduzem e difundem essa mesma produção.

Esse universo é um mundo social como os demais que existem, mas, obedece a regras sociais mais ou menos definidas (BOURDIEU, 1997).

Aí, se fixa a noção de campo, para caracterizar este espaço que possui uma relativa autonomia, sendo um *microcosmo*, com leis próprias. Por ser um universo submetido às leis sociais externas, um campo recebe e solicita ordens, instruções, contrato, créditos etc. Precisa acionar formas de resistência que de alguma forma preservem sua autonomia. Ao tratar do campo científico, por exemplo, diz Bourdieu:

Em outras palavras é preciso escapar da alternativa da “ciência pura”, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava” sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc. que são, no entanto relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve (BOURDIEU, 1997, p.21).

O campo, como autônomo, é o que permite a manifestação das pressões externas, possui uma lógica própria, como já dita, esta sua natureza permite que as pressões que recebe sejam retraduzidas, num processo de *refratação* das demandas do mundo externo. Quanto maior o grau de autonomia de um determinado *campo*, maior será sua capacidade de refratar as imposições, ao ponto delas se tornarem transfiguradas, aos olhos do mundo social. É válido pontuar que, *todo campo (...) é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de lutas* (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Um determinado espaço – religioso, científico, ou político – pode ser descrito inicialmente como espaço físico, que comporta relações de força e de dominação. Os agentes, como as empresas, no caso do campo econômico, criam o espaço e este só existe por causa das relações sociais objetivas entre os agentes que aí se encontram. Para entender o que faz, pode ou não pode fazer um agente, num determinado campo é preciso estar atento ao local que ele ocupa nesse campo, ou seja, de *onde ele fala*. Este lugar é determinado pelo volume de seu capital, e cada campo constitui de forma particular o seu capital, como no mundo da ciência, em que o capital científico, que faz parte do capital simbólico, constrói sua rede de conhecimento e de reconhecimento de competências (BOURDIEU, 1997).

1.2.3 Habitus como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações.

Qualquer que seja o campo este é sempre um objeto de luta, seja na representação, ou, na realidade. O campo é um jogo específico, em que suas regras estão colocadas para os agentes no próprio jogo, suas posições nestas estruturas dependem de seu capital, suas

estratégias no jogo, se orientam para a manutenção das estruturas ou sua transformação, *grosso modo*, tem se observado que quanto mais o agente está favorecido na estrutura, mais ele busca preservar essa estrutura e sua posição no campo (BOURDIEU, 1997, p.29).

Os campos são espaços em que se desenvolvem relações de força, em que tendências e probabilidades estão colocadas em jogo. As orientações de um campo não acontecem ao acaso. O que é possível ou impossível em um campo é determinado pelo momento. Os agentes sociais estão no campo, e não agem de forma passiva diante das forças impostas pelo campo, estes buscam estratégias para garantir suas autonomias, uma vez que possuem disposições adquiridas, formas de ser permanentes e duráveis que podem fazer com se oponham e resistam às forças do campo, a isso, Bourdieu (1997) deu o nome de *habitus*.

No esquema teórico formulado por Bourdieu,

Uma das funções principais da noção de *habitus* consiste em descartar dois erros complementares cujo princípio é a visão escolástica: de um lado, o mecanismo segundo o qual a ação constitui o efeito mecânico da coerção de causas externas; de outro, o finalismo segundo o qual, sobretudo por causa da teoria da ação racional, o agente atua de maneira livre, consciente e, como dizem alguns utilitaristas, com total compreensão, sendo a ação o produto de um cálculo das chances e dos ganhos. Contra ambas as teorias, convém ressaltar que os agentes sociais são dotados de *habitus*, inscritos nos corpos pelas experiências passadas: tais sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a reagir, como também engendrar, sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios, situadas porém nos limites das restrições estruturais de que são o produto e que as definem (BOURDIEU, 2001, p. 169).

A noção de *habitus* aparece na obra de Bourdieu (2009) como um esforço no sentido de pensar uma totalidade de esquemas, de que um agente social dispõe em determinado momento de sua vida, estes esquemas permitem operações mentais, planejamento e regulação contínua de suas ações. Esta, também, pode ser interpretada como uma espécie de “gramática” geradora de práticas sociais.

Esta noção lembra que os agentes sociais carregam e são produto de uma história individual e de uma história coletiva, de um corpo social educativo associado a um determinado contexto. Pensamentos, juízos e esquemas de percepção do mundo resultam das incorporações de estruturas sociais que constituem ao longo da vida. Isto tem a ver com a construção de estruturas subjetivas, a partir das experiências das pessoas. Diz Bourdieu:

Habitus não é um destino, trata-se de um sistema aberto de disposições que estará submetido constantemente a experiências, e desse modo, transformado por estas experiências. Dito por outras palavras, as pessoas terão experiências em conformidade com as experiências que formaram os hábitos dessas pessoas. O habitus, por ser um sistema de virtualidade só se revela em referência a uma situação (BOURDIEU, 2010, p.62).

A possibilidade que uma investigação sociológica que olhe o fenômeno para além das relações sociais objetivas e considere os inscritos da história de vida dos agentes, como uma possibilidade de releitura do universo social, que de acordo com o conceito de habitus, não permite atuação de maneira livre. Esse pequeno conjunto de esquemas pode gerar uma infinidade de práticas adaptadas, a situações que sempre se renovam essas práticas, porém, não são princípios explícitos, pois,

habitus é um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Habitus deve ser entendido como matriz que um agente possui para enfrentar as situações da vida, assim: *habitus é também adaptação, ele realiza sem cessar um ajustamento ao mundo que só excepcionalmente assume a forma de uma conversão radical* (BOURDIEU, 1983, p. 106). A esta altura é válido destacar que os recursos cognitivos de um sujeito ou um agente social não se limitam aquilo que geralmente chamamos de saberes ou conhecimentos, é preciso que haja espaço para outras ferramentas cognitivas que não pertencem a ordem das representações, mas sim das operações, uma vez que *habitus não é destino, como se vê às vezes. Sendo produto da história, é um sistema de disposição aberto, que é incessantemente confrontado por experiências novas e, assim, incessantemente afetado por elas* (BOURDIEU, 1992, p. 108).

Nesse aparente jogo de *coerção e liberdade* (BOURDIEU, 1992) de unidade e diversidade dos saberes, o *habitus* e relaciona, por exemplo, com saberes da experiência e com um conjunto de esquemas operatórios, que podem ser mobilizados sempre que uma situação do jogo social exigir. Entende-se, portanto, que o *habitus* funciona como uma matriz que torna possível a realização de uma infinidade de tarefas diferenciadas por meio da transferência de esquemas, que possibilita solucionar os problemas de determinado contexto social. Assim:

A identidade das condições de existência tende a produzir sistemas de disposições semelhantes (pelo menos parcialmente), a homogeneidade (relativa) dos *habitus* que delas resulta está no princípio de uma harmonização objetiva das práticas e das obras, harmonização esta própria a lhes conferir a regularidade e a objetividade que definem sua ‘racionalidade’ específica e que as fazem ser vividas como evidentes e necessárias, isto é, como imediatamente inteligíveis e previsíveis, por todos os agentes dotados do domínio prático do sistema de esquemas de ação e de interpretação objetivamente implicados na sua efetivação, e por esses somente (BOURDIEU, 1983, p. 66).

Assim, o *habitus* pode ser definido como um sistema de esquemas que regem nossa relação com o real, uma espécie de “gramática” geradora de nossas práticas. Neste sentido, as ciências sociais convergem para romper com a visão da ação como aplicação de saberes e regras, bem como, um hábito estereotipado. Nesta configuração, os esquemas aparecem como importantes instrumentos de adaptação à realidade, possibilitando a criação de ações originais com base em uma determinada trama social.

Para a sociologia de Bourdieu uma ação bem-sucedida, está relacionada à forma que um esquema é trabalhado no interior do *habitus*, e isto, está relacionado a outros conceitos, como o de estratégia, por exemplo, foco de nossa próxima abordagem.

1.2.4 Estratégias como ações práticas.

Do encontro do *habitus*, com um determinado contexto social podem emergir estratégias. Este conceito possibilita apreender as práticas dos agentes sociais. Essas práticas podem ser lidas como *inconscientes* no sentido de parecerem *naturais* e *evidentes*, de forma que as estratégias são vistas como um produto dos *habitus* ajustados a uma determinada conjuntura. Pensar em estratégia em Bourdieu (1989) é considerar que a razão dos efeitos sociais não está na vontade de um indivíduo ou grupo, mas num campo de forças antagônicas ou complementares.

Assim, não se considera que uma estratégia seja uma ação planejada, pode ser ou não, muitas vezes ela só tem sucesso, devido a sua inconsciência. Nesse jogo, apostas arriscadas estão na ordem dos acontecimentos. Por esta razão,

Os que são bem-sucedidos podem aparecer retrospectivamente como estratégias inspirados, enquanto que o que era objetivamente investimento racional pôde ser vivido como uma aposta arriscada e até como uma loucura (...) os agentes quase nunca dominam explicitamente aqueles mecanismos cujo domínio prático é a condição de seu êxito (BOURDIEU, 1989, p.82).

Ao tratar da noção de *estratégia* Bourdieu (2009) refere-se a um conjunto, que perpassa os campos biológicos, culturais e sociais que todo grupo coloca em ação, para transmitir à geração seguinte, os poderes e os privilégios herdados. A estratégia é colocada em curso, no interior de um jogo, que pode oferecer “possibilidades bastante desiguais” de sucesso à estratégia equivalente, autoriza diferentes estratégias desigualmente fáceis e desigualmente rentáveis. Estas podem ser chamadas como uma alternativa às regras formais.

Diz ele:

O discurso jurídico, que de bom grado os informantes usam para descrever a norma ideal ou para dar conta de um caso singular tratado e reinterpretado pelo notário, reduz a regras formais as estratégias complexas e sutis às quais as famílias recorrem, como únicas competentes nesses assuntos (BOURDIEU, 2009, p.247).

Assim, o conceito de estratégia permite apreender as práticas dos agentes sociais. Tais práticas são tomadas como “inconscientes” no sentido de serem “naturais” e “evidentes”, de forma que as estratégias são vistas como um produto dos *habitus* ajustados a uma determinada conjuntura. Por isto, a maior parte das ações dos agentes sociais é produto de um encontro entre um *habitus* e uma conjuntura. Por conseguinte, as estratégias dos agentes sociais surgem como ações práticas inspiradas pelas excitações de determinada situação histórica. Estritamente, neste sentido, são consideradas como *inconscientes*, o que não quer dizer sem reflexão, mas sim que as estratégias tendem a se ajustar, em termos práticos, às necessidades impostas por uma conjuntura específica.

As estratégias, portanto, tratam da possibilidade da transgressão, da criação de alianças e da instauração de novas relações sociais, diante de um problema em particular. São outros artifícios inscritos no campo material e no campo simbólico, dentro de um sistema de interesses próprios. Assim,

As estratégias discursivas dos diferentes atores, e em especial os efeitos retóricos que tem em vista produzir uma fachada de objetividade, dependerão das relações de forças simbólicas entre os campos e dos trunfos que a pertença a esses campos confere aos diferentes participantes, ou, por outras palavras, dependerão dos interesses específicos e dos trunfos diferenciais que nesta situação particular de luta simbólica pelo veredicto neutro, lhes são garantidos pelas suas posições nos sistemas de relações invisíveis que se estabelecem entre os diferentes campos em que eles participam (BOURDIEU, 1989, p.56).

Desta forma, as estratégias se inscrevem em relações objetivas, que são relações de forças simbólicas, dentre estas destacamos as estratégias retóricas que podem terminar, por exemplo: *quem pode cortar a palavra, interromper, responder fora do que foi perguntado, devolver as questões, falar longamente sem ser interrompido* (BOURDIEU, 1989, p.57). As estratégias podem se apresentar como recusas, ou como outra forma de dar uma resposta às perguntas do contexto. Este impulso permite que se olhem as estruturas objetivas, para além do que o olho vê permitido, talvez, que os pormenores do universo social, presente nas estratégias retóricas, repletas de cumplicidades e dos antagonismos, possam vir para a cena do discurso e revelar o invisível, ou como diz Bourdieu, o sociossimbólico.

1.2.5 O Estado como produto de uma economia de estratégias.

Neste quadro a teoria das práticas econômicas, em um sentido restrito, está inserida num universo maior, de uma teoria da chamada *economia das práticas*. As práticas, mesmo quando demonstram não ser econômicas, o são. Ainda que trate de objetos difíceis de quantificar ou de materializar, como no caso do *campo cultural*, as práticas não cessam de obedecer a uma lógica econômica (BOURDIEU, 2003, p.203.). É preciso abandonar a polarização econômico/não econômico, presente nas leituras que tratam das diferentes espécies de capital, pois, isso dificulta a compreensão do universo das práticas econômicas, entendido aqui, como um caso particular da ciência que trata de todas as práticas, incluindo aí, àquelas que se consideram desinteressadas da “economia”, mas que podem orientar a maximização e o benefício material, ou, simbólico.

Dito isto, evoca-se o estado como o detentor exclusivo das formas simbólicas de poder e de um capital de obrigações e dívidas, que podem ser pagas por meio de homenagens, respeito, fidelidade e trabalhos que são bases possíveis de uma acumulação material, esse processo acaba por *transformar relações arbitrárias em relações legítimas*, por meio do uso da violência, seja na forma do *dom* ou da *dívida*. Essas duas formas de violência, às vezes, coexistem na mesma formação social.

O estado, enquanto detentor dos mecanismos que se apropriam de bens materiais e simbólicos produz uma “economia de estratégias” que se expressa sobre a forma de dominação das pessoas, fala-se em economia, posto que suas estratégias são muito *custosas*, e buscam instaurar ou manter relações de dependência de pessoa a pessoa, a longo prazo. Este campo é onde a política se manifesta de forma exemplar. Dito de outra forma:

A acumulação de riquezas materiais, não é, em um tal contexto, senão um meio entre outros de acumular poder simbólico como poder de fazer reconhecer o poder: O gasto que se pode chamar demonstrativo, em oposição a produtivo (que pode significar gratuito ou simbólico) representa da mesma forma que outro gasto visível sinais de riqueza reconhecidos na formação social considerado, uma espécie de autoafirmação legitimadora pelo qual o poder se dá conhecer e reconhecer (BOURDIEU, 2003, p. 221).

Para legitimar sua ordem, mobilizar crença, obediência ou trabalho, o estado evoca mecanismos que pertencem ao campo da ideologia, como por exemplo, as artes, os bens culturais e seus produtores que atendendo as funções ideológicas, podem ajudar na permanência da reprodução da ordem social vigente. Nesse jogo, uma justificação prática da ordem estabelecida, opera uma inculcação ideológica – economia das estratégias - que pode garantir efeitos tão dissimulados, que talvez não se expresse em palavras, mas sim, em um *silêncio cúmplice*, que ajuda a garantir, uma dominação econômica que nega o interesse econômico veementemente. Assim, se converte capital econômico em capital simbólico e o redistribui de forma legítima, em âmbitos públicos e privados, e com isso garantem um capital de crédito, que pode refratar as lógicas de dominação social (BOURDIEU, 2003, p.225).

Uma vez apresentados os recursos teóricos e conceituais mobilizados para revelar o que é invisível no contexto em foco e tendo por base as relações sociais objetivas, no item seguinte é apresentado, a metodologia a qual se recorreu para se inferir as tendências e os fundamentos da pecuarização da agricultura familiar na região de Marabá (PA).

1.3 A metodologia para inferir as tendências da agricultura familiar e apreender fundamentos das mudanças.

No primeiro item do presente capítulo foram apontados os fundamentos teóricos que permitem indicar a pertinência heurística de se agrupar a agricultura familiar em um grupo social que, por suas características singulares, deve igualmente ser tratado no plano investigativo como objeto específico. Uma vez que agricultura familiar figura no agrário como um grupo social particular no âmbito da sociedade capitalista, já que nela existe profunda simbiose entre produção e consumo; uma articulação singular na forma com que são decididas a alocação da terra, do trabalho e capital disponíveis e mesmo formas particulares de relação entre economia camponesa e o mercado. A unidade na qual se baseia a agricultura familiar é parcialmente mercantil porque exclui fração de sua produção para seu consumo e a fração restante comercializa. Esta característica particular é a que a distingue da lógica de

funcionamento de uma racionalidade capitalista e pode fundamentar sua reprodução e sobrevivência social no capitalismo (TEPICHT, 1973).

Estes elementos teóricos que enfatizam o peso e a importância da diversificação da unidade produtiva, da relevância determinante do trabalho familiar e do padrão de utilização da terra são os utilizados para que no capítulo 2, a partir da retabulação dos dados dos Censos Agropecuários fossem identificados os agricultores familiares da região de Marabá, mas, sobretudo, as tendências registradas, dentre elas, a de pecuarização com grande destaque.

Assim, os principais alicerces teóricos desdobram-se em estratégias metodológicas e em técnicas de investigação, contexto no qual realizam-se a identificação em termos agregados, de quem seriam os agricultores familiares da região de Marabá mediante a retabulação dos dados censitários.

Tal retabulação teve como objetivo inicial identificar as manifestações aparentes da presença da produção camponesa na região de Marabá. O recorte espacial adotou nível de agregação que permitiu efetivar comparação temporal dos dados, haja vista que houve, nos períodos intercensitários a criação de novos municípios. Com base na identificação das estruturas camponesas na região de Marabá, tendo por base a retabulação dos dados censitários, identificaram-se as principais manifestações aparentes das tendências apresentadas pela produção camponesa, em termos agregados por faixa de área, no agrário regional.

A manifestação aparente deste fenômeno, capturada por variáveis diretamente observáveis e capturadas pelos Censos Agropecuários, apesar de indicar clara tendência ao ser baseada, unicamente, em bases objetivadas, impõe limites à apreensão dos fundamentos de tais processo que tem importantes componentes subjetivos. Como alternativa metodológica para se apreender aspectos subjetivos deste processo de pecuarização aparentemente paradoxal, realizou-se pesquisa de campo com o fito de se agregar elementos de ordem subjetiva às tendências capturadas em sua face objetivada.

Uma vez mapeados as manifestações aparentes e suas tendências no que concerne à agricultura familiar a etapa seguinte da pesquisa foi dirigida para a interpretação daquelas manifestações aparentes. Para tanto, recorreu-se a estratégia de realização de pesquisas de campo, realizadas nos anos de 2017 e 2018 por meio da realização de entrevistas com estes agricultores familiares.

A pesquisa de campo, sem desconsiderar os aspectos de objetividades, recorreu aos conceitos de *habitus* e ao de *estratégia*, já referendados como instrumentos conceituais que auxiliaram pensar a relação, e a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos agricultores familiares no bojo da reflexão e da construção de um *concreto pensado*.

Por conseguinte, na pesquisa de campo buscou-se dar ênfase na contribuição qualitativa sociossimbólica, o que se justifica por haver um conjunto de dados articulados de cunho físico e social, pois, para uma melhor apreensão dos processos estudados foi preciso compreender sociologicamente os fundamentos e as razões das mudanças. A manifestação geral do problema, ações, comportamentos e interações de pessoas precisam ser relacionadas à situação específica em que ocorre a problemática. Buscou-se considerar, assim, as múltiplas dimensões presentes na situação pesquisada; a variedade de fontes de informação; e, por fim, a representação de diferentes, e às vezes conflitantes pontos de vista, presentes numa dada realidade social (ANDRÉ, 2012).

A identificação das alterações em fatores condicionantes da produção camponesa no contexto social no qual estão inseridas foi realizada por meio de tratamento e análises estatísticas de dados empíricos presentes nos Censos Agropecuários, Censos Demográficos, de 1996 e 2006, e do Cadastro Ambiental Rural, que operam como uma estratégia de base deste estudo, e que norteou os demais caminhos desta pesquisa. A seleção das variáveis está condicionada a sua articulação com os fundamentos que envolvem a relação entre a agricultura familiar e o modo de produção capitalista.

Após a definição de variáveis capazes de realizar uma aproximação com fatores condicionantes da produção camponesa, houve a retabulação dos Censos Agropecuários de 1996 e 2006 de forma a compatibilizá-los com a caracterização da agricultura familiar. Após esta retabulação e com a seleção das variáveis de maior interesse foi possível inferir os vieses de tendências que se estabeleceram nesta área.

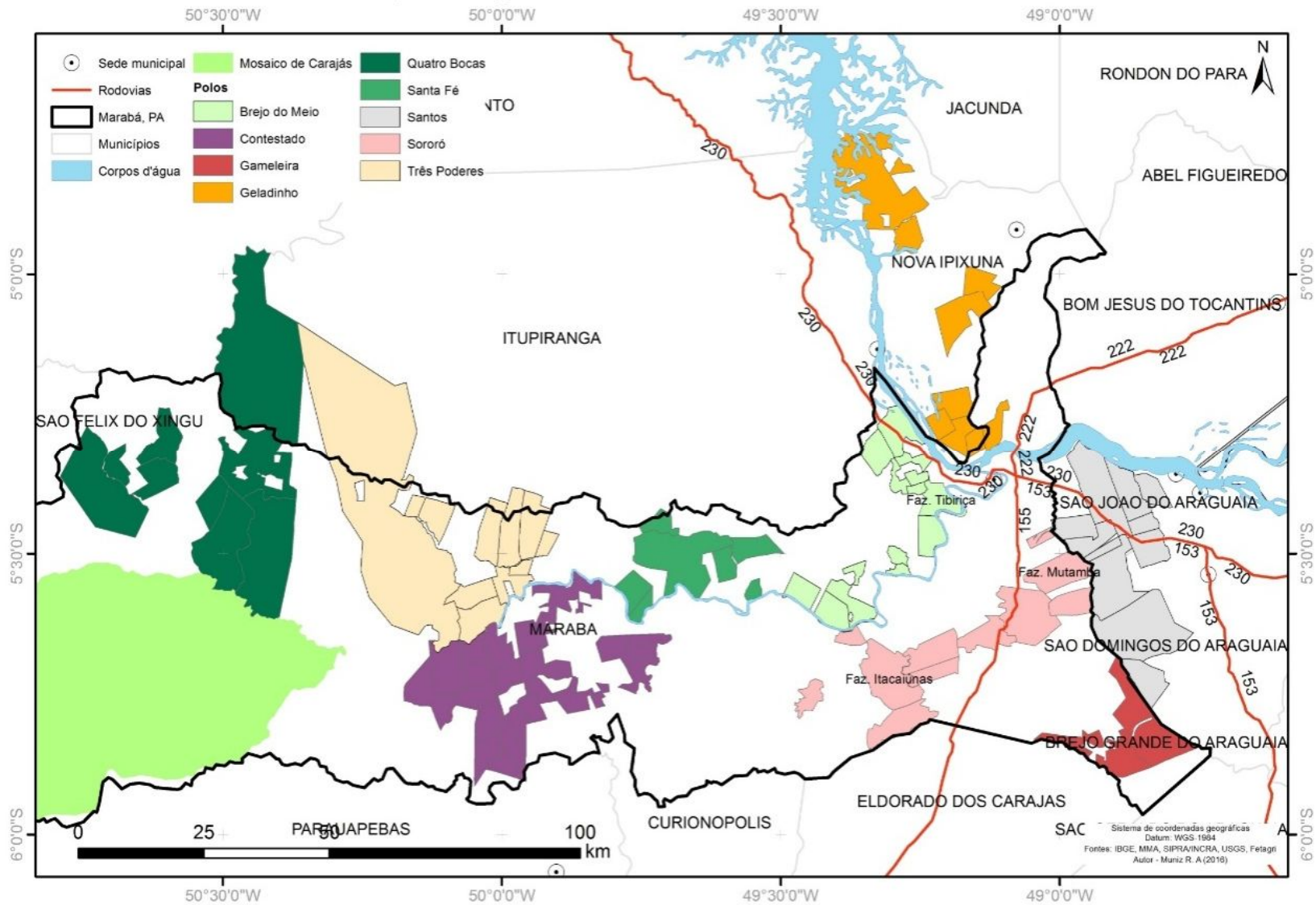
Os dados do IBGE são apresentados no conjunto, assim, houve um esforço da pesquisa para separar Agricultura Familiar da Agricultura Patronal, uma vez que isso não vem separado no censo. Esses dados mostraram uma tendência de crescimento da pecuária mesmo na agricultura familiar. Na primeira etapa considerou-se apenas “um Município”, uma “Grande Marabá”. A segunda etapa da pesquisa se desenvolveu no âmbito do projeto

Diagnóstico Econômico e Socioambiental no município de Marabá (PA), uma parceria entre a Fetagri Regional Sudeste e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, por uma equipe multidisciplinar, em campo buscou-se realizar um painel mais refinado, que pudesse ajudar a cotejar a tendência de estabilidade do rural na região, apontada pelos Censos Agropecuários de 1995/1996 e de 2006, expostos em tabelas aqui, cotejados com uma leitura sociossimbólica.

A etapa seguinte da pesquisa foi feita em campo, primeiro com a aplicação de questionário e depois com a realização de entrevistas com os agricultores familiares, como uma forma de se obter outras informações que pudessem ser analisadas frente às manifestações aparentes captadas pela tabulação espacial dos dados censitários. Nessa etapa, foi feita uma divisão por polos, cada um representando um conjunto de Assentamentos da agricultura familiar (Figura 2). Alguns dos critérios para a escolha dos polos foram a aproximação da sede do município de Marabá e a natureza da produção das propriedades. São eles: 1. Polo Três Poderes - Brejo Grande; 2. Polo dos Santos - São Domingos; 3. Polo dos Santos - São João; 4. Polo Hidroservice - Itupiranga; 5. Polo Geladinho - Marabá, Nova Ipixuna e Jacundá; 6. Polo Santa Fé - STR Marabá; 7. Polo Brejo do Meio - STR Marabá; e 8. Polo Sororó - STR Marabá.

A partir de dados fornecidos pela FETAGRI e INCRA foram selecionados 7 polos, dos quais compôs um demonstrativo de quais produtos eram mais representativos nessas propriedades, o funcionamento da cadeia de produção e beneficiamento e quais políticas públicas estavam presentes, numa tentativa de aprofundar o conhecimento sobre cada um deles. Naquela etapa da pesquisa coordenada pela Unifesspa e Fetagri foram identificados 7 produtos inicialmente: O gado e leite, a mandioca, frutas, hortaliças, aves, suínos, peixe e mel.

Figura 2: Mapa com indicação regionalização de assentamentos da reforma agrária adotada para a seleção de entrevistas.



Fonte: Muniz et. al (2016).

Nas reuniões com os agricultores familiares, as conversas convergiram para o entendimento da dinâmica de produção de cada um dos polos citados acima, para que se pudesse fazer um detalhamento dessas atividades como, por exemplo: a reação deles diante dessa tendência de expansão da pecuária, apresentada pelos dados do Censo, a influência ou não da proximidade com a cidade, da tradição familiar, a cadeia de produção, estrutura de sindicatos, cooperativas, etc. No sentido de aprofundar esse nível de entendimento, e se possível, construir um painel da produção a partir das evidências sociológicas observadas em campo.

Foram realizadas reuniões com agricultores familiares dos polos Três Poderes, em 20/01/2017, em Brejo Grande, e no Polo dos Santos, formado pelos Assentamentos dos municípios de São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia, no dia 28/01/2017, Polo Hidroservice, em Itupiranga, 02/02/2017 e Polo do Geladinho abrangendo Assentamentos de Nova Ipixuna e Jacundá, em 03/02/2017. Em maio de 2018, houve um retorno a campo para realizar mais entrevistas que pudessem fortalecer as análises sociológicas.

Em campo foram usadas as seguintes técnicas de coleta:

- Reuniões: A exposição dos dados empíricos dos Censos de 1996 e 2006, para produtores e produtoras rurais, conhecedores da realidade sociológica local.
- Entrevistas: As entrevistas foram usadas na coleta de informações nos estabelecimentos agrícolas familiares.
- Roteiro: No caso do levantamento junto aos agricultores foi utilizado o roteiro semiestruturado para a orientação do diálogo. No caso de algumas informações ao nível do estabelecimento, principalmente, aqueles referentes aos projetos dos assentados e trajetória histórica e social.
- Questionários: O uso de questionários foi priorizado no levantamento aprofundado de informações ao nível dos estabelecimentos agrícolas familiares, procurando dar conta tanto da situação atual como de sua evolução.
- Caderno de campo: O caderno de campo foi um instrumento usado em todo o processo para registrar os achados.

O objetivo deste capítulo, num primeiro momento, foi o de pontuar elementos teóricos chave, que até então, parecem delimitar a singularidade da agricultura familiar como: relação

com a terra, absorção das pressões externas sobre a unidade familiar e o gerenciamento do uso da mão de obra familiar apontados por Tepicht (1973), porém, considera-se que estes são insuficientes para a leitura do processo de pecuarização em curso encontrado por esta tese nas unidades familiares da região Marabá (PA) marcado por relações sociais objetivadas. Frente a isso, mobiliza-se uma rede teórica vinda da sociologia de Bourdieu (2009) aqui, expressa em: diferentes espécies de capital que se acumulam e se transformam; nos campos separados, suas naturezas e suas lealdades específicas; no *habitus*, como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações; nas *estratégias* como ações práticas e no estado, como produto de uma economia de estratégias. Com este suporte teórico busca-se revelar o invisível, o sociossimbólico, que precisa ser considerado quando se trata do que torna singular o mundo da agricultura familiar, com o qual esta tese se deparou no campo empírico.

Capítulo 2 - A configuração da agricultura familiar na Região de Marabá

Nesta etapa da tese, é necessário iniciar a contextualização da formação histórica da agricultura familiar e do agrário na região de Marabá. No Sudeste do Pará, na década de 1930, o estado distribuiu um milhão de hectares de castanhais na forma de cessão de aforamento para aliados políticos, criou-se, então, o polígono dos castanhais, com 250 bosques nas mãos da oligarquia local. Com o Estatuto da Terra, de 1964, se estabeleceu um acordo entre o governo militar e a igreja Católica, isso resultou na distribuição de 4.100 lotes, nos anos de 1971 e 1981, numa faixa de 10km da transamazônica, onde foram instalados os chamados colonos. No final daquela década não havia mais “terras livres”, começaram as invasões e as ocupações das grandes propriedades, por trabalhadores rurais e sem-terra (EMMI,1999). Ao tratar da relação do estado com o espaço amazônico Trindade (2014) destaca:

Tratar do espaço amazônico, enquanto fronteira estratégica do capitalismo brasileiro, remete à frenética ação do Estado brasileiro nos últimos cinquenta anos, uma autêntica intervenção geopolítica que acabou por constituir o atual mosaico de ocupação econômica e de disputas sociais e territoriais (TRINDADE, 2014,p.41.).

Michelotti (2009, p. 247) apresenta um recorte histórico de constituição do agrário regional organizado em três períodos: início do século XX até década de 1960; 1970 a 1989; e 1990 até hoje. O primeiro período, caracterizado pela existência de uma “frente de expansão da castanha e pecuária”; o segundo, pela existência de uma “frente de expansão agrícola – posseira”; o terceiro, pela luta dos “sem terra”.

A que se considerar, também, que as estratégias de ocupação recente da região Amazônica, no século XX, devem ser olhadas sob o aspecto da intervenção estatal, neste caso, em um primeiro período que se estende aproximadamente do ano de 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, SPVEA, que tinha como função elaborar planos quinquenais para a região, passando pela criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 1966, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, 1970 e de grandes projetos como Grande Carajás, Construção de Hidrelétricas, Projeto Calha Norte, chegando a 1988, com o Programa Nossa Natureza, do Ministério do Interior, que pretendia rever a legislação ambiental e o zoneamento agroecológico da região (TRINDADE, 2014).

Em 1964, os militares mudaram a estrutura política brasileira, ao darem um golpe e assumirem o governo do país. As transformações impostas pelo governo militar logo chegaram à economia. Neste novo cenário político e econômico, a Amazônia precisava ser integrada ao restante do Brasil. Foram criados projetos econômicos que possibilitaram que o capital externo entrasse na região, assim como, o domínio político dos militares (COSTA, 2012; TRINDADE, 2014).

Ao tratar das dinâmicas do agrário nacional, Costa (2012) pontua que:

No Brasil, não obstante a peculiaridade histórica que tem mantido intocada a propriedade latifundiária da terra, esse processo de disputa está em andamento, indefinido tanto na maioria das regiões mais industrializadas do país quanto, principalmente na Amazônia. O processo de privatização de suas terras (ao lado da auto-organização, da busca de espaços institucionais e políticos, e da mais recente busca insistente de conhecimento de todo tipo) constitui, assim, um momento privilegiado nessa história de antagonismos (COSTA, 2012, p.180).

Em nome do “progresso” do país, os estados perderam autonomia política e econômica e a região foi aberta ao grande capital interno e externo, através de uma política de incentivos fiscais. Assim, em 1966, começou a ser elaborado a “Operação Amazônia”, que tinha como foco principal fazer um grande diagnóstico da região, revelando suas principais deficiências e suas potencialidades econômicas. Após o estudo, o governo definiu como primeiras ações: Criar polos de desenvolvimento, incentivar a migração populacional e do capital privado, assim como, desenvolver infraestrutura e financiar pesquisas sobre os recursos naturais da região. O aparato administrativo foi grande. Instituições foram criadas, outras, tiveram suas naturezas redirecionadas. Tudo com o objetivo de levantar recursos econômicos, que no discurso, iriam beneficiar a Amazônia (FERDANDES, 2014).

Uma dessas medidas foi à substituição da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, SPVEA, criada em 1953, pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 1966, que tinha entre as suas funções a de avaliar os projetos e selecionar os que seriam implantados aqui na região. O Banco de Crédito da Borracha foi transformado em Banco da Amazônia (BASA). No início da década de 1970 foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essas iniciativas faziam parte do fortalecimento da presença do estado na região. O governo, porém, falava em inserir, preencher, proteger, garantir, promover, desenvolver a Amazônia (PETIT, 2003).

Por estes caminhos, o capitalismo se fortaleceu na região e uma de suas consequências foi a de competir de forma desigual com o capital regional. O governo criou uma legislação complexa que impedia muitos empresários locais de obterem créditos e os incentivos fiscais, tão propagados pela SUDAM. O programa de desenvolvimento militar para a região trazia na bagagem doses maiores de capitalismo, os incentivos fiscais, a abertura de uma rede rodoviária, que incluía a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, e a vinda de homens e mulheres para colonizar a região. Cheios de sonhos. Em busca de uma vida melhor, nesse *chão de promessas* (PETIT, 2003).

Era importante ocupar a região preenchendo o grande *vazio demográfico* existente aqui, e por fim, garantir a soberania da nação, diziam os militares. Com uma política econômica marcada por obras faraônicas, o governo também buscava visibilidade no cenário internacional e, assim, atraía o capital externo com mais facilidade. Criando uma série de leis e decretos o governo foi superpondo o domínio federal sobre as esferas estaduais (PETIT, 2003).

Um dos expoentes desse modelo de desenvolvimento foi à criação da Amazônia Legal, em 1966, delimitação de ordem política e administrativa, não geográfica, que tinha a função de planejar o desenvolvimento regional com incentivos de créditos e fiscais, abrangendo o que hoje se conhece como os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A maioria desses estados está localizada na região Norte do Brasil, exceto o Maranhão, no Nordeste e Mato Grosso, no Centro –Oeste. Um decreto de 1967 dividiu a região em Amazônia Ocidental, composta pelos estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia e Amazônia Oriental formada pelos estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins (FERNANDES, 2014).

Na campanha do governo militar, para atrair gente para o seu projeto de colonizar a região, diziam que as terras na Amazônia não tinham dono. Quando os colonos chegaram aqui, descobriram que os povos indígenas, por exemplo, os verdadeiros donos do lugar, estavam dispostos a lutar por suas terras, muitos nativos e colonos morreram em combate, e este foi apenas um dos desafios enfrentados pelos migrantes, pois, a natureza do lugar também precisava ser compreendida, vencida, já que podia ser hostil, violenta, mortal. Mas isso, não fora veiculado pela campanha do governo federal (PETIT, 2003).

Neste sentido, Castro e colaboradores (2008), assim pontua a ação do estado na região, no tocante ao acesso à terra:

O Estado por sua vez, longe de combater esses delitos, apoiava a grilagem de terras na Amazônia, tornando legal a aquisição de terras demarcadas ou compradas fraudulentamente, muitas delas já aquinhoadas com incentivos fiscais. O governo federal regularizou (...) as terras griladas e deu à justiça os instrumentos legais de que ela precisava para legalizá-las e, posteriormente, promover a expulsão dos antigos moradores (CASTRO, 2008, p.21).

O estado brasileiro colocou em curso a divulgação do seu projeto de colonização pública, num desenho urbano que começava com as Agrovilas, que seriam comunidades com aproximadamente 50 famílias, um posto de saúde e uma escola. Para cada 20 agrovilas, haveria uma Agrópolis, um centro administrativo dos órgãos públicos com serviços urbanos, assistência social e uma cooperativa de trabalhadores, o ponto de integração das Agrovilas e Agrópolis seriam as Rurópolis, os centros mais desenvolvidos, eram comunidades padronizadas e ideais para o desenvolvimento da região, pelo menos no projeto (VICENTINI, 2004).

Na prática, as comunidades não receberam o apoio prometido e foram abandonadas pelo governo. Paralelo ao projeto público de colonização havia um projeto particular que se desenvolveu, para onde muito da força de trabalho do projeto oficial migrou. Muitos migrantes abandonaram as Agrovilas e foram morar nas cidades em busca de trabalho. As áreas de colonização mais distantes foram esvaziando com o tempo.

O fluxo de migrantes que veio para região superou a capacidade do governo de assentá-los, estes foram se instalando como posseiros, nas proximidades dos projetos e este boom da colonização acabou por intensificar o problema da luta pela posse da terra em vários estados da região amazônica (VICENTINI, 2004).

No projeto de desenvolvimento pensado pelo estado brasileiro para a região, a Amazônia aparecia como um local em que estava estocado uma infinidade de recursos naturais, que permitiriam ao capital refazer seu ciclo de acumulação, o estado tomou a frente do projeto de desenvolvimento apresentado ao país, como a solução para os problemas econômicos e sociais da época (TRINDADE, 2014).

Esse ideal de progresso via um crescimento linear e sem fim, que buscava na incorporação de terras e de recursos naturais infindáveis o seu trunfo. Como pano de fundo, o ideal moderno dizia que para o projeto ter sucesso era preciso transformar a natureza

selvagem, em natureza *dominada*, e fazê-la gerar lucros. Assim, a incorporação da Amazônia ao resto do Brasil, passaria antes de tudo, pela transformação do seu espaço natural, através do trabalho humano. Com essa visão, o espaço amazônico foi ocupado, sob a égide do estado.

Nesse processo de redistribuição territorial, proposto pelo governo, a agricultura colocada em prática, desde o início estava vinculada a um grupo, o das empresas capitalistas. Esse modelo ganhava destaque com a expansão do mercado da indústria de tratores, adubos químicos e sementes elementos -chave na agricultura moderna proposta pelo estado. A lógica de exploração era capitalista. As atividades de pecuária extensiva logo receberam ajuda de custo do governo, para facilitar seus empreendimentos. Esse projeto buscava substituir florestas por pastagens, e acabar com o “isolamento e o vazio humano”, da região como afirmava o discurso hegemônico do capital, para esta estratégia de desenvolvimento do estado na região, a terra só tinha valor se fosse transformada em pasto (TRINDADE, 2014).

Houve um *bloqueio*, ao desenvolvimento de uma agricultura familiar, que ia de encontro a esses princípios. Mesmo assim, ela não deixou de se desenvolver e tornar-se um importante setor da produção agrícola regional. O intenso movimento migratório para a região é explicado em boa medida, pelos programas oficiais de colonização deslocando trabalhadores do campo e da cidade, especialmente do Nordeste e Centro-Sul, motivados pelo sonho de conseguir terra para plantar, mas também, encontrar trabalho nas obras de infraestrutura, atividades de exploração de madeira e minério (CASTRO et al; 2008).

O desconhecido meio natural amazônico impôs dificuldades a esses migrantes, e a visão de que a natureza era apenas uma reserva de bens naturais, levou-os a estabelecer uma relação de exploração, também agressiva ao meio natural. Porém, a exploração dos recursos naturais era feita para a subsistência familiar. Assim, os diferentes agentes sociais impuseram diferentes formas de se relacionar com a natureza regional. No caso do Sudeste do Pará, região em que grandes projetos foram implantados, a produção de energia elétrica, principalmente, com a finalidade de exploração mineral transformou Marabá e região num polo de referência na disputa entre diferentes segmentos sociais pela posse e uso da terra. Nesse espaço, a concentração fundiária, tem se mantido nas mãos do grande capital, em larga medida, resultado de um projeto de estado (OLIVEIRA, 2009).

Em outro aspecto observa-se que, mesmo com os esforços do estado brasileiro, de colocar em prática a agricultura moderna na região amazônica, os avanços foram lentos. Na

região sul e sudeste do Pará, por exemplo, a *Revolução Verde* não se desenvolveu como em outras partes do país. A utilização dos insumos e máquinas na produção não alcançou os objetivos esperados, mesmo nos grandes empreendimentos agropecuários. Isso, também, ocorreu com os ganhos na produção, que ficaram bem distantes das metas do governo. Com tudo é fato que a lógica industrial da agricultura moderna entrou, e definiu os padrões da produção agropecuária na região de Marabá, essa constatação pode ser observada a olho nu, em nossos dias, através da proliferação de adubos químicos, agrotóxicos, máquinas e áreas de cultivos de monoculturas, como por exemplo, as de eucalipto (OLIVEIRA, 2009).

Monteiro (2006) argumenta que a disputa pela terra estaria inserida no bojo de visões de projetos distintos de desenvolvimento regional e que na fronteira amazônica são identificáveis resultados de tentativas estratégicas de modernização vinculadas ao um modelo de desenvolvimento que oferece aporte e impulsiona

A mineração industrial, as guseiras, as grandes metalúrgicas, as grandes indústrias químicas, a produção homogênea de gado e de grãos e as gigantescas estruturas industriais, cuja implementação pressupõe uma elevadíssima padronização das bases produtivas, podendo provocar alterações tão significativas na natureza originária que comprometem os fundamentos da sua reprodução, representando, portanto, grandes riscos ambientais. [...]. Em oposição a esse modelo, encontram-se as pequenas e médias estruturas produtivas, que operam em pequena escala, entre as quais grande parte das unidades camponesas. Trata-se de um modelo baseado na diversificação da produção, cujos riscos ambientais são bem menores (MONTEIRO, 2006, p.7).

Por conseguinte, os processos de ocupação da Amazônia brasileira nas últimas décadas do século XX foram fortemente marcados pela intervenção do governo federal. Monteiro (2005) indica que “o Estado autoritário, a partir da convergência da geopolítica com a doutrina de segurança nacional, formulou uma doutrina de intervenção interna, que tomou formas específicas no caso da Amazônia” (MONTEIRO, 2005, p. 144). Para os governos militares era imperioso “ocupar a Amazônia” e para tanto foi criado um grande aparato institucional e diversas ações coordenadas pelo governo, uma destas ações envolveu a criação, em 1974, do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia).

Os planos federais previam a implantação de diversos “polos de desenvolvimento na Amazônia brasileira”, a organização destes de um destes polos teve repercussão direta nas mudanças na “região de Marabá”. Já que a partir dos anos 1980, diante das dificuldades para financiar a infraestrutura vinculadas a todos os polos do Polamazônia, criou, em 1980, um

novo programa que passaria a concentrar a maioria dos recursos federais destinado à Amazônia, este programa foi Programa Grande Carajás e do (PGC) e tinha como elemento chave a exploração das minas de Carajás, na “região de Marabá” (MONTEIRO, 2005, p. 152).

O Programa Grande Carajás (PGC) teve grande repercussão na organização das dinâmicas regionais, ele trouxe

em seu bojo uma grande diversidade de interesses, entre eles os dos governos militares e de grupos transnacionais, aos quais se agregaram os da CVRD, que buscava consolidar na região um ambiente socioeconômico que resguardasse seus investimentos e maximizasse a utilização da infraestrutura por ela criada (MONTEIRO, 2005, p. 153).

Este quadro conduz a pertinente percepção de que

no sudeste do Estado do Pará a produção camponesa e a produção mineral têm sofrido pressões e influências recíprocas [...] ocorreu uma intersecção temporal e geográfica destas estruturas produtivas. A região abrigou frentes de expansão camponesa [...] bem como se instalaram empreendimentos de mineração industrial vinculados à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e que se destinavam à extração e beneficiamento primário de minerais. Estes empreendimentos têm influência nas trajetórias do espaço agrário da região. A região, em função da instalação de atividades de mineração industrial e da concentração de grande fluxo migratório, passou a assumir, simultaneamente, uma conotação de área de crescente exploração de minerais e de surgimento de projetos de assentamentos (MONTEIRO; TEIXEIRA, 2006, p. 49)

Castro (2008) indica que no Sul do Pará, por exemplo, há uma rota de pecuarização em curso, desde 1975 conduzida pelas mãos do estado e do capital privado, e que esta tem definido o ordenamento territorial naquele espaço.

Por estas razões defende-se que o estado brasileiro age de forma física e simbólica historicamente na região, e afeta todos os segmentos humanos do contexto em tela, e que suas ações podem, por exemplo, direcionar as atividades econômicas colocadas em curso pelos agricultores familiares, argumento que encontra eco na forma como Trindade (2014) desenha as ações deste para a Amazônia:

Na Amazônia, a intervenção estatal estabelece os elos mais importantes para dinamização das condições de reprodução ampliada do capital, isso procedendo ao mecanismo gestão, via políticas públicas, dos principais componentes necessários à acumulação: a força de trabalho, a terra e a infraestrutura enquanto parcela central dos meios de produção (TRINDADE, 2014, p.154).

Na Amazônia da região de Marabá a intervenção do estado parece operar no mundo da agricultura familiar como um elemento externo importante, que pode influenciar nas realidades sociais e econômicas, através de políticas públicas de acesso à terra e de crédito bancário, no entanto, essa concessão cobra um preço: o de estabelecer a natureza dessa produção.

Na região de Marabá, a elevadíssima concentração da propriedade da terra é uma marca histórica de forma que estrutura latifundiária impeliu milhares de famílias de imigrantes que chegavam à região a ocuparem, como posseiros, diversas áreas e as disputar com fazendeiros e empresas. Disputas que resultaram em grandes embates e massacres, dentre os quais se inscreve o “Massacre de Eldorado dos Carajás”, quando no dia 17 de abril de 1996, 19 trabalhadores sem-terra foram brutalmente assassinados, na Rodovia PA-150, local conhecido como “curva do S”, esse episódio compõe o quadro alarmante da violência agrária no Pará, consequência do processo histórico do desenvolvimento econômico da região Norte, no caso, fortemente atravessado por uma exploração mineral e agropecuária nas regiões sul e sudeste do estado (BRELAZ, 2006).

Quando se argumenta que o estado opera sob formas físicas e simbólicas, se entende que uma ação nasce primeiro no campo das ideias, e só depois se materializa, e nesse processo, há um convencimento de alguém que *seduz* alguém, com algo. Para Bourdieu (2012) “o estado também se constrói como discurso”. Assim, parece que seus argumentos discursivos têm atravessado os projetos de desenvolvimento para a região, e a aceitação e defesa da pecuária, por exemplo, se inscreve neste contexto, como um Capital Simbólico importante, aquele que nasce de um determinado capital e suas relações sociais (BOURDIEU, 2012).

2.1. Vieses de tendências da produção agrária na região de Marabá no período intercensitário, 1995-2016.

A seguir apresentam-se as principais tendências presentes no agrário da região de Marabá, no período compreendido entre 1995 e 2016, onde recorreu-se aos dados dos Censos Agropecuários de 1985/1986 e 2006, e do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de 2016. Os dados censitários foram submetidos a tratamento estatístico que possibilitou, por exemplo, organizá-los por tipologias, para agricultura patronal e para agricultura familiar, a partir da expressão de importância relativa do uso da força de trabalho familiar no âmbito da unidade

de produção e do tamanho das propriedades. Tal retabulação permitiu realizar esta segmentação e, a partir dela, identificaram-se as mudanças ocorridas em segmentos sociais distintos, relativos ao uso da terra e a natureza da produção nelas desenvolvidas.

Com relação à abrangência espacial da pesquisa Tabela 1, corresponde à Área Mínima Comparável (AMC) que abarca a configuração territorial, em 2016, dos municípios paraenses de Água Azul do Norte; Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá e Parauapebas.

A região estudada abrange 3.765 mil hectares dos quais a apropriação familiar provável envolve uma área de 344 mil ha, quando se considera os dados do Censo Agropecuário de 2006, pode chegar a 623 mil ha quando se considera as informações do Cadastro Ambiental Rural de 2016 e 791 mil ha quando se considera a área total destinada aos assentamentos da reforma agrária inferida por meio de imagem de satélite; já a apropriação patronal provável abarca uma área de 1.059 mil ha quando se considera os dados do Censo Agropecuário de 2006, pode chegar a 2.489 mil ha quando se considera as informações do Cadastro Ambiental de 2016 e até 1.752 mil ha quando se inferida por meio de imagem de satélite e considera a área total da região subtraindo-se dela as demais possibilidades de apropriação inclusive as áreas protegidas, terras indígenas e assentamentos da reforma agrária (Tabela 1).

Nas três fontes de dados utilizadas, a variação percentual do total das áreas apropriadas pelas duas principais formas sociais de organização no agrário, o familiar e o patronal, segue uma variação relativamente uniforme, que serão expressas a seguir, em um conjunto de tabelas, que compõe a fonte inicial usada para inferir as principais dinâmicas em curso na agricultura familiar na região de Marabá.

Tabela 1: Dimensionamento inicial da área de estudo e das formas manifestas de uso e de apropriação da terra na região de Marabá.

Formas de uso e de apropriação da terra	Censo 1985	Censo 1996	Censo 2006	CAR 2016	Imagem de Satélite
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Total da área da AMC Marabá					3.765.387
Total da área com apropriação patronal ou familiar	842.296	1.445.977	1.404.177	3.113.109	(4) 2.544.491
Apropriação patronal provável	643.871 (2)	1.117.727 (2)	1.059.965 (2)	2.489.189 (2)(4)	1.752.794
Apropriação familiar provável	198.425 (3)	328.250 (3)	344.212 (3)	623.920 (3)	791.697 (5)
Outras formas de apropriação					1.220.896
Área Urbana					23.818
Terra indígena					439.151
Unidade de Conservação					757.927

Notas: 1. Corresponde à Área Mínima Comparável (AMC) que abarca a configuração territorial, em 2016, dos municípios paraenses de Água Azul do Norte; Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá e Parauapebas.

2. Corresponde à soma das áreas dos estabelecimentos com 200 ha e mais, nas quais se pressupõem a existência de apropriação da terra pela produção patronal.

3. Corresponde à soma das áreas dos estabelecimentos com menos de 200 ha, nas quais se pressupõem a existência de apropriação da terra pela produção familiar.

4. Há casos de sobreposição das áreas de estabelecimentos.

5. Corresponde à soma das áreas dos assentamentos de reforma agrária, nas quais se pressupõem a existência de apropriação da terra pela produção familiar.

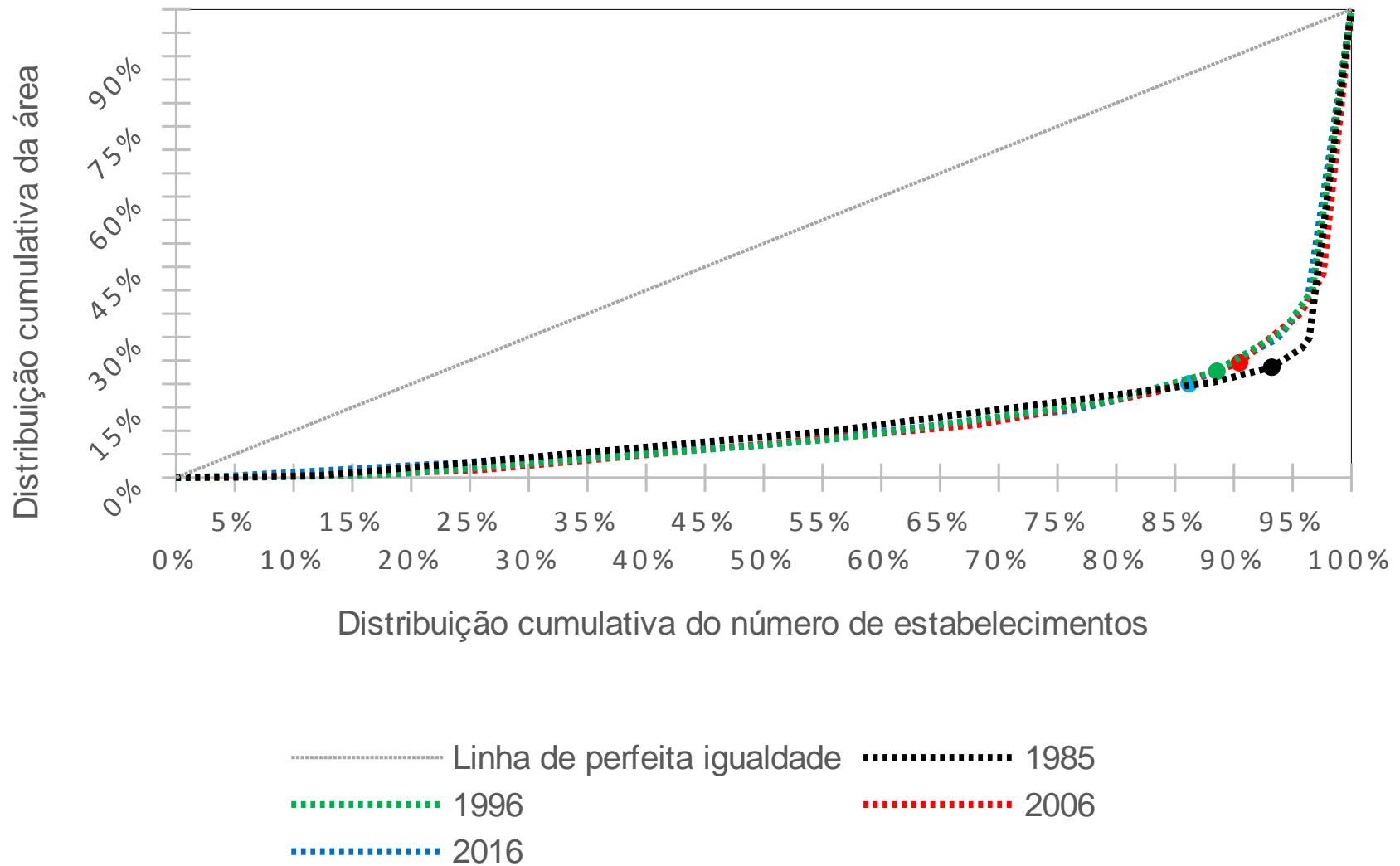
Fonte: Monteiro *et al.* (2016).

Na Figura 3 é apresentada a Curva de Lorenz da estrutura fundiária de Marabá para os anos de 1985, 1996, 2006, 2016, construída a partir de fontes diversas ela representada graficamente os Coeficientes de Gini respectivamente de 0,75; 0,78; 0,79; e 0,77.

O coeficiente de Gini é um parâmetro utilizado para medir a desigualdade de distribuição de algo, e varia entre 0 e 1 sendo que, quanto mais próximo do zero, menor é a desigualdade de distribuição. Donde se depreende a existência de elevados níveis de concentração fundiária na região de Marabá, que têm se mantido estáveis nas últimas décadas. Todavia, apesar de ser elevadíssimo o nível de concentração fundiária na região ao ser comparada com a do Brasil como um todo ela é ligeiramente mesmo concentrada, já que, segundo dados do INCRA, o índice de Gini da estrutura fundiária brasileira, em 2014, era de 0,86.

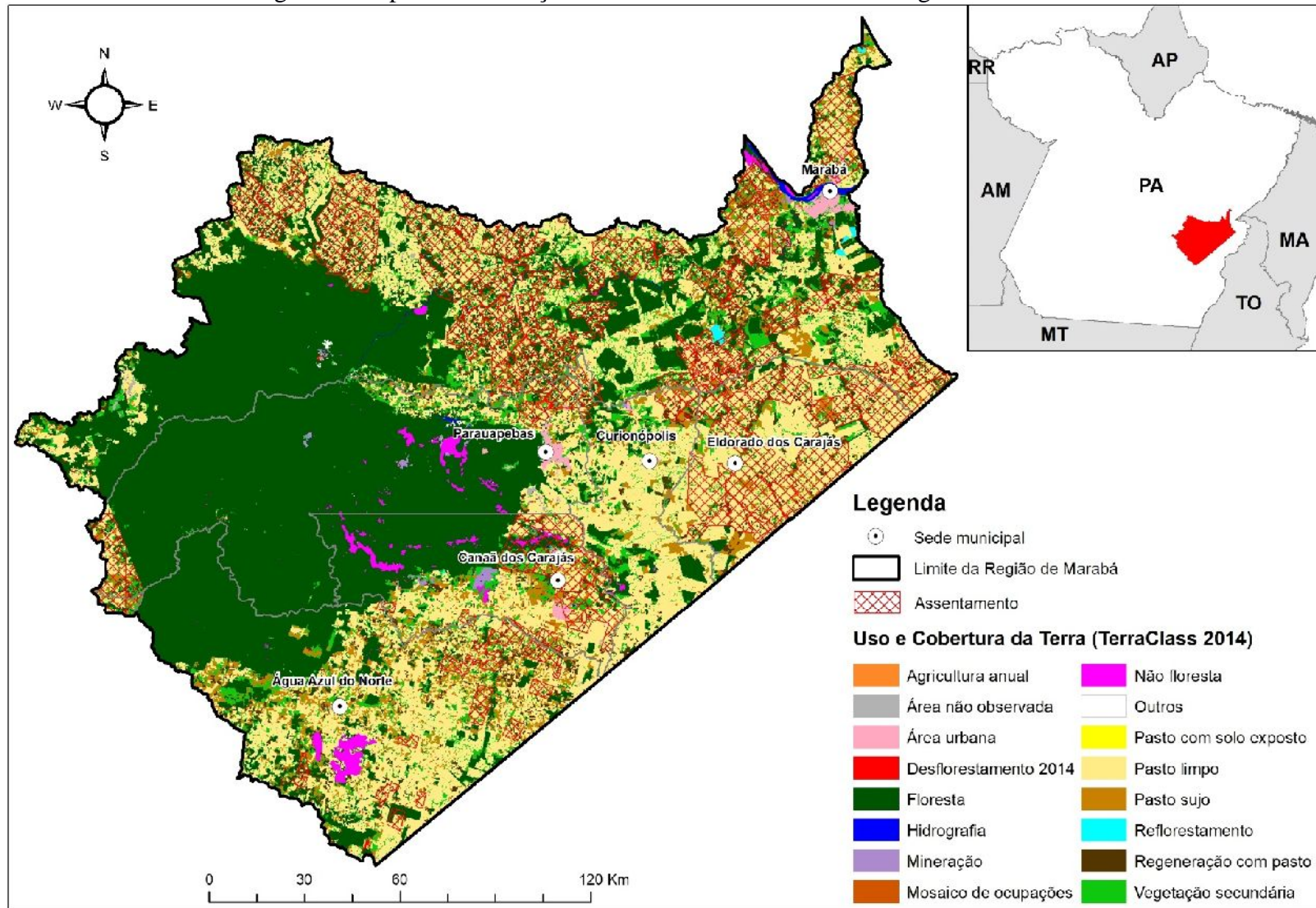
A concentração fundiária e a intensa disputa entre os diversos segmentos sociais pela apropriação dos recursos naturais na região de Marabá refletem, diretamente, no uso e cobertura da terra, como pode ser observado nos dados do projeto TerraClass, referentes ao mapeamento realizado em 2014 (INPE/CRA e Embrapa, 2014). Conforme o citado levantamento, dos 1,6 milhão de ha da formação vegetal classificada como floresta primária existentes na região de Marabá (Tabela 2), somente as áreas de terras indígenas, com 440 mil ha, e as de unidades de conservação, com 758 ha, totalizam, aproximadamente, 1,2 milhão de ha (Tabela 1). Já os 432 mil ha de floresta, restantes, conforme observado na Figura 4, estão divididos em centenas de fragmentos florestais. Observa-se, então, que estas formas de apropriação desenvolvidas não correspondem às das atividades da agricultura familiar ou da patronal, e resultaram na manutenção da cobertura florestal.

Figura 3: Gráfico da Curva de Lorenz da estrutura fundiária de Marabá (1985, 1996, 2006, 2016).



Fonte: Monteiro et al. (2016).

Figura 4: Mapa com indicação do uso e cobertura da terra na região de Marabá em 2014.



Fonte: INPE/CRA e Embrapa, 2014. Elaboração: Monteiro et al. (2016).

Por conseguinte, os 2,5 milhões de ha na região de Marabá objeto de apropriação pela agricultura familiar e patronal são ocupados pelas diversas classes de pastos que cobrem aproximadamente 1,7 milhão de ha Tabela 2, representam, portanto, mais de 2/3 do uso dado aos 2,5 milhões apropriados por ambas as formas de organização social no agrário. Evidenciando o peso, quase hegemônico, assumido por este tipo de uso da terra na região de Marabá.

Tabela 2: uso e cobertura da terra na região de Marabá em 2014.

Classe	Área (ha)
Floresta	1.629.696,65
Vegetação secundaria	345.438,17
Pasto limpo	1.331.513,85
Pasto sujo	231.729,85
Regeneração com pasto	123.081,78
Pasto com solo exposto	28,86
Agricultura anual	107,76
Área não observada	4.961,11
Área urbana	23.803,57
Mosaico de ocupações	8.177,03
Reflorestamento	3.733,05
Mineração	8.127,97
Outros	2.718,75
Desflorestamento 2014	5.843,34
Hidrografia	10.775,93
Não floresta	35.466,33
Total	3.765.204,00

Fonte: INPE/CRA e Embrapa, 2014.

Elaboração: Monteiro et al. (2016).

Neste agrário, que se revela marcado pela concentração fundiária e pelo uso de aproximadamente 2/3 da área por pastos, para se inferir vieses de tendências da agricultura familiar recorreu-se aos dados dos Censos Agropecuários.

Como no Censo Agropecuário de 1995-1996 os dados não são apresentados levando em conta tal segmentação, foi realizada uma reorganização dos dados tendo por base os critérios aqui utilizados para caracterizar a agricultura familiar, estes são próximos aos

utilizados pela FAO/INCRA e que seguem a estratégia indicada por Guanziroli, et al. (2000, p. 12-13) que são: A direção do trabalho é exercida pelo agricultor, que a área seja limitada a uma área máxima 200 hectares e que o trabalho familiar seja superior ao trabalho contratado.

Tendo por base estes critérios, a retabulação dos dados censitários permitiu identificar os segmentos patronal e familiar presentes no agrário regional, além de estratificá-los por grupos de área total. Desta forma, coerentemente com os fundamentos de organização da unidade camponesa (TEPICH, 1973), o que se caracteriza como agricultura familiar pode conter e demandar trabalho contratado, mas este trabalho deve ser menor que o trabalho alocado pela família na unidade produtiva.

A Tabela 3, elaborada com base no Censo Agropecuário de 1995-1996, apresenta os resultados da classificação do que se manifesta, na aparência, como agricultura familiar e do que se manifesta como agricultura patronal, fazendo a diferenciação a partir do tamanho da área. Com até 200 ha, a forma de organização social seria classificada como agricultura familiar, desde que, obedecida essa condição, o valor das Unidades de Trabalho Familiar (UTF) seja maior do que o das Unidades de Trabalho Contratado (UTC). A tabela mostra que, por exemplo, nas propriedades com menos de 1 ha, há 334 UTF, para 46 UTC havendo, portanto, predominância do trabalho familiar. Nas propriedades com mais 200 ha, esse panorama se inverte. Nas propriedades patronais, acima de 1.000 ha, por exemplo, os valores de UTF são 628 e os de UTC são 4.823, uma significativa mostra da diferença do uso da força de trabalho nessas duas realidades.

Destaca-se, ainda, que a maior quantidade dos agentes sociais aparece nas propriedades de 20 a menos 50 ha, e de 50 a menos 100 ha. Havendo uma redução, no espaço de 10 anos, para o quantitativo de membros não remunerados menores de 14 anos e um aumento percentual do uso da força de trabalho familiar dos membros maiores de 14 anos, com destaque para o estrato das propriedades de tamanho 20 a menos de 50 ha. Nessas propriedades, também, a despesa com pessoal contratado aumentou, assim como, o tamanho da área e a quantidade desses estabelecimentos, que tem os maiores percentuais (Tabelas 3 e 4).

Os indicadores presentes na Tabela 4, baseados no Censo Agropecuário de 2006, no tocante à agricultura familiar apontam que nas propriedades de 20 a menos de 50 ha, em comparação com as de 50 a menos de 100 ha, existem estratos significativos, por exemplo, no

primeiro caso, para valores das UTF correspondentes a 10.513, registra-se valores das UTC de 542. No segundo caso, para as UTF com valor de 3.907, recorre-se a 545 para o valor das UTC. Uma variação significativa, quando se compara o tamanho das propriedades. Quando se observa a agricultura patronal, o aumento indicado entre os Censos Agropecuários de 1995-1996 e de 2006 é bem expressivo. Nas áreas com tamanho de 500 a menos de 1.000 ha, estima-se para as UTF valor de 762, para as UTC valor de 1.200. Quando o tamanho sobe para 1.000 ha a mais 200, os valores das UTF e das UTC correspondem, respectivamente, a 785 e 59.824.

Tabela 3: Indicadores e classificação da agricultura familiar e patronal para Marabá - 1996.

	Membros não remunerados menores de 14 anos	Responsáveis e membros da família maiores de 14 anos	Despesas com pessoal contratado (R\$ milhares)	UTF	UTC	Força de trabalho majoritária	Dimensão da propriedade	Caract.
Total	6.392	18.053	13.821	21.249	9.544			
Familiar	5.756	16.038	4.025	18.916	2.779			
Menos de 1 ha	63	302	66	334	46	familiar	familiar	familiar
1 a menos de 2 ha	44	138	50	160	35	familiar	familiar	familiar
2 a menos de 5 ha	266	709	107	842	74	familiar	familiar	familiar
5 a menos de 10 ha	254	807	74	934	51	familiar	familiar	familiar
10 a menos de 20 ha	472	1.071	110	1.307	76	familiar	familiar	familiar
20 a menos de 50 ha	2.561	6.698	1.112	7.979	768	familiar	familiar	familiar
50 a menos de 100 ha	1.446	4.340	1.263	5.063	872	familiar	familiar	familiar
100 a menos de 200 ha	650	1.973	1.243	2.298	858	familiar	familiar	familiar
Patronal	636	2.015	9.796	2.333	6.764			
200 a menos de 500 ha	328	1.047	1.428	1.211	986	familiar	patronal	patronal
500 a menos de 1.000 ha	160	414	1.383	494	955	patronal	patronal	patronal
1.000 ha e mais	148	554	6.985	628	4.823	patronal	patronal	patronal

Fonte: Monteiro et al. (2016).

Tabela 4: Indicadores e classificação da agricultura familiar e patronal para Marabá - 2006.

	Membros não remunerados menores de 14 anos	Responsáveis e membros da família maiores de 14 anos	Despesas com pessoal contratado (R\$ milhares)	UTF	UTC	Força de trabalho majoritária	Dimensão da propriedade	Caract.
Total	4.486	22.527	242.179	24.770	63.755			
Familiar	4.228	19.901	7.201	22.015	1.896			
Menos de 1 ha	44	352	90	374	24	familiar	familiar	familiar
1 a menos de 2 ha	18	135	44	144	12	familiar	familiar	familiar
2 a menos de 5 ha	77	502	118	541	31	familiar	familiar	familiar
5 a menos de 10 ha	287	1.531	210	1.675	55	familiar	familiar	familiar
10 a menos de 20 ha	500	2.775	553	3.025	146	familiar	familiar	familiar
20 a menos de 50 ha	2.206	9.410	2.058	10.513	542	familiar	familiar	familiar
50 a menos de 100 ha	738	3.538	2.072	3.907	545	familiar	familiar	familiar
100 a menos de 200 ha	354	1.625	2.056	1.802	541	familiar	familiar	familiar
Produtor sem área	4	33	0	35	0	familiar	familiar	familiar
Patronal	258	2.626	234.978	2.755	61.859			
200 a menos de 500 ha	208	1.104	3.172	1.208	835	familiar	patronal	patronal
500 a menos de 1.000 ha	50	737	4.559	762	1.200	patronal	patronal	patronal
1.000 ha e mais	0	785	227.247	785	59.824	patronal	patronal	patronal

Fonte: Monteiro et al. (2016).

As Tabelas 5 e 6 expressam a distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários e neste sentido, elas indicam que nos últimos trinta anos a estrutura fundiária mudou muito pouco. Para estabelecimentos com áreas de até 200 ha, registrou-se um percentual acumulado de 23% em 1985, 22% em 1996 e 24% em 2006. Já os estabelecimentos com mais de 200 ha, o percentual acumulado correspondia a 76% em 1985, 77% em 1996 e 75% em 2006. Esses dados mostram que houve pouca variação no percentual da área apropriada pelos agricultores familiares. A concentração da propriedade permanece predominante, esses dados fortalecem o indicativo de que há uma permanência, por exemplo, no tamanho das propriedades ligadas à agricultura familiar.

Tabela 5: Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1985 - 1996 - 2006).

Grupos de área total	1985 (1)		1996		2006	
	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%
Total	842.296	100	1.445.977	100,	1.404.177	100
Familiar	198.425	23,56	328.250	22,70	344.212	24,51
Menos de 1 ha	3	0,00	48	0,00	45	0,00
1 a menos de 2 ha	48	0,01	92	0,01	82	0,01
2 a menos de 5 ha	1.053	0,13	1.221	0,08	939	0,07
5 a menos de 10 ha	778	0,09	3.060	0,21	5.082	0,36
10 a menos de 20 ha	2.291	0,27	6.792	0,47	16.956	1,21
20 a menos de 50 ha	79.162	9,40	106.695	7,38	136.275	9,70
50 a menos de 100 ha	88.059	10,45	112.775	7,80	96.359	6,86
100 a menos de 200 ha	27.031	3,21	97.566	6,75	88.474	6,30
Produtor sem área		0,00	0	0,00	0	0,00
Patronal	643.871	76,44	1.117.727	77,30	1.059.965	75,49
200 a menos de 500 ha	34.807	4,13	126.389	8,74	148.111	10,55
500 a menos de 1.000 ha	18.130	2,15	124.783	8,63	117.884	8,40
1.000 ha e mais	590.934	70,16	866.554	59,93	793.970	56,54

Nota 1: Estimativas.

Fonte: Monteiro et al. (2016).

Tabela 6: Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1985 - 1996 - 2006).

Grupos de área total	1985 (1)		1996		2006	
	Un.	%	Un.	%	Un.	%
Total	4.195	100	6.958	100	8.808	100
Familiar	3.911	93,23	6.162	88,56	7.971	90,50
Menos de 1 ha	5	0,12	161	2,31	164	1,86
1 a menos de 2 ha	31	0,74	65	0,93	66	0,75
2 a menos de 5 ha	231	5,51	308	4,43	232	2,63
5 a menos de 10 ha	104	2,48	339	4,87	687	7,80
10 a menos de 20 ha	155	3,69	445	6,40	1.128	12,81
20 a menos de 50 ha	1.803	42,98	2.566	36,88	3.731	42,36
50 a menos de 100 ha	1.374	32,75	1.595	22,92	1.316	14,94
100 a menos de 200 ha	208	4,96	683	9,82	630	7,15
Produtor sem área		0,00	9	0,13	17	0,19
Patronal	284	6,77	796	11,44	837	9,50
200 a menos de 500 ha	109	2,60	398	5,72	458	5,20
500 a menos de 1.000 ha	25	0,60	167	2,40	168	1,91
1.000 ha e mais	150	3,58	231	3,32	211	2,40

Nota 1: Estimativas.

Fonte: Monteiro et al. (2016).

Os dados do IBGE, que indicam a curva que representa graficamente o índice de Gini quase não sofreram mudança nesse período. Ademais, trata-se de dados obtidos em pesquisa de mais 50% da área (1,4 milhão de ha), fato que valida os dados apresentados. Com relação às unidades familiares, a Tabela 6 mostra um acréscimo já que, em 1985, o número era de 3.911 unidades, em 1996 passou para 6.162 unidades e, em 2006, para 7.971 unidades.

Em relação à área, número e pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários a Tabela 7, a seguir, apresenta indicadores que em algumas áreas indicam oscilações constantes no período em análise, por exemplo, no tocante ao pessoal ocupado, os dados indicam que o tamanho da propriedade não determina a quantidade do pessoal ocupado, se nas áreas de 20 a menos 50 ha, esse número foi de 19.757 pessoas em 1996, e pulou para 22.805 pessoas em

2006, em áreas maiores esses números caíram. Em 1996, os estabelecimentos de 50 a menos de 100 ha, mostram um número de 13.394 pessoas e para 2006, uma queda para 8.650 pessoas. Avançando na leitura da Tabela 7 observa-se que nas áreas que vão de 100 a menos 200 ha, essa queda se acentuou, pois, em 1996 o número de pessoal ocupado era de 6.379 pessoas e em 2006 caiu para 4.322 pessoas.

Tabela 7: Área, número e pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1985, 1996, 2006).

Grupos de área total	Área dos estabelecimentos			Número de estabelecimentos			Pessoal ocupado		
	(Hectares)			(Unidades)			(Pessoas)		
	1985	1996	2006	1985	1996	2006	1985	1996	2006
Total	842.296	1.445.977	1.404.177	4.195	6.958	8.808	25.165	57.621	55.920
Familiar	198.425	328.250	344.212	3.911	6.162	7.971	ND	46.276	48.011
Menos de 1 ha	3	48	45	5	161	164	ND	692	740
1 a menos de 2 ha	48	92	82	31	65	66	ND	319	299
2 a menos de 5 ha	1.053	1.221	939	231	308	232	ND	1.479	1.164
5 a menos de 10 ha	778	3.060	5.082	104	339	687	ND	1.572	3.643
10 a menos de 20 ha	2.291	6.792	16.956	155	445	1.128	ND	2.684	6.404
20 a menos de 50 ha	79.162	106.695	136.275	1.803	2.566	3.731	ND	19.757	22.805
50 a menos de 100 ha	88.059	112.775	96.359	1.374	1.595	1.316	ND	13.394	8.650
100 a menos de 200 ha	27.031	97.566	88.474	208	683	630	ND	6.379	4.233
Produtor sem área	ND	ND	0	ND	9	17	ND	0	73
Patronal	643.871	1.117.727	1.059.965	284	796	837	ND	11.345	7.909
200 a menos de 500 ha	34.807	126.389	148.111	109	398	458	ND	4.087	3.076
500 a menos de 1.000 ha	18.130	124.783	117.884	25	167	168	ND	2.157	1.601
1.000 ha e mais	590.934	866.554	793.970	150	231	211	ND	5.101	3.232

Fonte: Monteiro et al. (2016).

Tabela 8: Área, número e pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 - 2006).

Grupos de área total	Área dos estabelecimentos			Número de estabelecimentos			Pessoal ocupado		
	(Hectares)			(Unidades)			(Pessoas)		
	1996	2006	%	1996	2006	%	1996	2006	%
Total	1.445.977	1.404.177	-2,98	6.958	8.808	21,00	57.621	55.920	-3,04
Familiar	328.250	344.212	4,64	6.162	7.971	22,69	46.276	48.011	3,61
Menos de 1 ha	48	45	-7,61	161	164	1,83	692	740	6,49
1 a menos de 2 ha	92	82	-12,40	65	66	1,52	319	299	-6,69
2 a menos de 5 ha	1.221	939	-30,07	308	232	-32,76	1.479	1.164	-27,06
5 a menos de 10 ha	3.060	5.082	39,79	339	687	50,66	1.572	3.643	56,85
10 a menos de 20 ha	6.792	16.956	59,94	445	1.128	60,55	2.684	6.404	58,09
20 a menos de 50 ha	106.695	136.275	21,71	2.566	3.731	31,22	19.757	22.805	13,37
50 a menos de 100 ha	112.775	96.359	-17,04	1.595	1.316	-21,20	13.394	8.650	-54,84
100 a menos de 200 ha	97.566	88.474	-10,28	683	630	-8,41	6.379	4.233	-50,70
Produtor sem área	0	0	0,00	9	17	47,06	0	73	100,00
Patronal	1.117.727	1.059.965	-5,45	796	837	4,90	11.345	7.909	-43,44
200 a menos de 500 ha	126.389	148.111	14,67	398	458	13,10	4.087	3.076	-32,87
500 a menos de 1.000 ha	124.783	117.884	-5,85	167	168	0,60	2.157	1.601	-34,73
1.000 ha e mais	866.554	793.970	-9,14	231	211	-9,48	5.101	3.232	-57,83

Fonte: Monteiro et al. (2016).

O número de estabelecimentos nestas mesmas áreas ficou assim: em 1996, as áreas com tamanho de 20 a menos 50 ha aparecem com 36,88 unidades, em 2006 com 42,36 unidades, as de 50 a menos 100 com 22,92 unidades em 1996 e 14,94 unidades em 2006 e as de 100 a menos 200 ha, com 9,82 unidades foram para 7,15 unidades em 2006 (Tabela 9). Esse painel aponta que com o aumento do tamanho da terra parece diminuir o número das propriedades nas áreas familiares. O número de pessoal ocupado nessa mesma faixa, também declina no âmbito da produção familiar, assim, na comparação 1996 e 2006, a redução permanece, elemento que acompanha a lógica do que ocorreu na patronal, uma vez que para esse grupo as áreas que vão de 200 a menos de 500 ha o número de estabelecimentos foi de 5,70 unidades em 1996, para 5,20 unidades em 2006, nos de 500 a menos de 1000 ha de 2,40 unidades em 1996 para 1,91 unidades em 2006.

Esses indicativos precisam ser olhados num contexto de ações humanas que se complementam e estão relacionados a outros elementos, pois, certamente o percentual das áreas, o número de estabelecimentos, e de pessoal ocupado, pode interferir nos valores da produção dessas propriedades, e os dados mostrados até aqui, Tabelas 4, 5, 6, 7, 6 e 8, no geral, evidenciam a concentração da terra.

A Tabela 10 expressa dados sobre uso de adubos e corretivos, energia elétrica e força animal, por grupo total e familiar. No primeiro quesito, há uma expressiva queda nos indicadores do uso de adubos e corretivos na produção familiar entre o período intercensitário. Nesse quadro, apenas as áreas que vão de 10 a menos 20 ha, não apresentaram retração, o número foi de 15 unidades em 1996, para 33 unidades em 2006, uma diferença de 54% num cenário em que a maioria das demais propriedades mostrou dados inferiores, tanto as menores, quanto as maiores. No total da área houve uma queda no período em tela, se em 1996 era 666 unidades, em 2006 foi para 469 unidades. Quanto ao uso da energia elétrica nesses estabelecimentos, a tabela mostra que houve um salto de 853 unidades para 8.808 unidades, um impacto significativo.

No uso da força animal, no mesmo período, no geral os dados mostram que saltou de 1.007 unidades em 1996, para 3.784 unidades em 2006. Aqui, mais uma vez, as áreas de 20 a menos 50 ha aparecem como um diferencial, pois, entre dez anos vão de 255 unidades para 1.535 unidades aparecendo como um expoente frente às demais propriedades.

Um dado relevante é que nesse período diminuiu o uso de adubos e corretivos nas áreas familiares, dado que pode ser explicado pelo não acesso a crédito, por parte desses produtores, e isso pode interferir, por exemplo, em toda a cadeia de produção e comercialização, uma vez que há de se considerar que existem propriedades que possuem solo fraco, infértil, já cansado e que para produzir carece de fertilização. Neste cenário, para o produtor que tem menos de 1 ha, comprar calcário pode tornar-se inviável.

A Tabela 11 trata do Valor da Bruto da Produção (VBP) por grupo de atividade econômica, na agricultura familiar e na patronal. O VBP destaca que houve um aumento significativo, em 1996 representava R\$ 76.570,00 e foi para R\$ 95.503,00 em 2006. Essa tendência é mais expressiva, nas maiores áreas, a patronal, no mesmo período, saltou de 49% para 63%, no geral. Os estratos das duas referências de dados, 1996 e 2006, quando comparados demonstram um crescimento da pecuária nos estabelecimentos familiares na região de Marabá.

Tabela 9: Percentuais de área, número e pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 - 2006).

Grupos de área total	Área dos estabelecimentos		Número de estabelecimentos		Pessoal ocupado	
	(Hectares)		(Unidades)		(Pessoas)	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Total	100	100	100	100	100	100
Familiar	22,70	24,51	88,56	90,50	80,31	85,86
Menos de 1 ha	0,00	0,00	2,31	1,86	1,20	1,32
1 a menos de 2 ha	0,01	0,01	0,93	0,75	0,55	0,53
2 a menos de 5 ha	0,08	0,07	4,43	2,63	2,57	2,08
5 a menos de 10 ha	0,21	0,36	4,87	7,80	2,73	6,51
10 a menos de 20 ha	0,47	1,21	6,40	12,81	4,66	11,45
20 a menos de 50 ha	7,38	9,70	36,88	42,36	34,29	40,78
50 a menos de 100 ha	7,80	6,86	22,92	14,94	23,24	15,47
100 a menos de 200 ha	6,75	6,30	9,82	7,15	11,07	7,57
Produtor sem área	0,00	0,00	0,13	0,19	0,00	0,13
Patronal	77,30	75,49	11,44	9,50	19,69	14,14
200 a menos de 500 ha	8,74	10,55	5,72	5,20	7,09	5,50
500 a menos de 1.000 ha	8,63	8,40	2,40	1,91	3,74	2,86
1.000 ha e mais	59,93	56,54	3,32	2,40	8,85	5,78

Fonte: Monteiro et al. (2016).

Tabela 10: Número de estabelecimentos agropecuários que usam adubos e corretivos, energia elétrica e força animal por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 - 2006).

Grupos de área total	Uso de adubos e corretivos			Uso de energia elétrica			Uso de força animal		
	Unidades			Unidades			Unidades		
	1996	2006	%	1996	2006	%	1996	2006	%
Total	666	469	-42,00	853	8.808	90,32	1.007,00	3.784	73,39
Familiar	602	407	-47,91	525	7.971	93,41	701,00	3.420	79,50
Menos de 1 ha	150	100	-50,00	64	164	60,98	1,00	18	94,44
1 a menos de 2 ha	15	8	-87,50	14	66	78,79	0,00	11	100,00
2 a menos de 5 ha	25	27	7,41	24	232	89,66	5,00	76	93,42
5 a menos de 10 ha	12	7	-71,43	14	687	97,96	7,00	332	97,89
10 a menos de 20 ha	15	33	54,55	19	1.128	98,32	20,00	454	95,59
20 a menos de 50 ha	197	131	-50,38	144	3.731	96,14	255,00	1.535	83,39
50 a menos de 100 ha	138	66	-109,09	131	1.316	90,05	246,00	635	61,26
100 a menos de 200 ha	50	31	-61,29	115	630	81,75	167,00	357	53,22
Produtor sem área	0	4	100,00	0	17	100,00	0,00	2	100,00
Patronal	64	62	-3,23	328	837	60,81	306,00	364	15,93
200 a menos de 500 ha	23	20	-15,00	109	458	76,20	125,00	244	48,77
500 a menos de 1.000 ha	23	6	-283,33	65	168	61,31	70,00	70	0,00
1.000 ha e mais	18	36	50,00	154	211	27,01	111,00	50	-122,00

Fonte: Monteiro et al. (2016).

Tabela 11: Valor Bruto da Produção (VBP) por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 - 2206).

Grupos de área total	Valor bruto da produção				
	R\$ (milhares)				
	1996 (1)	%	2006	%	%
Total	152.505	100	263.426	100	42,11
Familiar	76.570	50,21	95.503	36,25	19,82
Menos de 1 ha	1.744	1,14	2.070	0,79	15,77
1 a menos de 2 ha	347	0,23	702	0,27	50,55
2 a menos de 5 ha	2.754	1,81	2.449	0,93	-12,45
5 a menos de 10 ha	1.808	1,19	3.394	1,29	46,72
10 a menos de 20 ha	2.350	1,54	10.790	4,10	78,22
20 a menos de 50 ha	24.698	16,19	30.802	11,69	19,82
50 a menos de 100 ha	27.066	17,75	21.608	8,20	-25,26
100 a menos de 200 ha	15.804	10,36	23.232	8,82	31,97
Produtor sem área		0,00	456	0,17	100,00
Patronal	75.935	49,79	167.923	63,75	54,78
200 a menos de 500 ha	11.713	7,68	22.223	8,44	47,29
500 a menos de 1.000 ha	11.386	7,47	16.027	6,08	28,96
1.000 ha e mais	52.836	34,65	129.673	49,23	59,25

(1) Valores deflacionados para 2006 pelo IGP-M (FGV)

Fonte: Monteiro et al. (2016)

As Tabelas 12 e 13 tratam das atividades econômicas desenvolvidas em diferentes grupos de estratos da agricultura familiar e da patronal, Por exemplo, em 1996, a produção de animais de grande porte, gado bovino, na agricultura familiar era de R\$ 28.405,000 no total, com destaque para as áreas de 50 a menos de 100 ha, que em comparação com as demais mostrava uma expansão significativa dentro do mesmo grupo (Tabela 12). Na comparação com 2006, esse número saltou para R\$ 64.260,000 nesse caso, o estrato que se destaca é o das áreas de 20 a menos de 50 ha (Tabela 13).

Outras atividades mostraram retração no período em foco, no caso da produção de aves e pequenos animais, os dados mostram que em 1996 eram de R\$ 4.036,00 e foram em 2006 para R\$ 3.213,00. Essa descida continua, na extração vegetal, o que era R\$ 5.277,00 no familiar, em 1996, reduziu para R\$ 962,00 em 2006. Um estrato que se destaca nos dados de 2006, novamente, é o das propriedades de 20 a menos de 50 ha, nos demais se mantém a tendência de declínio no valor da produção, exceto na do gado.

São manifestações objetivas do processo de pecuarização da agricultura familiar. No caso da agricultura patronal, o valor da produção dos animais de grande porte foi de R\$ 64.600,000 em 1996 (Tabela 12) para R\$ 163.272,000 em 2006 (Tabela 13). No estrato 1.000 ha a mais, a mudança foi de R\$ 47.209, em 1996, para R\$ 127.275 em 2006. Essa lógica que parece ser marcada pelo princípio de quanto mais terra, mais aumenta a pecuária, presente nos números da produção patronal parece servir de referência para a agricultura familiar, à medida que as propriedades vão crescendo. No caso geral, do valor da produção familiar só não houve retração na produção de animais de grande porte, nos demais todos houve queda.

Tabela 12: Valor da produção por grupos de atividade econômica, de área total e por agricultura familiar e patronal (1996).

10 ³ R\$										
Grupos de área total	Animais de grande porte	Animais de médio porte	Aves e pequenos animais	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Horticultura e floricultura	Silvicultura	Extração vegetal	Agroindústria	Total
Total	93.005	2.161	4.671	5.137	20.498	4.031	197	6.368	16.436	152.505
Familiar	28.405	1.635	4.036	4.337	16.946	3.814	187	5.277	11.933	76.570
Menos de 1 ha	0	28	114	26	176	1.282	0	23	93	1.744
1 a menos de 2 ha	0	3	34	26	119	98	0	21	47	347
2 a menos de 5 ha	150	26	119	83	630	1.166	0	153	427	2.754
5 a menos de 10 ha	96	34	96	145	598	482	0	161	197	1.808
10 a menos de 20 ha	308	62	192	98	933	31	0	290	435	2.350
20 a menos de 50 ha	6.441	632	1.775	1.992	7.254	578	13	2.433	3.580	24.698
50 a menos de 100 ha	11.985	513	1.205	1.518	4.775	145	80	1.547	5.298	27.066
100 a menos de 200 ha	9.425	337	503	448	2.461	31	93	650	1.855	15.804
Patronal	64.600	526	635	801	3.552	218	10	1.091	4.503	75.935
200 a menos de 500 ha	7.943	205	277	394	1.122	163	8	687	915	11.713
500 a menos de 1.000 ha	9.448	70	158	65	1.031	5	3	176	430	11.386
1.000 ha e mais	47.209	251	199	342	1.399	49	0	228	3.158	52.836

(1) Valores deflacionados para 2006 pelo IGP-M (FGV).
 Fonte: Monteiro et al. (2016).

Tabela 13: Valor da produção por grupos de atividade econômica, de área total e por agricultura familiar e patronal (2006)

10³ R\$

Grupos de área total	Animais de grande porte	Animais de médio porte	Aves e pequenos animais	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Horticultura e floricultura	Silvicultura	Extração vegetal	Agroindústria	Total
Total	227.532	1.591	5.619	8.285	13.925	2.981	1.226	1.138	1.129	263.426
Familiar	64.260	1.111	3.213	7.985	12.886	2.879	1.226	962	981	95.503
Menos de 1 ha	0	0	39	10	618	1.238	0	165	0	2.070
1 a menos de 2 ha	3	5	11	31	167	408	0	77	0	702
2 a menos de 5 ha	421	30	54	14	1.472	248	0	209	1	2.449
5 a menos de 10 ha	2.608	36	179	158	253	67	30	26	37	3.394
10 a menos de 20 ha	8.516	162	343	257	808	198	369	7	130	10.790
20 a menos de 50 ha	19.162	457	1.570	1.948	6.098	244	593	242	488	30.802
50 a menos de 100 ha	17.214	256	739	240	2.441	217	209	56	236	21.608
100 a menos de 200 ha	16.336	165	278	5.327	979	44	25	27	51	23.232
Produtor sem área	0	0	0	0	50	215	0	153	38	456
Patronal	163.272	480	2.406	300	1.039	102	0	176	148	167.923
200 a menos de 500 ha	20.448	268	420	253	629	81	0	14	110	22.223
500 a menos de 1.000 ha	15.549	57	65	47	132	12	0	162	3	16.027
1.000 ha e mais	127.275	155	1.921	0	278	9	0	0	35	129.673

Fonte: Monteiro et al. (2016).

As Tabelas 14 e 15 apresentam dados percentuais da produção por grupo de atividade econômica, de área total e por agricultura familiar e patronal. Nesse percentual em que se considera 100% do valor da produção na região de Marabá, o crescimento do valor decorrente da pecuária aparece, também, expressivo. Vejamos: em 1996, do total desse valor, 60% originou-se da pecuária e 18% do valor vinculado a produção familiar (Tabela 14); em 2006, o número total saltou para 86% e a familiar, no mesmo período, para 24% nesse cenário sobram apenas 14% no geral para outras atividades econômicas (Tabela 15).

Ao observar o percentual das demais atividades nas citadas tabelas, por exemplo, animais de médio porte, aves e pequenos animais, lavoura permanente, lavoura temporária, horticultura e floricultura e extração vegetal todas apresentaram declínio na comparação entre os anos de 1996 e 2006. No caso da lavoura temporária, por exemplo, a redução foi expressiva, de 11% em 1996, foi para 4% em 2006 (Tabelas 14 e 15), nessa lavoura estão incluídas a mandioca e o feijão. Os dados apresentados continuam indicando claramente que a principal produção da agricultura familiar é o animal de grande porte, ou seja, o gado bovino. Esse painel empírico evidencia o vigoroso fortalecimento da pecuária e desenha na agricultura familiar evidente viés de pecuarização.

Na Tabela 16, que expressa o valor da produção de animais de grande porte, gado bovino, por área total e por agricultura familiar e patronal, indica que o valor total da produção na região de Marabá (PA), em 1996, era de R\$ 93.005 milhões, tendo saltado, em 2006, para R\$ 227.532 milhões. No segmento agricultura familiar, em 1996, o valor de produção correspondia a R\$ 28.405 milhões e, em 2006, mais que duplicou, alcançando o valor de R\$ 64.260 milhões. O estrato das propriedades de 20 a menos de 50 ha representa a ponta de lança nesse painel. Foram de um VP de R\$ 6.441, em 1996, para um VP de R\$ 19.162, em 2006. Com relação aos estratos do total de hectares, os menores mostram retração, pois, os com menos de 1 ha, apresentavam em 1996 um total de hectares de 48, em 1996 e foram para 45 ha em 2006, as propriedades de 1 a menos de 2 ha, foram de 92 para 82 ha, no mesmo período.

Tabela 14: Percentual da produção por grupos de atividade econômica, de área total e por agricultura familiar e patronal (1996).

Grupos de área total	Animais de grande porte	Animais de médio porte	Aves e pequenos animais	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Horticultura e floricultura	Silvicultura	Extração vegetal	Agroindústria
Total	60,99	1,42	3,06	3,37	13,44	2,64	0,13	4,18	10,78
Familiar	18,63	1,07	2,65	2,84	11,11	2,50	0,12	3,46	7,82
Menos de 1 ha	0,00	0,02	0,07	0,02	0,12	0,84	0,00	0,02	0,06
1 a menos de 2 ha	0,00	0,00	0,02	0,02	0,08	0,06	0,00	0,01	0,03
2 a menos de 5 ha	0,10	0,02	0,08	0,05	0,41	0,76	0,00	0,10	0,28
5 a menos de 10 ha	0,06	0,02	0,06	0,10	0,39	0,32	0,00	0,11	0,13
10 a menos de 20 ha	0,20	0,04	0,13	0,06	0,61	0,02	0,00	0,19	0,29
20 a menos de 50 ha	4,22	0,41	1,16	1,31	4,76	0,38	0,01	1,60	2,35
50 a menos de 100 ha	7,86	0,34	0,79	1,00	3,13	0,10	0,05	1,01	3,47
100 a menos de 200 ha	6,18	0,22	0,33	0,29	1,61	0,02	0,06	0,43	1,22
Patronal	42,36	0,34	0,42	0,52	2,33	0,14	0,01	0,72	2,95
200 a menos de 500 ha	5,21	0,13	0,18	0,26	0,74	0,11	0,01	0,45	0,60
500 a menos de 1.000 ha	6,20	0,05	0,10	0,04	0,68	0,00	0,00	0,12	0,28
1.000 ha e mais	30,96	0,16	0,13	0,22	0,92	0,03	0,00	0,15	2,07

Fonte: Monteiro et al. (2016).

Tabela 15: Percentual da produção por grupos de atividade econômica, de área total e por agricultura familiar e patronal (2006).

Grupos de área total	Animais de grande porte	Animais de médio porte	Aves e pequenos animais	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Horticultura e floricultura	Silvicultura	Extração vegetal	Agroindústria
Total	86,37	0,60	2,13	3,15	5,29	1,13	0,47	0,43	0,43
Familiar	24,39	0,42	1,22	3,03	4,89	1,09	0,47	0,37	0,37
Menos de 1 ha	0,00	0,00	0,01	0,00	0,23	0,47	0,00	0,06	0,00
1 a menos de 2 ha	0,00	0,00	0,00	0,01	0,06	0,15	0,00	0,03	0,00
2 a menos de 5 ha	0,16	0,01	0,02	0,01	0,56	0,09	0,00	0,08	0,00
5 a menos de 10 ha	0,99	0,01	0,07	0,06	0,10	0,03	0,01	0,01	0,01
10 a menos de 20 ha	3,23	0,06	0,13	0,10	0,31	0,08	0,14	0,00	0,05
20 a menos de 50 ha	7,27	0,17	0,60	0,74	2,31	0,09	0,23	0,09	0,19
50 a menos de 100 ha	6,53	0,10	0,28	0,09	0,93	0,08	0,08	0,02	0,09
100 a menos de 200 ha	6,20	0,06	0,11	2,02	0,37	0,02	0,01	0,01	0,02
Produtor sem área	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,08	0,00	0,06	0,01
Patronal	61,98	0,18	0,91	0,11	0,39	0,04	0,00	0,07	0,06
200 a menos de 500 ha	7,76	0,10	0,16	0,10	0,24	0,03	0,00	0,01	0,04
500 a menos de 1.000 ha	5,90	0,02	0,02	0,02	0,05	0,00	0,00	0,06	0,00
1.000 ha e mais	48,32	0,06	0,73	0,00	0,11	0,00	0,00	0,00	0,01

Fonte: Monteiro et al. (2016).

Tabela 16: Valor da produção de animais de grande porte, por área total e por agricultura familiar e patronal (1996 e 2006) na região de Marabá, estado do Pará.

Grupos de área total	VP 1996 (1000 R\$)	Total (hectares)	Média (R\$/ha)	VP 2006 (1000 R\$)	Total (hectares)	Média (R\$/ha)
Total	93.005	1.445.977	64,32	227.532	1.404.177	162,04
Familiar	28.405	328.250	86,53	64.260	344.212	186,69
Menos de 1 ha	0	48	0,00	0	45	0,00
1 a menos de 2 ha	0	92	0,00	3	82	36,59
2 a menos de 5 ha	150	1.221	123,03	421	939	448,35
5 a menos de 10 ha	96	3.060	31,33	2.608	5.082	513,18
10 a menos de 20 ha	308	6.792	45,39	8.516	16.956	502,24
20 a menos de 50 ha	6.441	106.695	60,36	19.162	136.275	140,61
50 a menos de 100 ha	11.985	112.775	106,27	17.214	96.359	178,64
100 a menos de 200 ha	9.425	97.566	96,60	16.336	88.474	184,64
Patronal	64.600	1.117.727	57,80	163.272	1.059.965	154,04
200 a menos de 500 ha	7.943	126.389	62,85	20.448	148.111	138,06
500 a menos de 1.000 ha	9.448	124.783	75,72	15.549	117.884	131,90
1.000 ha e mais	47.209	866.554	54,48	127.275	793.970	160,30

(1) Valores deflacionados para 2006 pelo IGP-M (FGV)

Fonte: Monteiro et al. (2016).

Quanto ao valor bruto da produção da pecuária, em relação ao valor bruto da produção em geral, ou seja, envolvendo todas as atividades, a Tabela 17 apresenta mais evidências da rápida pecuarização já que, em 1996, do total do valor bruto da produção de R\$ 152.505 milhões, esse valor subiu para R\$ 263.426 em 2006, impulsionado pelo crescimento da pecuária bovina. No caso da produção familiar, a mesma variável era de R\$ 76.570, em 1996 foi para R\$ 95.503 em 2006. Quanto à produção pecuária, a produção familiar saltou de R\$ 28.405 milhões, em 1996, para R\$ 64.260 milhões, em 2006, ou seja, mais que dobrou.

Na maioria dos estratos da agricultura familiar na região de Marabá, desde os de 2 a menos de 5 ha, aos de 100 a menos de 200 ha, houve um aumento significativo das variáveis utilizadas como referência, valor bruto da produção e de animais de grande porte. Nas propriedades familiares, que vão de 20 a menos de 50 ha, observa-se que para a variável “animais de grande porte”, por exemplo, a razão entre o valor bruto da produção de animais de grande porte em relação ao valor bruto da produção saltou de 0,26, em 1996, para 0,62, em 2006, já para o estrato de área de 50 a menos de 100 ha, o valor dessa razão saltou de 0,44 para 0,80, considerando os respectivos períodos.

Tabela 17: Valor bruto da produção e de animais de grande porte por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996-2006).

<i>Grupos de área total</i>	<i>1996 (1)</i>			<i>2006</i>		
	Valor bruto da produção (a)	Animais de grande porte (b)	b/a	Valor bruto da produção (d)	Animais de grande porte (e)	e/d
<i>Total</i>	152.505	93.005	0,61	263.426	227.532	0,86
<i>Familiar</i>	76.570	28.405	0,37	95.503	64.260	0,67
<i>Menos de 1 ha</i>	1.744	0	0,00	2.070	0	0,00
<i>1 a menos de 2 ha</i>	347	0	0,00	702	3	0,00
<i>2 a menos de 5 ha</i>	2.754	150	0,05	2.449	421	0,17
<i>5 a menos de 10 ha</i>	1.808	96	0,05	3.394	2.608	0,77
<i>10 a menos de 20 ha</i>	2.350	308	0,13	10.790	8.516	0,79
<i>20 a menos de 50 ha</i>	24.698	6.441	0,26	30.802	19.162	0,62
<i>50 a menos de 100 ha</i>	27.066	11.985	0,44	21.608	17.214	0,80
<i>100 a menos de 200 ha</i>	15.804	9.425	0,60	23.232	16.336	0,70
<i>Patronal</i>	75.935	64.600	0,85	167.923	163.272	0,97
<i>200 a menos de 500 ha</i>	11.713	7.943	0,68	22.223	20.448	0,92
<i>500 a menos de 1.000 ha</i>	11.386	9.448	0,83	16.027	15.549	0,97
<i>1.000 ha e mais</i>	52.836	47.209	0,89	129.673	127.275	0,98

(1) Valores deflacionados para 2006 pelo IGP-M (FGV).

Fonte: Monteiro et al. (2016).

Conforme assinalado na Tabela 18, o aumento do número de estabelecimentos agropecuários envolvidos com a atividade pecuária, também, dá sinais de crescimento no período intercensitário, indícios de monopolização da criação de gado sobre as demais atividades econômicas desenvolvidas na região foco deste estudo. Dentre os 6.162 estabelecimentos caracterizados como de agricultura familiar, em 1996, a atividade pecuária estava presente em 31% deles. Em 2006, esse percentual saltou para 83% de um total de 7.954 estabelecimentos. O movimento da patronal, no mesmo período, foi de 76%, em 1996, para 95%, em 2006.

Os estratos dos grupos familiares com menores áreas, que vão de menos de 1 ha, até os com menos de 5 ha, ou seja, os três menores, os dados do Censo mostram que houve uma queda, por exemplo, os de 2 a menos 5 ha, aparecem em 1996, com 4,43% das propriedades envolvidas com pecuária, em 2006, esse número cai para 2,64% (Tabela 18). Os estratos com os maiores índices são os de 10 a menos de 20 ha, e os de 20 a menos 50 ha, essa tendência de aumento se apresenta em outras variáveis, já mostradas em outras tabelas.

A Tabela 20 trata do número de vacas ordenhadas, quantidade de litros de leite e produtividade média por área. Até aqui, se entende que é um gado de corte, do qual se tira leite. No comparativo em 1996, de um total de 43.667 de vacas ordenhadas, 27.808 eram da agricultura familiar. Esse número foi para 63.320 vacas em 2006. Com uma média diária de produção de leite de 3.13 litros dado considerado baixo. O estrato mais significativo dessa tabela é o referente às áreas de 50 a menos de 100 ha, que em 1996 era de 10.727 vacas ordenhadas, com média diária de 2.00 litros de leite, foi para 16.312 vacas em 2006, com média diária de 3,21 litros de leite. A produção de leite quando comparada, familiar e patronal segue a mesma tendência, uma vez que se trata de gado de corte, e não leiteiro.

Tabela 18: Número de estabelecimentos agropecuários com atividade pecuária, por grupos de áreas agricultura familiar e patronal.

Grupos de área total	1996				2006			
	Total		Com atividade pecuária		Total		Com atividade pecuária	
	Absoluto (a)	%	Absoluto (b)	b/a	Absoluto (c)	%	Absoluto (d)	d/c
Total	6.958	100,00	2.544	0,37	8.791	100,00	7.396	0,84
Familiar	6.162	88,56	1.938	0,31	7.954	90,48	6.599	0,83
Menos de 1 ha	161	2,31	47	0,29	164	1,87	21	0,13
1 a menos de 2 ha	65	0,93	9	0,14	66	0,75	32	0,48
2 a menos de 5 ha	308	4,43	33	0,11	232	2,64	185	0,80
5 a menos de 10 ha	339	4,87	25	0,07	687	7,81	616	0,90
10 a menos de 20 ha	445	6,40	76	0,17	1.128	12,83	981	0,87
20 a menos de 50 ha	2.566	36,88	678	0,26	3.731	42,44	2968	0,80
50 a menos de 100 ha	1.595	22,92	664	0,42	1.316	14,97	1200	0,91
100 a menos de 200 ha	683	9,82	406	0,59	630	7,17	596	0,95
Produtor sem área	9	0,13	0	0,00	17	0,19	4	0,24
Patronal	796	11,44	606	0,76	837	9,52	797	0,95
200 a menos de 500 ha	398	5,72	273	0,69	458	5,21	433	0,95
500 a menos de 1.000 ha	167	2,40	136	0,81	168	1,91	159	0,95
1.000 ha e mais	231	3,32	197	0,85	211	2,40	205	0,97

Fonte: Monteiro et al. (2016)

Tabela 19: Área dos estabelecimentos por grupos de área total e utilização das terras (1996-2006).

Grupos de área total	1996				2006			
	Total (hectares)		Com atividade pecuária (hectares)		Total (hectares)		Com atividade pecuária (hectares)	
	Absoluto (a)	%	Absoluto (b)	b/a	Absoluto (c)	%	Absoluto (d)	d/c
Total	1.445.977	100,00	1.077.793	0,75	1.404.177	100,00	1.334.462	0,95
Familiar	328.250	22,70	135.353	0,41	344.212	24,51	300.803	0,87
Menos de 1 ha	48	0,00	10	0,21	45	0,00	1	0,02
1 a menos de 2 ha	92	0,01	11	0,12	82	0,01	41	0,50
2 a menos de 5 ha	1.221	0,08	126	0,10	939	0,07	782	0,83
5 a menos de 10 ha	3.060	0,21	228	0,07	5.082	0,36	4.521	0,89
10 a menos de 20 ha	6.792	0,47	1.148	0,17	16.956	1,21	14.634	0,86
20 a menos de 50 ha	106.695	7,38	27.381	0,26	136.275	9,70	109.155	0,80
50 a menos de 100 ha	112.775	7,80	47.939	0,43	96.359	6,86	87.960	0,91
100 a menos de 200 ha	97.566	6,75	58.509	0,60	88.474	6,30	83.709	0,95
Patronal	1.117.727	77,30	942.440	0,84	1.059.965	75,49	1.033.659	0,98
200 a menos de 500 ha	126.389	8,74	88.142	0,70	148.111	10,55	141.004	0,95
500 a menos de 1.000 ha	124.783	8,63	101.885	0,82	117.884	8,40	111.838	0,95
1.000 ha e mais	866.554	59,93	752.412	0,87	793.970	56,54	780.817	0,98

Fonte: Monteiro et al. (2016).

Tabela 20: Número de vacas ordenhadas, quantidade de litros e produtividade média por grupos de áreas (1996 -2006).

Grupos de área total	1996			2006		
	Quantidade (mil litros)	Vacas ordenhadas	Média diária p/ animal	Quantidade (mil litros)	Vacas ordenhadas	Média diária p/ animal
Total	33.098	43.667	2,08	103.883	97.329	2,92
Familiar	20.640	27.804	2,03	72.253	63.320	3,13
Menos de 1 ha	0	0	0,00	0	0	0,00
1 a menos de 2 ha	0	0	0,00	11	16	1,88
2 a menos de 5 ha	36	71	1,39	1.019	946	2,95
5 a menos de 10 ha	70	104	1,84	5.591	4.369	3,51
10 a menos de 20 ha	316	525	1,65	8.680	8.001	2,97
20 a menos de 50 ha	6.208	8.330	2,04	24.454	22.252	3,01
50 a menos de 100 ha	7.833	10.727	2,00	19.110	16.312	3,21
100 a menos de 200 ha	6.177	8.047	2,10	13.388	11.424	3,21
Patronal	12.458	15.863	2,15	31.630	34.009	2,55
200 a menos de 500 ha	4.769	5.903	2,21	10.674	16.579	1,76
500 a menos de 1.000 ha	3.345	3.466	2,64	3.810	3.122	3,34
1.000 ha e mais	4344	6494	1,83	17146	14308	3,28

Fonte: Monteiro et al. (2016).

As Tabelas 21 e 22 tratam do valor da receita obtida por área total, familiar e patronal entre os anos de 1996 e 2006. Segundo o Censo Agropecuário 1995/1996, os produtos de origem animal aparecem com maior expressão, no total eram R\$ 85.570 naquele ano, e foram para R\$ 211.574, em 2006. Nesse universo, a agricultura familiar foi responsável por R\$ 24.695 em 1996, e R\$ 59.255 em 2006, um movimento relevante quando comparado com a receita de outras atividades econômicas. Os estratos com 20 a menos de 50 ha apresentam os maiores crescimentos, saltando de R\$ 5.767, em 1996, para 18.081, em 2006, seguindo a tendência de mais terra, mais pecuária.

As Tabelas 23 e 24 expressam o percentual das receitas obtidas, também no período entre 1996 a 2006. Considerando o universo de 100%, do total de toda a receita da região de Marabá, em se tratando dos produtos de origem animal, em 1996, de um total de 70%, a produção familiar era responsável por 51%, número esse que subiu para 74% em 2006. Seguindo os indicativos anteriores, os estratos acima de 20 a menos 50 ha apresentam uma elevação superior quando comparados aos menores. Essa indicação de crescimento no familiar segue a lógica de crescimento do patronal, no mesmo período.

Tabela 21: Valor das receitas obtidas no ano por tipo de receita, de grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996).

10³ R\$

Grupos de área total	Flores e Produtos vegetais	Produtos de origem animal	Esterco	Produtos na indústria	Exploração mineral	Serviços prestados à terceiros	Máquinas e outras receitas	Total
Total	20.591	85.570	26	9.632	407	2.847	2.632	121.706
Familiar	14.213	24.695	3	6.451	36	1.477	1.321	48.196
Menos de 1 ha	1.373	96	0	83	0	49	8	1.609
1 a menos de 2 ha	181	21	0	8	0	5	0	215
2 a menos de 5 ha	1.567	228	0	47	0	52	8	1.902
5 a menos de 10 ha	878	145	0	52	0	60	3	1.137
10 a menos de 20 ha	461	360	0	117	5	101	47	1.091
20 a menos de 50 ha	4.886	5.676	3	1.347	28	591	329	12.860
50 a menos de 100 ha	3.254	10.347	0	3.658	3	409	422	18.094
100 a menos de 200 ha	1.611	7.821	0	1.140	0	210	505	11.288
Patronal	6.378	60.875	23	3.181	370	1.371	1.311	73.510
200 a menos de 500 ha	1.041	6.878	16	412	0	707	140	9.195
500 a menos de 1.000 ha	565	9.119	8	350	0	140	311	10.493
1.000 ha e mais	4.772	44.877	0	2.420	370	523	860	53.823

(1) Valores deflacionados para 2006 pelo IGP-M (FGV).

Fonte: Monteiro et al. (2016).

Tabela 22: Valor das receitas obtidas no ano por tipo de receita, de grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (2006).

10³ R\$

Grupos de área total	Flores e Produtos vegetais	Produtos de origem animal	Esterco	Produtos na indústria	Exploração mineral	Serviços prestados à terceiros	Máquinas e outras receitas	Total
Total	17.068	211.574	0	0	268	4.524	939	234.373
Familiar	16.286	59.255	0	0	268	2.391	907	79.107
Menos de 1 ha	1.622	36	0		0	0	0	1.658
1 a menos de 2 ha	598	10	0		0	0	0	608
2 a menos de 5 ha	1.576	446	0		0	0	0	2.022
5 a menos de 10 ha	403	2.491	0		0	0	0	2.894
10 a menos de 20 ha	680	8.178	0		0	21	51	8.930
20 a menos de 50 ha	4.472	18.081	0		268	180	606	23.607
50 a menos de 100 ha	1.140	16.195	0		0	239	213	17.787
100 a menos de 200 ha	5.529	13.818	0		0	1.951	0	21.298
Produtor sem área	266	0	0		0	0	37	303
Patronal	782	152.319	0	0	0	2.133	32	155.266
200 a menos de 500 ha	478	18.683	0		0	1.081	5	20.247
500 a menos de 1.000 ha	202	13.432	0		0	159	0	13.793
1.000 ha e mais	102	120.204	0	0	0	893	27	121.226

Fonte: Monteiro et al. (2016).

Tabela 23: Percentual das receitas obtidas no ano por tipo de receita, de grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996).

Grupos de área total	Flores e Produtos vegetais	Produtos de origem animal	Esterco	Produtos na indústria	Exploração mineral	Serviços prestados à terceiros	Máquinas e outras receitas	Total
Total	16,92	70,31	0,02	7,91	0,33	2,34	2,16	100,00
Familiar	29,49	51,24	0,00	5,30	0,03	1,21	1,09	39,60
Menos de 1 ha	1,13	0,08	0,00	0,07	0,00	0,04	0,01	1,32
1 a menos de 2 ha	0,15	0,02	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,18
2 a menos de 5 ha	1,29	0,19	0,00	0,04	0,00	0,04	0,01	1,56
5 a menos de 10 ha	0,72	0,12	0,00	0,04	0,00	0,05	0,00	0,93
10 a menos de 20 ha	0,38	0,30	0,00	0,10	0,00	0,08	0,04	0,90
20 a menos de 50 ha	4,01	4,66	0,00	1,11	0,02	0,49	0,27	10,57
50 a menos de 100 ha	2,67	8,50	0,00	3,01	0,00	0,34	0,35	14,87
100 a menos de 200 ha	1,32	6,43	0,00	0,94	0,00	0,17	0,42	9,27
Patronal	5,24	50,02	0,02	2,61	0,30	1,13	1,08	60,40
200 a menos de 500 ha	0,86	5,65	0,01	0,34	0,00	0,58	0,11	7,55
500 a menos de 1.000 ha	0,46	7,49	0,01	0,29	0,00	0,11	0,26	8,62
1.000 ha e mais	3,92	36,87	0,00	1,99	0,30	0,43	0,71	44,22

Fonte: Monteiro et al. (2016)

Tabela 24: Percentual das receitas obtidas no ano por tipo de receita, de grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (2006).

Grupos de área total	Flores e Produtos vegetais	Produtos de origem animal	Esterco	Produtos na indústria	Exploração mineral	Serviços prestados à terceiros	Máquinas e outras receitas	Total
Total	7,28	90,27	0,00	0,00	0,11	1,93	0,40	100,00
Familiar	20,59	74,90	0,00	0,00	0,11	1,02	0,39	33,75
Menos de 1 ha	0,69	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,71
1 a menos de 2 ha	0,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,26
2 a menos de 5 ha	0,67	0,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,86
5 a menos de 10 ha	0,17	1,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,23
10 a menos de 20 ha	0,29	3,49	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	3,81
20 a menos de 50 ha	1,91	7,71	0,00	0,00	0,11	0,08	0,26	10,07
50 a menos de 100 ha	0,49	6,91	0,00	0,00	0,00	0,10	0,09	7,59
100 a menos de 200 ha	2,36	5,90	0,00	0,00	0,00	0,83	0,00	9,09
Produtor sem área	0,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,13
Patronal	0,33	64,99	0,00	0,00	0,00	0,91	0,01	66,25
200 a menos de 500 ha	0,20	7,97	0,00	0,00	0,00	0,46	0,00	8,64
500 a menos de 1.000 ha	0,09	5,73	0,00	0,00	0,00	0,07	0,00	5,89
1.000 ha e mais	0,04	51,29	0,00	0,00	0,00	0,38	0,01	51,72

Fonte: Monteiro et al. (2016).

As Tabelas 25 e 26 demonstram o comportamento do valor das despesas no período intercensitário, por tipo e grupo de área. Em relação às despesas com medicamentos para animais, com alimentação de animais e com juros e despesas bancárias, na agricultura familiar, os dados apresentados indicam que, no intervalo de dez anos, houve relevante variação.

No caso dos gastos da agricultura familiar com medicamentos para animais, os valores saltaram de R\$ 1,5 milhão, em 1996, para R\$ 4,3 milhões em 2006. Os estratos com maior aumento foram os acima de 20 a menos de 50 ha. Quanto às despesas com alimentação de animais, os valores saltaram de R\$ 938 mil, em 1996, para R\$ 3,5 milhões, em 2006, correspondendo a uma das maiores elevações. A análise destes indicadores, ao ser tomada juntamente, com a de outros, corroboram e evidenciam o processo de pecuarização da agricultura familiar na região de Marabá (PA).

Com relação aos juros e despesas bancárias, que pode estar incluído valores relativos ao financiamento para compra de gado, o valor do juro foi de R\$ 23.00,00 em 1996 para R\$ 141.00,00 em 2006. Neste caso, os estratos mais expressivos foram os de 20 a menos de 50 ha, dado que evidencia a presença de crescimento dessa faixa de propriedade, expresso em outras variáveis já citadas neste trabalho. Observa-se que no mesmo período, os números indicam que os menores, aparecem com R\$ 0,00, na variável juros e despesas bancárias, confirmando o indicativo de que os produtores que têm as menores áreas no geral, não conseguem financiamento bancário.

É válido observar que, em se tratando de valores de salários pagos em dinheiro, no familiar, o quantitativo era de R\$ 6.052, em 1996, esse valor retraiu para R\$ 5.772 em 2006.

Tabela 25: Valor das despesas realizadas no ano, por tipo de despesa, de grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996).

Grupos de área total	10 ³ R\$																		
	Salários pago em dinheiro e produtos	Valor da cota-parte entregue a parceiros	Arrendamento e parceria de terra	Adubos e corretivos	Sementes e mudas	Agrotóxicos	Medicamentos para animais	Alimentação dos animais	Ovos fertilizados e pintos de um dia	Aluguel de máquinas e equipamentos	Serviço de empregada	Transporte da produção	Juros e despesas bancárias	Impostos e taxas	Sacarias e outras embalagens	Combustíveis e lubrificantes	Energia Elétrica	Outras despesas	Total
Total	17.625	731	264	295	4.324	529	5.643	3.342	3	819	17.451	712	601	1.907	681	4.461	490	3585,6	63.463
Familiar	6.052	666	202	231	1.246	106	1.557	938	3	150	3.710	482	23	142	513	1.383	244	2080,37	19.729
Menos de 1 ha	150	13	31	60	31	10	0	8	3	0	8	31	0	3	10	23	10	36,2705	427
1 a menos de 2 ha	80	47	3	10	0	5	3	0	0	0	3	3	0	13	3	8	8	31,089	215
2 a menos de 5 ha	236	31	13	31	28	10	3	3	0	13	10	52	0	0	47	52	8	51,815	588
5 a menos de 10 ha	166	13	23	16	16	5	8	16	0	0	13	18	0	0	16	31	5	62,178	407
10 a menos de 20 ha	223	10	10	8	21	3	34	31	0	3	52	16	0	0	23	96	13	67,3595	609
20 a menos de 50 ha	1.632	352	16	41	402	28	394	244	0	28	896	168	5	34	197	402	70	704,684	5.614
50 a menos de 100 ha	1.834	109	44	57	358	26	536	306	0	54	1.329	101	3	28	155	402	73	678,777	6.093
100 a menos de 200 ha	1.731	91	62	8	391	18	580	332	0	52	1.399	93	16	65	62	370	57	448,2	5.775
Patronal	11.573	65	62	65	3.078	422	4.086	2.404	0	668	13.741	231	578	1.764	168	3.078	246	1505,23	43.734
200 a menos de 500 ha	1.961	34	18	8	321	41	697	430	0	80	1.705	21	31	52	41	497	49	401,566	6.389
500 a menos de 1.000 ha	1.811	3	8	0	256	10	640	407	0	106	1.769	36	28	161	52	440	44	227,986	6.000
1.000 ha e mais	7.801	28	36	57	2.500	370	2.749	1.567	0	482	10.267	174	518	1.552	75	2.140	153	875,674	31.345

(1) Valores deflacionados para 2006 pelo IGP-M (FGV).

Fonte: Monteiro et al. (2016).

Tabela 26: Valor das despesas realizadas no ano, por tipo de despesa, de grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (2006).

Grupos de área total	10 ³ R\$																		
	Salários pago em dinheiro e produtos	Valor da cota-parte entregue a parceiros	Arrendamento e parceria de terra	Aduos e corretivos	Sementes e mudas	Agrotóxicos	Medicamentos para animais	Alimentação dos animais	Ovos fertilizados e pintos de um dia	Aluguel de máquinas e equipamentos	Serviço de empreitada	Transporte da produção	Juros e despesas bancárias	Impostos e taxas	Sacarias e outras embalagens	Combustíveis e lubrificantes	Energia Elétrica	Outras despesas	Total
Total	38.961	0	608	1.472	2.437	4.096	12.404	11.068	0	0	3.218	405	890	730	110	11.817	4.890	45705	112.265
Familiar	5.772	0	254	246	1.078	930	4.317	3.547	0	0	1.429	232	141	100	100	4.966	3.125	11253	37.490
Menos de 1 ha	90	0	3	32	25	11	0	0	0	0	0	10	0	0	10	39	66	27	313
1 a menos de 2 ha	44	0	3	11	10	1	5	2	0	0	0	1	0	0	1	24	129	11	242
2 a menos de 5 ha	118	0	0	7	2	5	56	36	0	0	0	0	0	0	1	84	43	22	374
5 a menos de 10 ha	201	0	0	0	16	20	143	130	0	0	9	18	0	4	2	299	180	240	1.262
10 a menos de 20 ha	432	0	21	19	65	47	324	444	0	0	121	31	0	6	6	612	379	960	3.467
20 a menos de 50 ha	1.577	0	93	84	354	270	1.456	1.103	0	0	481	60	80	36	30	1.848	1.116	3637	12.225
50 a menos de 100 ha	1.607	0	101	32	303	332	1.386	1.024	0	0	465	76	42	28	44	1.307	747	3752	11.246
100 a menos de 200 ha	1.703	0	33	61	303	244	947	808	0	0	353	36	19	26	6	753	465	2604	8.361
Patronal	33.189	0	354	1.226	1.359	3.166	8.087	7.521	0	0	1.789	173	749	630	10	6.851	1.765	34452	74.775
200 a menos de 500 ha	2.509	0	155	68	335	333	1.841	1.175	0	0	663	38	18	54	8	956	521	4250	12.924
500 a menos de 1.000 ha	4.134	0	127	0	234	202	976	859	0	0	425	0	38	32	2	1.077	272	4733	13.111
1.000 ha e mais	26.546	0	72	1.158	789	2.630	5.270	5.487	0	0	701	135	693	544	0	4.808	970	25469	48.726
Produtor sem área	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	2	0	14

Fonte: Monteiro et al. (2016).

A Tabela 27 trata dos valores de financiamentos obtidos no familiar e no patronal, compreendendo o período de 1996 a 2006. Observa-se que, de um total de R\$ 10.705, em 1996, esse valor foi para R\$ 19.471 em 2006. Para a agricultura familiar, os dados mostram que em 1996 o valor obtido foi de R\$ 5.829, e em 2006, o valor foi para R\$ 14.648, ao observarmos a distribuição do acesso aos valores, por tamanho de área, eles indicam que quanto mais terra, mais acesso a dinheiro.

Para os produtores familiares com áreas que vão até menos de 5 ha, houve uma queda no acesso a financiamentos, por exemplo, as áreas de 1 a menos de 2 ha, em 1996 obtiveram R\$ 36.00,00, esse valor caiu para R\$ 9.00,00 em 2006, sinal de que para “os pequenos” o acesso ao dinheiro é mais difícil. Esse quadro começa a mudar, e tem uma curva ascendente, a partir do estrato que vai de 5 a menos de 10 ha, tem um expoente nas áreas de 20 a menos 50, que em 1996 era de R\$ 2.487,00 milhões e foi para R\$ 7.215,00 milhões, em 2006, essa tendência aparece nas áreas maiores, indicando que mesmo que seja um crescimento menor no acesso, para “os grandes” ele existe.

Nota-se que, no período intercensitário aqui considerado, o valor do financiamento obtido pela agricultura familiar, praticamente, foi triplicado, o que foi diretamente vinculado a recursos destinados ao financiamento da aquisição, pelos agricultores familiares, de gado bovino oriundo das grandes propriedades fundiárias.

Tabela 27: Valor dos financiamentos obtidos, por área dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 - 2006).

Grupos de área total	Financiamentos obtidos 1996			Financiamentos obtidos 2006		
	(Mil Reais)	Total (hectares)	R\$/hectare	(Mil Reais)	Total (hectares)	R\$/hectare
Total	10.705	1.445.977	7,40	19.471	1.404.177	13,87
Familiar	5.829	328.250	17,76	14.648	344.212	42,56
Menos de 1 ha	34	48	695,50	11	45	244,44
1 a menos de 2 ha	36	92	393,53	9	82	109,76
2 a menos de 5 ha	259	1.221	212,13	63	939	67,09
5 a menos de 10 ha	417	3.060	136,31	981	5.082	193,03
10 a menos de 20 ha	373	6.792	54,93	2.559	16.956	150,92
20 a menos de 50 ha	2.487	106.695	23,31	7.215	136.275	52,94
50 a menos de 100 ha	1.415	112.775	12,54	2.456	96.359	25,49
100 a menos de 200 ha	808	97.566	8,28	1.354	88.474	15,30
Patronal	4.876	1.117.727	4,36	4.823	1.059.965	4,55
200 a menos de 500 ha	497	126.389	3,94	1.439	148.111	9,72
500 a menos de 1.000 ha	1.394	124.783	11,17	1.194	117.884	10,13
1.000 ha e mais	2.985	866.554	3,44	2.190	793.970	2,76

(1) Valores deflacionados para 2006 pelo IGP-M (FGV)

Fonte: Monteiro et al. (2016).

Nas Tabelas 28 e 29, faz-se uso do indicador Quociente Locacional (QL) que ajuda na leitura da diversidade da produção e a interação econômica entre elas mesmas. É possível, a partir disso, observar até onde vai, por exemplo, a diferenciação interna de produção na agricultura familiar. Nos dados apresentados, relativos aos anos de 1996 e 2006, dois estratos se destacam quando observados os grupos de atividades econômicas horticultura e floricultura, aves e pequenos animais e animais de grande porte.

Ao analisar os dados de propriedades de agricultura familiar, os valores do Quociente Locacional (QL) são considerados mais expressivos nos estratos com menos de 1 ha e de 1 a menos de 2 ha. Em relação à atividade horticultura e floricultura nesses estratos, observa-se que, em 1996, os valores do QL correspondem a 27,825 e 10,728, respectivamente, valores que se elevam em 2006, com índices equivalentes a 52,850 e 51,359, indicando que essa atividade cresceu nas propriedades menores. Porém, essa tendência se inverte na atividade econômica aves e pequenos animais, uma vez que, em 1996, os valores do QL nos estratos com menos de 1 ha e de 1 a menos de 2 ha, dessa atividade, correspondem a 2,135 e 3,167, respectivamente, tendo diminuído, em 2006, para 0,883 e 0,735.

O Quociente Locacional (QL) da atividade animais de grande porte, nos estratos com menos de 1 ha e de 1 a menos de 2 ha, em 1996, são os menos expressivos, ambos correspondem a 0,000. Situação que se modifica, em 2006, apenas para o estrato com áreas de 1 a menos de 2 ha, cujo valor do QL corresponde a 0,005. Aparentemente, trata-se de pequena mudança, mas, em um universo em que se acredita haver um processo de pecuarização em curso, esse dado possui grande relevância, ao indicar que as menores áreas estão, também, na rota do boi. Nas demais propriedades da agricultura familiar, que já contavam com a presença de gado bovino, os dados indicam crescimento desta atividade.

Como indicado nas tabelas, à medida que as áreas aumentam, a diversidade de atividades econômicas diminui, e vai se concentrando na pecuária. Até aqui, os dados indicam uma ampliação do número de estabelecimentos destinados à atividade pecuária, no familiar e no patronal; bem como, aumento da extensão das áreas destinadas a esta atividade; pelo aumento no número de pessoal ocupado com a atividade; pela alteração da composição do valor bruto da produção; valor dos financiamentos obtidos e pela retração da diversificação das atividades econômicas.

Tabela 28: Quociente Locacional (QL) por grupos de atividade econômica e por grupos de área total (1996).

Grupos de área total	Animais de grande porte	Animais de médio porte	Aves e pequenos animais	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Horticultura e floricultura	Silvicultura	Extração vegetal	Agroindústria
Familiar									
Menos de 1 ha	0,000	1,154	2,135	0,441	0,752	27,825	0,000	0,320	0,496
1 a menos de 2 ha	0,000	0,527	3,167	2,215	2,554	10,728	0,000	1,430	1,246
2 a menos de 5 ha	0,089	0,664	1,413	0,894	1,701	16,015	0,000	1,329	1,440
5 a menos de 10 ha	0,087	1,315	1,731	2,382	2,462	10,081	0,000	2,127	1,010
10 a menos de 20 ha	0,215	1,868	2,664	1,244	2,953	0,501	0,000	2,957	1,719
20 a menos de 50 ha	0,428	1,807	2,346	2,395	2,185	0,885	0,406	2,359	1,345
50 a menos de 100 ha	0,726	1,338	1,453	1,665	1,313	0,203	2,298	1,369	1,816
100 a menos de 200 ha	0,978	1,504	1,038	0,842	1,159	0,074	4,571	0,985	1,089
Produtor sem área	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patronal									
200 a menos de 500 ha	1,112	1,233	0,773	0,998	0,713	0,527	0,514	1,404	0,724
500 a menos de 1.000 ha	1,361	0,434	0,453	0,169	0,674	0,017	0,176	0,371	0,350
1.000 ha e mais	1,465	0,336	0,123	0,192	0,197	0,035	0,000	0,103	0,555

Fonte: Monteiro et al. (2016)

Tabela 29: Quociente Locacional (QL) por grupos de atividade econômica e por grupos de área total (2006).

Grupos de área total	Animais de grande porte	Animais de médio porte	Aves e pequenos animais	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Horticultura e floricultura	Silvicultura	Extração vegetal	Agroindústria
Familiar									
Menos de 1 ha	0,000	0,000	0,883	0,154	5,648	52,850	0,000	18,451	0,000
1 a menos de 2 ha	0,005	1,179	0,735	1,404	4,500	51,359	0,000	25,390	0,000
2 a menos de 5 ha	0,199	2,028	1,034	0,182	11,371	8,949	0,000	19,755	0,095
5 a menos de 10 ha	0,890	1,756	2,473	1,480	1,410	1,744	1,899	1,773	2,544
10 a menos de 20 ha	0,914	2,486	1,490	0,757	1,417	1,622	7,348	0,150	2,811
20 a menos de 50 ha	0,720	2,457	2,390	2,011	3,745	0,700	4,137	1,819	3,697
50 a menos de 100 ha	0,922	1,962	1,603	0,353	2,137	0,887	2,078	0,600	2,548
100 a menos de 200 ha	0,814	1,176	0,561	7,291	0,797	0,167	0,231	0,269	0,512
Produtor sem área	-	-	-	-	2,074	41,665	0,000	77,668	19,444
Patronal									
200 a menos de 500 ha	1,065	1,997	0,886	0,362	0,535	0,322	0,000	0,146	1,155
500 a menos de 1.000 ha	1,123	0,589	0,190	0,093	0,156	0,066	0,000	2,340	0,044
1.000 ha e mais	1,136	0,198	0,695	0,000	0,041	0,006	0,000	0,000	0,063

Fonte: Monteiro et al. (2016)

Até aqui é possível inferir, a partir dos dados empíricos dos Censos Agropecuários do IBGE e do Cadastro Ambiental Rural (CAR), os seguintes movimentos no agrário em estudo: nos últimos 30 anos, a concentração fundiária da região manteve-se praticamente inalterada; o somatório do tamanho das propriedades familiares se manteve inalterado, apropriando-se de $\frac{1}{4}$ da área de estudo; o número das propriedades aumentou; o tamanho das propriedades não determina a quantidade do pessoal ocupado, mas nas áreas com tamanho de 20 a menos 50 ha e nas de 50 a menos 100 ha, os números indicam uma diminuição no número de membros da família ocupados com o trabalho na propriedade, ainda que as famílias se mostrem numerosas.

Houve, também, uma queda no uso de adubos e corretivos e um expressivo aumento no consumo de energia elétrica. Os lotes com tamanho de 20 a menos 50 há apresentaram, por um lado, aumento na produção de animais de grande porte e, por outro, uma queda na produção das atividades econômicas lavouras temporárias e aves e pequenos animais, no período intercensitário. O estrato que compreende os estabelecimentos entre 20 a menos 50 há foi, também, o que obteve as maiores variações de créditos bancários e na produção de gado bovino. O número de pessoal ocupado na agricultura familiar permaneceu estável, em torno de 50 mil pessoas, ocupando em torno 24% da área de região de Marabá. A grande mudança observada foi, assim, o movimento em direção à pecuarização da agricultura familiar.

As manifestações objetivadas da pecuarização nos estabelecimentos da agricultura familiar na região de Marabá (PA) foram os elementos que impulsionaram e nortearam a pesquisa de campo apoiadas nos conceitos formulados por Bourdieu (1987), anteriormente citados, e por meio da qual se constituiu uma interpretação dos fundamentos sociossimbólicos das principais mudanças na agricultura familiar, indicadas nos Censos Agropecuários do IBGE.

Capítulo 3 - Agricultura familiar e estratégias de reprodução.

As aparências manifestas de modificações em curso no espaço agrário da região de Marabá, captadas pelo tratamento estatístico de variáveis diretamente observáveis e presentes nos Censos Agropecuários apresentada no capítulo anterior, indicam movimentos, aparentemente, contraditórios ao fortalecimento da produção familiar no agrário regional, sobretudo, por expressarem crescente pecuarização das estruturas camponesas. Como já indicado, a alternativa metodológica para a interpretação de tais manifestações, realizou-se pesquisas de campo, teoricamente balizadas pelo vocabulário conceitual de Pierre Bourdieu (1987, 1989, 1997, 2000, 2001, 2002, 2003, 2009, 2010, 2012). Tal estratégia teórico-metodológica permitiu construir uma interpretação das mudanças no agrário que tenta “evitar tomar como princípio da prática dos agentes a teoria que se deve construir para explicá-la”. Justamente por isto, a interpretação apresentada busca inscrever na teoria, o princípio real das estratégias, ou seja, seu sentido prático, ou o “sentido do jogo”. Por conseguinte, este sentido funciona para aquém da ‘consciência e do discurso’, deriva das necessidades de um determinado jogo social e são adquiridos pela experiência com este.

Pesquisas de campo baseadas nestes fundamentos foram realizadas através da aplicação de questionário e por entrevistas realizadas no período de 20 de janeiro, a 03 de fevereiro de 2017, e depois, de 7 a 11 de maio de 2018, junto aos agricultores familiares de diferentes Assentamentos localizados nos de Municípios de São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Brejo do Meio e Marabá.

Os resultados, também, foram sistematizados em tabelas a tornar explícito o escopo da pesquisa neste segundo momento da investigação. Identificando, em termos sociossimbólicos, as manifestações objetivadas captadas pelos dados censitários para a região de Marabá.

A pesquisa de campo foi realizada por uma equipe multidisciplinar, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, que incluiu: geógrafos, agrônomos, cientistas sociais e da qual participei ativamente desde a elaboração de questionários para serem aplicados, nas reuniões coletivas e nas conversas individuais com agricultores familiares na busca por elementos interpretativos.

3.1. A pesquisa de campo em face das tendências captadas pelos Censos Agropecuários.

A pesquisa de campo possibilitou investigação realizada, diretamente, junto aos agricultores familiares de projetos de Assentamento inseridos na região de Marabá, estes trabalhadores são oriundos de diferentes regiões do país em especial do Nordeste, com ênfase para os estados do Maranhão e da Bahia.

Há, também, migrantes dos estados de São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Mato Grosso. Este elemento é importante na interpretação que se constrói, uma vez que remete a histórias de vida diversas que moldam *habitus* desses agricultores, pois ensejam em referências sociossimbólicas de suas regiões de origem, diferentes das encontradas na região de Marabá (Figura 4). Além do mais, é necessário indicar que a migração relativamente recente impacta na estruturação de redes sociais historicamente mais duradouras, com repercussões na edificação de capital social e simbólico destes agricultores familiares.

O fato de que trabalhadores e agricultores que vem de fora da região contaram com rede de relações relativamente recentes, tem implicações sobre suas estratégias de reprodução dentro de um jogo social com agentes sociais, igualmente, conhecidos há pouco tempo (BOURDIEU, 1989).

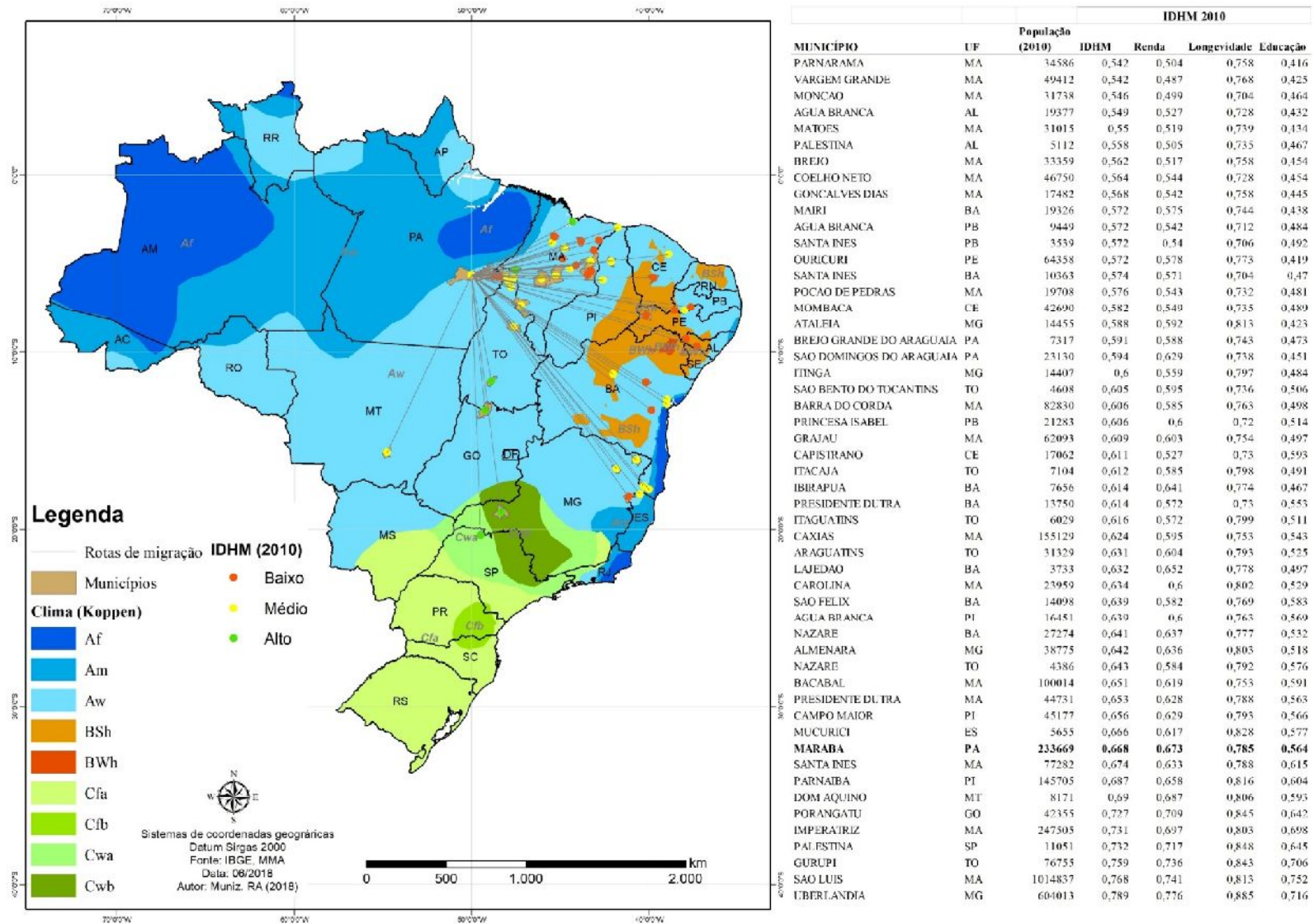
A vinda destes homens e destas mulheres para a região deve ser compreendida dentro de contextos sociais diversos, as necessidades de reprodução social desses agentes interagem com expectativas de melhoria na qualidade de suas vidas. Aqui, Bourdieu (2012) nos auxilia na reflexão, já que o discurso, como uma estratégia de convencimento foi utilizado em larga escala. O discurso *seduz, impacta*, diz ele. As promessas presentes nos anúncios que os discursos dos movimentos sociais e estatais carregavam é um dos motes que eles consideram quando se trata desse movimento. Esse agricultor veio para a região, também, impulsionado por construções simbólicas.

A interpretação adotada também incorpora os condicionantes sociais e ambientais como elementos que historicamente influenciam processos de migração principalmente do Nordeste, pois, sob condições de restrição hídrica e concentração fundiária, como é a que se encontra na história do sertão nordestino, não é possível produzir o mínimo para manutenção das famílias.

O processo de conformação social local da agricultura familiar em Marabá contou, dentre os migrantes, com maior número dos oriundos do estado do Maranhão. Neste especial, são migrantes que não se originam de região com maior restrição hídrica, pois, originam-se de região de transição entre o clima chuvoso da região amazônica e o sertão nordestino. Assim, a questão climática é apenas um elemento, talvez o de menor peso, quando se analisa as razões pelas quais os sujeitos migram de uma região para outra.

Na Figura 5 encontra-se, ainda, alguns indicadores de desenvolvimento humano do ano de 2010 dos municípios de origem dos produtores(as) entrevistados(as). Observa-se que todos os municípios das regiões norte e nordeste possuem Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) baixo e médio e, na escala crescente de IDHM apresentada na tabela 4, Marabá, possui um dos melhores índices. O mesmo pode ser observado com o IDHM renda, longevidade e educação.

Figura 5: Mapa de rota de migração dos produtores(as) familiares assentados da Microrregião de Marabá identificando regiões climáticas e indicadores de desenvolvimento humano dos municípios de origem.



A pesquisa de campo apontou que a migração para a região, no caso dos assentados, deveu-se a expectativas de conseguir trabalho e/ou terra para produzir. O estado e os movimentos sociais elaboraram, então, discurso que atendia essas expectativas. Havia na base desse movimento humano um impulso de cunho físico e simbólico, uma vez que, as necessidades materiais desse segmento social encontraram eco nas notícias de prosperidade, produzidas e veiculadas sobre a região. O estado e os movimentos sociais agindo como condicionantes externos importantes, e dando sinais de que suas ações são *em grande parte uma invenção mental* (BOURDIEU, 2012). Assim, a ideia de que a vida seria melhor na Amazônia, faz parte desse quadro de invenções.

Sobre o lugar de origem dos agricultores familiares ouvidos durante a pesquisa de campo, cerca de 59% dizem ser oriundos da zona rural. Sendo, assim, registrados dois perfis diferentes de agricultores familiares: o primeiro grupo, onde há relação com o meio rural ao longo da vida; e o segundo grupo, formado por trabalhadores oriundos de zonas urbanas.

Tabela 29: Local de residência anterior dos agricultores familiares de Marabá entrevistados.

Local de Residência	Quantidade (%)
Área rural de outro estado	4%
Área urbana de outro estado	5%
Área rural em outro município	22%
Área rural do município do PA	19%
Área urbana em outro município	8%
Área urbana do mesmo município	28%
Área rural de outro estado	14%

Fonte: Teixeira Júnior et al, (2018).

Por conseguinte, grande parte dos agricultores entrevistados (41%) carrega uma história de vida tecida com referências do mundo urbano, de dentro ou de fora da Amazônia, comparativamente ao outro grupo, ao que parece a consolidação de vínculos mais fortes com a terra é uma das marcas específicas desses agentes, uma vez que deles foi requerido novos aprendizados, exigindo descobrir novos limites. O agrário regional, também, carrega suas histórias e estas exigem outros aprendizados. Voltaremos a esta questão, posteriormente, para refletir se e como, isso se relaciona com a singularidade da agricultura familiar em foco.

Aqui, evocamos Bourdieu (2010) e uma das propriedades da noção de *habitus*, aquela que lembra que

os agentes têm uma história, que são o produto de uma história individual, de uma educação associada a determinado meio, além de serem o produto de uma história coletiva, e que em particular as categorias de pensamento, as categorias de juízo, os esquemas de percepção, os sistemas de valores são o produto da incorporação de estruturas sociais (BOURDIEU, 2010, p.58).

Nas conversas preliminares à aplicação dos questionários e em análises posteriores foi possível identificar que dentre os agricultores que mantiveram vínculos históricos com o rural, havia, nitidamente, maior conhecimento do trabalho no campo e da capacidade de fazerem leituras empíricas detalhadas do meio biofísico.

Tomando-se seis anos como referência de idade de criação do último assentamento, nos municípios de abrangência da pesquisa de campo, cerca de 80% dos camponeses entrevistados residem há mais de 6 anos no estabelecimento Tabela 30. Cerca de 30% residem entre 12 a 18 anos na área, o que corresponde à faixa de idade da maioria dos assentamentos desses municípios, ou seja, é um campesinato novo, originário, em longa medida, de outros estados (Maranhão e Piauí), onde 2/3 ocupam o estabelecimento a menos de 18 anos e uma grande parcela possui uma história de vida marcada por referências urbanas.

Tabela 30: Tempo de residência na área dos agricultores familiares entrevistados.

Tempo de residência	Quantidade (%)
< 6	21%
6 a 12	17%
12 a 18	30%
18 a 24	17%
24 a 30	7%
>30	8%

Fonte: Teixeira Júnior et al, (2018).

No que concerne à distribuição etária da força de trabalho, no agrário em foco, nos remetemos mais uma vez ao jogo social, e as estratégias, pois, as relações sociais que historicamente caracterizam a agricultura familiar exigem grande participação de força de trabalho familiar, a composição etária e numérica desta força de trabalho é fator relevante e

determinante nas estratégias de reprodução camponesa, já que impacta a unidade camponesa de forma intensa.

Pensar essa questão nos termos de Bourdieu (1989) é considerar que há um campo, e nele um jogo social que requer que se inscrevam estratégias, uma vez, que a força de trabalho se configura como uma necessidade para a reprodução e manutenção do grupo familiar, neste caso, relações historicamente duradouras.

Neste contexto, a idade dos chefes de família pesquisados, nos termos indicados na Tabela 31, mostra que apenas 8% possuem menos de 32 anos de idade, 18% tem idade entre 32 e 41 anos, entre 41 e 50 anos o percentual é de 22%. Considerando um recorte de 59 anos de idade, 62% dos chefes de família possuem idade inferior a esta.

Trata-se, por conseguinte, de uma população camponesa relativamente envelhecida, quando se compara ao perfil demográfico da região, o que implica em termos socioeconômicos, que essa população camponesa tem no aspecto etário o volume de força a disposição da unidade familiar, por exemplo, dos chefes de família entrevistados somente 20% tem menos de 41 anos de idade.

Tabela 31: Perfil etário dos chefes das unidades familiares entrevistados.

Idade	Quantidade (%)
< 32	8%
32 a 41	18%
41 a 50	22%
50 a 59	15%
59 a 68	22%
>68	5%

Fonte: Teixeira Júnior et al, (2018).

Nos indicadores de classificação da agricultura familiar, inferidos tendo por base dados dos Censos Agropecuários de 1995/1996 e de 2006, as Tabelas 2, 3, e 5 identificam a presença dos membros não remunerados menores de 14 anos e maiores de 14 anos.

A pesquisa de campo, assim como, os dados dos Censos Agropecuários, apresenta indicação de que a força de trabalho familiar está envelhecendo, no agrário em tela, e não está

sendo reposta por membros mais jovens da família, um obstáculo adicional à reprodução da agricultura familiar, já que a composição da força de trabalho utilizada, seu tamanho, sua idade e a proporção homem/mulher das famílias são elementos que influenciam no rendimento e nas atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, pois, o núcleo familiar compatibiliza a sua força de trabalho com a demandada no exercício da atividade, considerando com o nível de tecnificação disponível da família, Tabelas 32 e 33.

Tabela 32: Proporção dos agricultores familiares que utilizam força de trabalho familiar por classes de número de pessoas.

Força de trabalho familiar	Quantidade (%)
1	5%
1 a 2	17%
3 a 4	30%
5 a 6	17%
7 a 8	7%
>8	8%

Fonte: Teixeira Júnior et al, (2018).

Tabela 33: Número de filhos por família.

Número de filhos	Quantidade (%)
1 a 2	29%
3 a 4	43%
5 a 6	14%
7 a 8	8%
>8	6%

Fonte: Teixeira Júnior et al, (2018).

Os entrevistados relatam utilizar, em quantidades variáveis, força de trabalho familiar na produção Tabela 34. Cerca de 43% utilizam de 3 a 4 membros da família como força de trabalho, 38% utilizam entre 1 e 2 membros e 13% entre 5 e 6 membros.

A quantidade de membros da família alocada utilizada como força de trabalho nas atividades produtivas é uma função, principalmente, do número de filhos. Cerca de 43% dos produtores da região tem famílias com cerca de 3 a 4 filhos e 29% entre 1 e 2, presentes na

Tabela 33. Proporções essas semelhantes às observadas anteriormente quanto a quantidade de membros da família que atuam nas atividades produtivas do lote.

Segundo os produtores, cerca de 60% dos filhos(as) são homens e 40% mulheres, independentes das categorias adotadas, 1 a 2, 3 a 4, 5 a 6, 7 a 8 e maior que 8 filhos(as) como apontado na Tabela 34.

Considerando que a maior parte dos entrevistados eram homens e responsáveis pelo lote, isso não retira a presença e importância das mulheres nesse contexto, que invariavelmente, também, assumem as atividades produtivas com sua força de trabalho.

Tabela 34: Percentual de filhos(as) por categorias de N° total de filhos(as).

Quantidade	Homem (%)	Mulher (%)
1 a 2	70%	30%
3 a 4	58%	42%
5 a 6	55%	45%
7 a 8	42%	58%
>8	62%	38%

Fonte: Teixeira Júnior et al, (2018).

Ao tratar da força de trabalho e do gênero, Bourdieu (2012) lembra que na lógica da economia das trocas simbólicas, o estatuto social determinado às mulheres, as colocou na condição de subalternas e invisíveis. Estas por sua vez, recorreram a estratégias, como as simbólicas, para enfrentarem tais condições, ainda que as mudanças visíveis que afetaram a condição feminina, também operam para mascarar a permanência de estruturas invisíveis que só podem ser esclarecidas, por uma leitura relacional. *O sucesso de empresa doméstica* tem muitas vezes, sua base na força de trabalho da mulher.

Falar das relações de gênero de uma perspectiva relacional é considerar que em todos os *espaços e subespaços sociais, e aí se inclui o mundo do trabalho (BOURDIEU, 2012, p. 122)* é, também, desfazer a imagem fantasiosa de um *eterno feminino*, para ver a estrutura da relação de dominação, em que a mulher ocupa um lugar secundário no jogo social. No espaço social em foco, as posições sociais e históricas do trabalho feminino ainda se fazem presentes.

No âmbito do agrário em estudo, foi possível observar que, para a maioria das mulheres são atribuídos trabalhos como: o cuidado com pequenos animais, hortas, sementes,

além do trabalho doméstico e cuidado com os filhos. Na comercialização, nas feiras, geralmente as mulheres comercializam hortaliças, galinha caipira entre outros produtos considerados “secundários”. O trabalho com o leite, por exemplo, é tarefa em geral dos homens.

A pesquisa de campo mostrou que o trabalho da mulher é fundamental na cadeia produtiva da agricultura familiar. Essa força de trabalho atua diretamente na renda da família, quer seja pela comercialização e produção direta dos produtos, quer seja pelo emprego da força de trabalho na confecção de bens e serviços essenciais, que deixam de onerar o orçamento da família. Essa realidade destoa, em boa medida, da ideia de força de trabalho *marginal* ou *não-transferível*, preconizada por Tepicht (1973).

O trabalho familiar é empregado na terra para produção de bens de consumo sendo, portanto, um dos principais recursos de que as famílias dispõem. O núcleo familiar faz a gestão desses recursos com objetivo de maximizar a relação entre força de trabalho por unidade de produção. Num primeiro olhar, a força de trabalho da família pode tornar-se o recurso limitante à medida que o tamanho da terra aumenta. Observação que será problematizada, mais adiante. A pesquisa de campo confirma outro dado significativo dos Censos de 1996 e de 2006, o de que a maioria dos lotes tem o tamanho de 20ha a menos 50 ha, como está expresso na Tabela 35.

Tabela 35: Perfil do número dos lotes no âmbito dos entrevistados.

Número dos lotes	Porcentagem (%)
< 1 ha	2%
1 ha a 2 ha	3%
2 ha a 5 ha	8%
5 ha a 10 ha	5%
20 ha a 50 ha	49%
50 ha a 100 ha	28%
100 ha a 200 ha	5%

Fonte: Teixeira Júnior et al, (2018).

Os agricultores familiares, frequentemente, fazem uso de força de trabalho externa, movimentando desta forma uma economia rural baseada na contratação temporária de força de trabalho, geralmente, pagas na forma de diárias. Mais uma vez, um elemento externo faz

parte desse movimento produtivo, e o aproxima da leitura proposta para o campesinato, por Tepicht (1973).

Com relação à presença da pecuária no rural familiar, as informações presentes na Tabela 14, já trazem os sinais da presença do gado no universo em foco. A produção de animais de grande porte aparece em destaque. As informações das Tabelas 15 e 16, que tratam do valor da produção e animais de grande porte, gado, fortalecem esse argumento da presença destes, no universo familiar de forma expressiva, estando os maiores valores presentes nas propriedades com tamanho de 50 a menos de 100 ha. Registram que no período intercensitário houve um aumento da pecuária neste setor. Os dados da Tabela 17 mostram que no meio familiar, o grupo que está mais envolvido com o gado é o das propriedades de tamanho 20 a menos de 50 ha. Já na utilização da terra para a atividade pecuária, os dados dos Censos de 1996 e 2006, expressos na Tabela 18, apontam que quanto maior o lote, maior a área utilizada para a pecuária. Começando com as propriedades de tamanho 20, a menos 50 ha. Vejamos como isso se expressa no universo sociológico.

A pesquisa de campo confirmou este crescimento das pastagens nas unidades da agricultura familiar, sobretudo, nos lotes com tamanho entre 20 a 50 ha. Corroborando a tendência captada pelo Censo. Com relação à cultura temporária, essa se apresenta mais forte nos lotes menores, já as culturas permanentes estão presentes nas propriedades maiores.

Tabela 36: Relação entre tamanho de áreas de pastagem e tamanho de lote na microrregião de Marabá, com base no número de agricultores familiares.

Tamanho do lote (ha)	Tamanho da Pastagem (ha)							
	< 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	20 a 50	50 a 100	100 a 200
< 1								
1 a 2								
2 a 5	1	1	1					
5 a 10	1							
10 a 20					1			
20 a 50	1	1	4	3	6	11		
50 a 100			1	5		7	4	
100 a 200				1				2

Fonte: Teixeira Júnior et al, (2018).

A pesquisa de campo constatou que houve ampliação da área ocupada por atividades que demandam menor quantidade de força de trabalho, sendo o caso da atividade pecuária. Tanto que, no estrato de área compreendido entre 50 a 100 ha, observa-se que a maior parte dos produtores possui pastagens, com tamanhos entre 20 a 50 ha, seguido por pastagens entre 5 a 10 ha Tabela 37, enquanto culturas temporárias e permanentes predominam nas áreas menores que 1 ha. Quanto maior a área, menor a diversidade produtiva. Observou-se que os produtores em sua maioria optam por pastagens em torno de 10 a 20 ha, e de 20 a menos 50 ha de culturas temporária e permanente, Tabela 38.

Tabela 37: Relação entre tamanho de áreas de culturas temporárias e tamanho de lote na área pesquisada.

Tamanho do lote (ha)	Tamanho das culturas temporárias (ha)			
	< 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10
< 1	1			
1 a 2	2	1		
2 a 5	2	2		
5 a 10				
10 a 20			1	
20 a 50	13	6	5	2
50 a 100	5	3	1	4
100 a 200	1	1		

Fonte: Teixeira Júnior et al, (2018).

Lotes maiores que 50 ha são, predominantemente, ocupados por pastagem, conseqüentemente, uma redução da diversificação da produção, pois a pecuária, ao ocupar maiores parcelas de unidade camponesa, amplia a demanda por força de trabalho a ser empregada na atividade, embora esta força de trabalho seja menos intensiva, ao se levar em conta, a extensão da área cultivada. Fato é que independentemente do tamanho do lote, os agricultores possuem alguma área de pasto. O que corrobora, integralmente, os dados dos Censos Agropecuário de 1995/1996 e de 2006.

Tabela 38: Relação entre tamanho de áreas de culturas permanentes e tamanho de lote na microrregião de Marabá.

<i>Tamanho do lote (ha)</i>	<i>Tamanho das culturas permanente (ha)</i>					
	< 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	20 a 50
<i>< 1</i>						
<i>1 a 2</i>	1					
<i>2 a 5</i>	2	1	1			
<i>5 a 10</i>						
<i>10 a 20</i>		2				
<i>20 a 50</i>	11	7	3	2	1	3
<i>50 a 100</i>	7	2	4	2	2	1
<i>100 a 200</i>	1	1			1	

Fonte: Teixeira Júnior et al, (2018).

Por conseguinte, todos os levantamentos realizados em campo corroboram as tendências manifestas, capturadas por variáveis observáveis inseridas nos referidos censos agropecuários. Especialmente, um significativo processo de pecuarização das unidades familiares, em um agrário marcado pela concentração fundiária; pela presença de campesinato jovem, em termos históricos, grande parte de fora da região; pela importância e dimensão da agricultura familiar; pela manutenção da diversidade produtiva nas propriedades menores; pelo aumento da área de pastagem e da criação do gado e a redução do uso da força de trabalho familiar nas unidades familiares com quantitativo de terra maior. O que fundamenta tais tendências, sobretudo, o que dá base a pecuarização como estratégia da agricultura familiar na região de Marabá é o que se procura apresentar no item a seguir.

3.2. A Pecuarização como produto do sentido prático.

Como nos lembram Costa e Fernandes (2016), o setor rural da Amazônia é definido por uma heterogeneidade estrutural profunda. Estruturas que estão em movimento por decisões e racionalidades distintas, camponesas ou patronais, estas mobilizam recursos próprios da região congregando diferentes trajetórias tecnológicas, que em dinâmicas de concorrência ou colaboração e com a mediação de instituições definem as configurações desse agrário.

A interpretação, aqui apresentada, foi construída a partir de um *corpus* narrativo extraído das falas de agricultores familiares da região de Marabá, no estado do Pará, especificamente dos municípios de Itupiranga, Jacundá, São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia, este propiciou o entendimento de que os elementos sociossimbólicos apresentados nas falas ajudam a compor um quadro explicativo, possibilitando identificar os fundamentos que levam esses agricultores familiares a optarem pela ampliação da criação bovina em suas unidades familiares, privilegiando, desta forma, o uso extensivo da terra, a redução do uso de unidade de força de trabalho por área da propriedade e a redução da diversidade produtiva da unidade familiar. Todas estas ações práticas, aparentemente, contraditam o que histórica e teoricamente tem marcas sociais do sucesso de manutenção da agricultura familiar no seio da produção capitalista.

Amparado na rede conceitual de Pierre Bourdieu: A economia das trocas simbólicas, 1989; Os usos sociais da ciência, 1997; Meditações Pascalianas, 2001; O Senso Prático, 2003; O poder simbólico, Sobre o Estado, 2012, já citada no corpo deste trabalho, as reflexões buscam transitar nos mundos físicos e simbólicos desses agentes sociais, que carregam trajetórias humanas diversas e ricas de significados sociais. Evidentemente, concordamos com Hurtienne (2005) que nos lembra que, propor leituras interpretativas da produção camponesa da região amazônica é sempre um desafio, por conta das suas diversidades.

Propor uma análise das razões práticas e das estratégias da agricultura familiar, pelas lentes sociossimbólicas de Pierre Bourdieu é considerar que estas se inscrevem num campo, e que o movimento de seus agentes é mediado pela relação com outros agentes, que compõe este campo entre eles, por exemplo, o estado, os fazendeiros, o FNO.

A interpretação ora proposta encaminha-se no sentido de apresentar quais as estratégias (Bourdieu, 1997) adotadas pelos agricultores familiares frente à ampliação da

presença do gado bovino no âmbito de suas unidades. Quais e em que medida um processo de interiorização de exterioridades fortalecem e/ou determinam a criação de estratégias. Apresentando, assim, uma possibilidade de se pensar a relação, a mediação entre os condicionantes exteriores e a subjetividade dos agentes sociais presentes nestas escolhas.

Para efetivar tal explicitação, dividimos esta seção em alternativas e estratégias captadas nas entrevistas, a saber: Ações práticas voltadas a garantir o sustento cotidiano da família; Ações práticas voltadas à redução da penosidade e intensidade do trabalho; Ações práticas voltadas à interação com as condições físicas herdadas; Ações práticas voltadas ao acesso ao crédito bancário; Ações práticas voltadas a obter poder de compra e de barganha; e Ações práticas voltadas a facilitar a integração mercantil.

Em termos teóricos, como já anunciado, as *estratégias* são produtos do senso prático de um jogo social particular, que tem demandas e exigências, logo, estas se fazem e refazem frente a situações que nunca são perfeitamente idênticas. O sentido do jogo, que é derivado do *habitus* e exige *estratégias*, não é infalível e se distribui de maneira desigual numa sociedade ou numa equipe. Entrar num jogo é operar com invenções e improvisações, que podem permitir a produção de uma infinidade de lances, durante o jogo. Assim, as *estratégias* são adaptadas a cada jogo. As que funcionam em um contexto, podem não convir em outro. As *estratégias* se desenvolvem no interior de um jogo social, o que pode denotar que se trata de um universo regrado. Elaborado previamente por alguém. Neste ponto, Bourdieu lembra que o sentido do jogo social é definido pelo *habitus*, *essa disposição regrada, para gerar condutas regradas e regulares, à margem de qualquer referência a regras* (BOURDIEU, 1989, p.84). Neste sentido, *liberdade* e *coação* operam num mesmo campo e para identificar o modelo do jogo é preciso refletir sobre os modos de *existência diferentes*.

Quando o jogo social sofre coações que impõe necessidades econômicas, as estratégias de reprodução são mobilizadas, as sociedades camponesas, por exemplo, se inscrevem neste grupo. Os elementos que estão socialmente codificados ou oficializados pelo costume de um determinado grupo, aceito como real, pode não dar conta de revelar *as geografias das representações sociais* (BOURDIEU, 1989, p.93). Falar em estratégias de reprodução social é falar num conjunto que abrange: estratégia econômica, estratégia de investimento, estratégia social, estratégia cultural, estratégia de regateio, estratégia pedagógica, estratégia simbólica, estratégia de blefe...etc.

As estratégias visam assegurar a perpetuação do capital material ou simbólico, de um determinado grupo no interior das sociedades, estas se relacionam com a capacidade dos grupos e classes se fazerem ou se refazerem socialmente. Isto relaciona-se, também, ao fato de que existe *ao mesmo tempo na realidade objetiva das regularidades e das coações instituídas, e nas representações e, também, em todas as estratégias de regateio, de negociação, de blefe etc., destinadas a modificar a realidade modificando as representações* (BOURDIEU, 1989, p.94).

Assim, o sentimento de pertencimento de um grupo, clube, família, ou classe social, é construído, negociado, jogado. O espaço social define afinidades, proximidades, distanciamentos, afastamentos, incompatibilidades. Probabilidades de pertencer que acontecem em lutas de classificação. Lutas para impor esta, ou aquela maneira de recortar esse espaço, para unificar ou dividir e assim definir as aproximações reais. As estratégias precisam ser lidas, neste mosaico. Afinal,

A classe nunca está nas coisas; ela também é representação e vontade, mas que só tem possibilidade de encarnar-se nas coisas se ela aproximar o que está objetivamente próximo e afastar o que está objetivamente afastado (BOURDIEU, 1989, p.95).

Para Bourdieu (1989) é através das *estratégias* que uma família busca se reproduzir biologicamente e socialmente, esta reprodução que é, também, de suas propriedades é que pode permitir que estas conservem sua situação no universo social em que se encontram. As *estratégias* são práticas dos agentes sociais presentes nos diferentes *Campos* quem, está no jogo social faz ou pode fazer uso delas. Assim, grupos, classes, clubes...famílias estão nesta seara. Entende-se que as estratégias adotadas no âmbito da reprodução social, pelos agricultores familiares da região de Marabá, são desenvolvidas em face de *estratégias*, talvez, disfarçadas de *regras*, colocadas no jogo social, por outros agentes.

As falas analisadas são de agentes sociais, homens e mulheres, ligados à agricultura familiar da região de Marabá, no Pará, dado a grande extensão da região, se faz necessário destacar que foram feitos recortes narrativos pontuais nas entrevistas, e que pudessem ajudar na construção de uma linha interpretativa capaz de entender as razões, que levam estes mesmos agentes a ampliação da criação de gado bovino em suas propriedades.

A agricultura familiar se mantém relativamente estável num agrário regional marcado pela hegemonia da produção voltada à pecuária bovina, ou seja, está cercada por um modelo

socioeconômico de reprodução social hegemônico e por ele pode ser afetada. Os sinais dessa pecuarização aparecem com mais força em alguns estratos da agricultura familiar, notadamente nos lotes de 20 ha a menos 50 ha. Na sequência, a pesquisa de campo expõe uma aproximação sociossimbólica e as estratégias dos agricultores familiares, para ajudar no entendimento desse movimento.

3.2.1. Ações práticas voltadas a garantir o sustento cotidiano da família.

A agricultura familiar conta com dimensões intermediárias, forças internas e externas, podendo por vezes se complementar ou conflitar. Lutas por conservações ou transformações estão ali. Agentes sociais e instituições criam e fazem circular significados e *estratégias*. Contexto que obedece a regras, nem sempre claras, mas que se fazem presente. Esse *microcosmo* recebe impulsos externos, mas, também, tem suas *próprias leis, suas resistências, suas autonomias* e se aproxima, por isso, daquilo que Bourdieu (1997) chama de *campo*.

Tratar das estratégias de reprodução em Bourdieu (2012) é colocar em cena as possibilidades de *jogar com as regras*. É transgredir princípios, como diz ele. Em nome de quê? Em nome da família, da maximização dos benefícios econômicos e simbólicos desta. O argumento do lugar social da família se faz presente nas narrativas. De acordo com um agricultor familiar do município de Jacundá, uma das razões que o leva a criar gado em sua propriedade, que se insere no estrato compreendido entre 20ha a menos 50 ha, é o sustento da família. Diz ele:

O pequeno produtor cria gado e dele tem o leite, tem o queijo, tem o couro, se precisar vende uma vaca, sai do aperreio. (...) e assim vai surgindo as chances de ele comprar outra vaca e a família tem uma segurança de renda. Mesmo que uma vaca venha a morrer sempre fica uma semente, no fim, é sempre uma fonte de sustento da família. Agricultor 01, de Jacundá (PA).

Os enunciados acima apontam para a manifestação do sentido prático em alternativa prática para o sustento da família. O sentido do jogo aparece como um domínio prático adquirido pela experiência, que se liga ao *habitus* e se expressa na construção de alternativa, que possibilita vencer o jogo atendendo à necessidade do contexto (BOURDIEU, 2002).

No enunciado a seguir, a estratégia expressa como um trunfo no jogo social é, também, uma saída prática para a necessidade cotidiana do agricultor e de sua família. O leite

representa poder de compra, de crédito. “Pego agora o que precisar. Pago depois com leite”. O sustento cotidiano da família aparece como uma das lógicas por trás da “opção” pelo gado.

Veja o caso do leite, a gente tem o leite pro consumo e pra alimentar os animais. Faz o queijo, vende e come rsr. As vez a gente precisa de um bujão de gás, pega e depois paga com leite. (.....)isso é uma renda importante pra família, eu mesmo aqui comecei com uma vaca e não me arrependo. Agricultor 02, de São João do Araguaia.

O capital social é uma das expressões do capital simbólico ele é formado pelas relações sociais que podem, por exemplo, representar capacidades de movimentar-se socialmente Bourdieu (2012), aqui, associado a enunciados que tratam de poderes: Poder de compra, poder de venda, poder de sustento da família, poder de planejar a vida, poder de construção discursiva. O *capital físico*, gado, parece exercer uma *força de sedução* sobre os rumos da vida do produtor. Vejamos:

O produtor pode vender o leite em natura, o queijo, o requeijão. (.....) muitas famílias que eu conheço educaram os filhos, formaram os filhos na escola como a gente diz, com o leite, com o gado e hoje eu invisto porque a renda é garantida. É uma forma de trabalho que garante uma renda pra família. Agricultor03,de Itupiranga.

A formação dos filhos, que opera no mundo simbólico, e que é uma *estratégia*, é evocada numa íntima relação com a produção derivada do gado. Esse capital simbólico é também capital econômico, e esse movimento de vida relaciona-se com a estratégia de reprodução social em seu aspecto mais amplo, a projeção da vida futura da família. Assim, aspectos relacionados a “poder” e a “segurança” aparecem colados à criação bovina.

3.2.2. Ações práticas voltadas à redução da penosidade e intensidade do trabalho.

As diversas dimensões do trabalho familiar ocupam papel central na condução de vida dos agricultores familiares, uma delas é a penosidade, a intensidade, do trabalho. O trabalho de homens, de mulheres e de crianças têm papel definidor do seu nível de produção e, também, de escolhas do que e de como produzir. Nela, a capacidade física dos agentes envolvidos no processo aparece como sendo um termômetro das diretrizes que a produção pode tomar. A escolha de uma, ou de outra atividade pode estar relacionada à penosidade e a intensidade do trabalho. O recorte abaixo expressa isso:

Lá no meu lote eu crio gado. O trabalho com o gado é mais leve. Você já plantou um roçado? É muito trabalho. Precisa de muita gente. As vaca, até

um menino toma de conta. Sem contar que a lavoura precisa de apoio técnico e num tem. Agricultor04, de São Domingos do Araguaia (PA).

O trecho acima dialoga com o que consideramos das teorizações de Bourdieu (1989), ao tratar do *habitus* como um gerador de jogos, que requerem do jogador estratégias. O desafio colocado pela penosidade e intensidade do trabalho do roçado, a substituição deste pela criação das vacas, e a possibilidade de que até um menino, dê conta do trabalho, sinaliza as possibilidades pensadas para vencer o “jogo”. Possibilidades de ações que podem ser resultado, também, do seu *habitus*.

3.2.3. Ações práticas voltadas à interação com condições físicas herdadas.

As necessidades do contexto fazem o agente social produzir estratégias de *sentido prático*. De forma que, além de patrocinar ações práticas (estratégias) voltadas a reduzir a penosidade e a intensidade do trabalho, outra estratégia relevante para a pecuarização da agricultura familiar é a forma prática de se lidar com o fato de que a maioria dos lotes, ao serem entregues aos agricultores familiares, já estão ocupados por pastos. Diante da ausência de capitais (físico, social, simbólico) aptos a lidar com esta realidade, e em face da falta da disseminação da assistência e de conhecimentos técnicos para a implantação e manutenção de atividades agrícolas, o sentido prático dos agricultores os conduzem a manter e a ampliar a aérea ocupada com pasto destinada ao gado bovino de corte.

O recorte abaixo ilustra estratégias nas quais existe questões relacionadas à penosidade e à intensidade do trabalho, a falta de assistência técnica e a existência prévia de pasto no estabelecimento:

Eu fico pensando em cima da banana. Banana produz, mas o agricultor falta é morrer de tanto trabalhar pra tirar o primeiro cacho. O açai precisa de uma terra bem úmida, precisa de um técnico pra dizer: pra produzir açai é desse jeito, é dessa forma. Pra produzir a banana é dessa forma. É dessa maneira pra produzir mandioca. O gado não tem lote que o produtor já recebeu com pasto. Agricultor 05, de São Domingos do Araguaia, Pa.

Há identidade das condições de existência, de um contexto, e como esta produz uma gramática com disposições parecidas, que articulam as práticas e podem torná-las regulares, objetivas, inteligíveis e reconhecidas pelos agentes que as dominam. A dificuldade técnica enfrentada pelos agricultores familiares foi encontrada, recentemente, na pesquisa de campo na região de Marabá. A fala de um agricultor familiar destaca:

Onde nós poderia ter cinco vaca pra tirar leite, nos tem 10, tem 20, então na verdade nós dentro desses assentamentos estamos precisando de agrônomos, de técnicos. Pra ter uma banana de qualidade, um pasto de qualidade, ter um gado de leite de qualidade. Nós precisamos de um técnico que venha fazer com que as coisas funcionem, não adianta um ano bom, com muita chuva, que nós vamos plantar um produto pensando que a chuva é a solução pra isso e muitas das vezes não é. O que podia produzir o dobro, só produz a metade. Agricultor rural 06, de São Domingos do Araguaia.

Os relatos acima apresentam questões extremamente importantes para ajudar a compreender o porquê da escolha e da expansão do gado bovino. Os lotes dos agricultores entrevistados já contavam com capim plantado, uma herança já presente naquelas propriedades, influenciando, categoricamente, na decisão do que produzir naqueles espaços, ou seja, já existe um capital físico nessas áreas e, em grande maioria, os agricultores familiares que as receberam não possuíam outros capitais para alterá-las. Retirar o capim para investir em outro produto carece de sentido prático. Esse exemplo encontra eco na teoria de *campo*, e de *habitus*, já que a terra tem uma história, que vai interferir no que será produzido ali, e mais que isso, impõe ao agente social, a demanda por estratégias, já que pontua a importância dos reflexos externos sobre o mundo familiar.

3.2.4. Ações práticas voltadas ao acesso ao crédito bancário.

Falar da presença do estado no mundo rural na região de Marabá é falar numa relação de *mobilização, monopólio, e desapossamento*, de certa forma um controle da vida socioeconômica desses agentes. Por exemplo, ir ao banco, esperar atendimento, entender a linguagem financeira da instituição são representações das relações internas desse Campo. Isso pode ser lido como expressões de uma *força pública* que age de fora para dentro na vida do agricultor. Tempos, conflitos, negociações, operam nesse Campo marcado por criação e circulação de discursos burocráticos, que espelham o caráter simbólico da violência do estado. Aqui, o agricultor familiar se depara com regras, e nelas, o estado manifesta o seu poder, em especial como detentor do Campo econômico. Faz leis, determina tempos, impõe o que o agricultor familiar vai produzir. Este condicionante é externo. Ou aceita as regras do banco, - Estado - ou não consegue o financiamento. É uma escolha forçada. É um ato de violência. É um jogo contextual que exige estratégias (BOURDIEU, 2012).

As falas a seguir expressam isso de outras formas:

É muito difícil chegar um empréstimo. Um financiamento. Muitos não têm como adquirir uma cabeça de gado, uma bezerra. Conheço gente que ganhou uma de um compadre, um parente e daquela semente ele começou.

Financiamento tem, mas é pra grande produtor. Agricultor 07, de Jacundá (PA)

A agricultura precisa de mais investimento que o pequeno produtor nunca tem, as vezes ele ainda fica esperando do governo, ainda acredita nas promessas, mas no fim não chega pra ele, o BASA tem dinheiro, mas é pra gado. Ai a gente é obrigado a fazer o empréstimo pro gado. O banco quer um retorno logo, a mandioca demora muito, a banana também, ainda mais porque pode dá um problema na plantação da mandioca e a gente perde tudo, ai nem a gente nem o banco. Agricultor 08, de Itupiranga (PA)

Na grande fazenda a gente vê as placas de investimento do Basa e do FNO, mas pro pequeno produtor é difícil. Outra coisa aqui em Itupiranga muitos lote já tinha capim plantado ai teve que aproveitar e criar gado. Agricultor 09, de Itupiranga (PA)

No caso do meu lote, que fica no Hidroservice, lá era uma fazenda, já tinha capim plantado, então foi o jeito aproveitar. O banco fornece crédito pra gado. Aqui mesmo em Itupiranga é assim. Até porque o banco quer um retorno logo do dinheiro. (...) eu tenho gado meu e na meia também. Mas eu só mexo com leite. Vender uma vaca só ser for uma necessidade muito grande. Agricultor 10, de Itupiranga.

É preciso considerar aqui, que de acordo com Bourdieu (2012) o mundo social é composto por *regras*, e as falas acima expressam isso de alguma forma. Outra questão presente, novamente, é a “herança” na terra, o capim. Como a agricultor entra nesse jogo, e cria *estratégias* para dele participar é o que nos interessa observar. As redes de relação e de capital social podem ajudar na construção de ações que o ajudem, afinal, um compadre, pode ganhar uma “semente” de gado de presente, e não precisar do empréstimo bancário para isso. Uma *estratégia*, de jogo, para vencer a *regra*.

3.2.5. Ações práticas voltadas a obter poder de compra e de barganha

No âmbito dos discursos Bourdieu (1997, p.196), nos provoca a pensar as *estratégias* a partir do *discurso jurídico, que de bom grado, os informantes, usam para descrever o que deve ser a norma ideal*, ou a regra. Esse é um aspecto, o outro, diz respeito a um mecanismo do campo da ideologia, que produz crenças nem sempre visíveis, mas que operam como mecanismo de controle, podendo ser considerada, estratégia. A ideia da segurança e do poder de compra do gado e de barganha, antes de ser física é uma ideia simbólica. A noção de poder que perpassa as narrativas coletadas nesta pesquisa dá conta de uma dimensão ideológica quase invisível, uma *economia de estratégia*, presente no contexto que ganha força discursiva e pode influenciar na opção do agricultor pelo gado, ou no fortalecimento desta.

A ideologia do poder de compra e da segurança, que atravessam as falas desses agentes parece colocá-los numa outra categoria de agricultor familiar. Criar gado é também pertencer a um grupo que tem mais poder. Essa fala parece operar como um instrumento interno, do mundo familiar, que novamente remete à noção de campo, neste caso, o agricultor familiar expressa regras de um jogo social que está, em parte, sobre o seu controle. Vejamos:

Quem cria o gado tem um poder de compra e barganha maior do que aquele que só planta legumes e hortaliças. O gado funciona como uma poupança precisou, ele tá ali, pode ser uma vaca, um bezerro, é um dinheiro que tá na mão, a qualquer hora. Agricultor 11, de São João do Araguaia, Pa.

Aqui em São Domingos do Araguaia deve produzir por dia de 80 a 90 mil litros de leite. Mesmo não tendo a melhor qualidade. Vende tudo. 80 mil litros de leite são 80 mil reais que entra por dia no município é mais que o dinheiro da prefeitura. Esse leite todo é controlado e disputado entre 4 ou 5 camaradas. Agricultor 12, de São Domingos do Araguaia (PA).

Para Bourdieu (2012), o discurso como construção simbólica pode promover ou despertar interesses de pertencimento ao grupo e suas redes de conhecimento, no caso, quem cria gado pode com suas falas seduzir outros criadores em potencial. Nessa economia de estratégias, a criação bovina e o “poder” derivado dela atuam num mundo físico e num mundo simbólico.

3.2.6. Ações práticas voltadas a facilitar a integração mercantil

Aqui, talvez esteja um dos fundamentos mais determinantes da opção em criar gado pelos agricultores familiares da região de Marabá, pois, de um lado o estado promove o financiamento para compra do gado, do outro, o capital privado opera criando uma rede de coleta e beneficiamento dos derivados do gado através de resfriadores, laticínios e frigoríficos, que garantem a *segurança* da venda, ao agricultor. Vejamos:

80% da produção do leite aqui de São Domingos vai pra fora, vai pra laticínio. Aqui nesses lotes produz de 30 a 40 litros por dia de leite, é pequeno. O leiteiro faz a coleta até em cima numa moto e entrega no tanque resfriador. O resfriador é do laticínio. O leiteiro vem buscar aqui no lote. Isso é com leite. A poupa de fruta não. Pra vender eu tenho que levar pra cidade ou sair dando pros vizinho, se não estraga. Agricultor 13, de São Domingos do Araguaia (PA).

Aqui em São Domingos tem resfriador de 500 litros, de 800 litros até 2000 litros, no meu caso que sou um produtor individual eu mesmo vendo pro laticínio. Tem resfriador individual e coletivo. O coletivo que eu tô dizendo manda pegar o leite do Daniel, do Raimundo, do Zé Maria e depois vende. O

preço varia de R\$ 0, 80 centavos a 1.10 e isso dificulta o negócio do leite. Agricultor 14, de São Domingos do Araguaia (PA).

Seja o pequeno ou grande produtor de leite, todos vende. O comprador de leite compra tudo. Junta tudo no tanque resfriador e vende pra fora. Tem atravessador grande aqui que concentra uma grande quantidade de leite num só resfriador. O leite o comprador vem buscar no lote, isso facilita. Mesmo que a estrada esteja ruim o leiteiro pega a moto dele e vem. Agricultor 15, de São Domingos do Araguaia (PA).

A rede opera em vários níveis: Comercial, informação, conhecimento. Possibilita saber a quantidade de leite produzida pelos seus vizinhos, às diferenças de preço, potencial dos resfriadores e acima de tudo representa a garantia que seu produto vai ser distribuído. Essa segurança da venda do leite, por exemplo, significa atender às necessidades da reprodução familiar, e uma redução no uso da força de trabalho, algo que nesse contexto social precisa ser considerado.

Os agentes sociais se encontram em um *campo* e que neste há luta, suas histórias de vida podem operar como produtoras de estratégias que são fruto de suas experiências sociais, de formas de estar no mundo, de se ver e ver o outro, de se anunciar individual ou coletivamente. Esta é uma das noções de *habitus*, de Bourdieu (1997), que perpassa a estratégia de integração a mercados, pois parte dos agentes possui uma relação histórica com a criação de gado e de forte integração a mercados. Essa experiência se espelha nas suas falas, gestos, e manifestações de representação.

No processo de constituição dos Assentamentos que formam o polo Hidroservice, no município de Itupiranga, no Pará, a pecuária sempre se fez presente como um projeto importante para a atividade econômica, pois, havia a intenção de que ali fosse organizada uma cooperativa de derivados do leite, a partir da criação e legalização de um laticínio. Na ocasião foi separado até um lote de dez alqueires, para que fosse construído o espaço físico, que daria início ao projeto, empreitada que foi perdendo força à medida que instrumentos de organização, como por exemplo, uma associação de produtores fortalecida, não se consolidou.

Eu mesmo vim de Bom Jesus do Tocantins e lá eu já mexia com gado. Vim pra Hidroservice a na época lá era pra ser formada uma cooperativa de derivados do leite. Era pra formar a cooperativa dos produtores de leite e criar um laticínio, mas nada disso vingou. Ficou só no projeto. Agricultor 16, de Itupiranga, Pa.

Em Itupiranga, a pesquisa de campo apontou que de 75% a 90% das famílias estão envolvidas com a atividade leiteira, deste montante, 50% a tem como atividade econômica

principal. Em um lote de 10 alqueires, é possível criar de 50 a 60 cabeças de gado. Os criadores de gado de corte são minoria, neste cenário, um pequeno produtor é o que produz em média 30 L, por dia, estimada em 75% aproximadamente, a faixa intermediária de 40 a 100 L, estimada em 20% e o grande produtor é aquele que produz acima de 100 L por dia, essa parcela é a menor, estimada em 3%. Essa produção é dividida para consumo e venda. Aqueles Assentamentos que produzem menos, e estão mais distantes do comprador, acabam produzindo leite apenas para o consumo familiar. Em alguns casos, como de moradores do Projeto de Assentamento Uxi, que estão no primeiro grupo de produtores, o leite, também, é utilizado na fabricação de queijo, que vez por outra é comercializado.

Aqui tem gado de corte e de leite. Mas 70% dos assentamentos criam gado. O criador de gado de corte é minoria mas tem. A maioria da venda é de bezerro, e nesse caso, o atravessador compra e revende para os grandes fazendeiros da região, quando o produtor está mais próximo do comprador final vende direto. Agricultor 17, de Itupiranga, Pa.

Com relação ao nível tecnológico, os agricultores familiares ouvidos apontam que a atividade é desenvolvida seguindo o padrão “pasto, sal e água”, como definiu um informante. A retirada do leite acontece de forma artesanal, com forte trabalho manual. Com relação ao gado, a maioria é misto. Os informantes destacam que alguns agricultores já tentaram o melhoramento genético do gado leiteiro, com inseminação, mas não funcionou, em boa medida por conta do alto custo. No Hidroservice existem 8 (oito) tanques de resfriamento, e não há laticínio local, a produção é toda comercializada com empresas de fora, com destaque para Marabá.

A comercialização do gado de corte acontece na sua maioria via atravessador, assim como, à venda do leite. Uma das razões para isso é a necessidade de legalização ambiental, pois, para colocar a carne do gado em um frigorífico é preciso que o produtor tenha o Cadastro Ambiental Rural, CAR, por exemplo, e isso a maioria não tem. No caso do gado de corte, o próprio frigorífico fiscaliza a propriedade de onde sai o gado. A maioria da venda é de bezerro, e nesse caso, os atravessadores compram e revendem para os grandes fazendeiros da região, quando o agricultor está mais próximo do comprador final, o atravessador sai de cena, como no caso do PA Berrante de Ouro, que vende diretamente os bezerros para os fazendeiros da região.

Ainda sobre a criação e comercialização do gado de corte, existe um sistema de “parceria”, onde o comprador deixa o bezerro na propriedade do vendedor por um período de

um ano, há um ano e meio, e depois retira. Esse processo ocorre de agricultor para agricultor, e de agricultor para grandes fazendeiros. A venda final dessa produção é feita, na sua maioria, para frigoríficos de Marabá. Os informantes estimam que 30% dos agricultores do polo estão envolvidos apenas com o gado de corte. Neste segmento, 15% comercializam gado branco e acima de 100 cabeças.

Em se tratando da política pública para esse setor, o financiamento principal foi o PRONAF A, sendo acessado quase que por 100% dos produtores. De acordo com os informantes, no ano de 2013, foram colocadas aproximadamente cinco mil vacas, nos assentamentos do polo, através dos financiamentos do governo federal. “Como cobrar outros alimentos do produtor”, questiona um informante. Os produtores que vieram de outras regiões, onde já tinham acessado o PRONAF A, foram financiados pelo PRONAF MAIS ALIMENTO, estimado em 10%, do total dos agricultores. Esses foram os únicos créditos apontados pelos informantes.

As razões apontadas acima para a aderência à pecuária pelos agricultores familiares operam em âmbitos físicos (terra, gado bovino, dinheiro) e simbólicos, (discursos e promessas do estado, possibilidades de melhoria de vida, pressão do entorno social e necessidades individuais) sendo influenciada por elementos internos e externos. Internamente, as necessidades familiares aparecem em primeiro lugar, externamente, as ações do estado e do contexto socioeconômico da região fazem *imposições, solicitações* contextuais específicas a estes agricultores.

Considerações Finais

É inegável que a região de Marabá, nos últimos 50 anos, passa por um intenso processo de transformação. Essas transformações ocorrem de formas diversas e afeta dimensões objetivas e subjetivas da vida regional, incluído aí, o agrário. Este cenário se construiu historicamente no conflito, e neste contexto, a disputa pela posse e manutenção da terra traduz-se, também, em violência contra trabalhadores e trabalhadoras rurais, lideranças sindicais e religiosas. Esse redemoinho humano é gerador de múltiplas manifestações de convivência, apropriação e uso dos recursos naturais, desenvolvimento de diferentes processos produtivos e visões de mundo singulares.

Entre as leituras já publicizadas sobre este universo ganharam relevo, àquelas que chamam a atenção para processos de territorialização do campesinato, suas articulações regionais e nacionais e para o protagonismo dos movimentos sociais do campo, como os Agricultores Familiares e os Sem-Terra, que assumem a representação de uma parcela significativa da população rural e tem contribuído de forma intensa com ações planejadas para redirecionar as políticas públicas do agrário da região. Ainda assim, é um espaço marcado por intensa concentração fundiária e avanço da pecuarização, estas manifestações se inscrevem em um quadro maior manifesto no planejamento estatal para a ocupação histórica desta parte da Amazônia brasileira.

A proposta principal desta tese foi, então, captar e mostrar, os fundamentos que ajudam a explicar o movimento de pecuarização que está em curso na região, como um sentido prático, e o desdobramento disso, em elementos constitutivos das singularidades da agricultura familiar na Amazônia, na região de Marabá, no estado do Pará.

No primeiro momento, fazendo uso de dados dos Censos Agropecuários do IBGE de 1995/1996 e de 2006, depois, com pesquisas de campo divididas em aplicação de questionários e entrevistas, nos anos de 2017 e 2018. Os achados empíricos ajudaram a traçar o painel inicial para a composição das análises sociossimbólicas que mostraram os avanços da pecuarização sobre a agricultura familiar na região e permitiram, por exemplo, apontar elementos que podem caracterizar esta parcela do agrário em questão:

- a. Há uma unidade entre o empreendimento agrícola e a família;
- b. É um campesinato jovem, aparentemente inexperiente no trato com o gado;

- c. É oriundo, em grande parte, de outras regiões do País;
- d. Precisa de suporte técnico;
- e. Produz num lugar marcado historicamente pela presença do gado;
- f. A criação do gado está vinculada à reprodução social da família; e
- g. As estratégias de reprodução social marcam suas ações práticas.

O empírico revelou um cotidiano marcado pela busca de soluções para os desafios postos à reprodução social da família. É nesse quadro que se interpretou o movimento da pecuarização em tela. Longe de propor uma narrativa extensa que privilegiasse articulações macros, ou movimentos com ecos nacionais e internacionais, esta tese olhou o agrário da região inserido num contexto social micro, diverso, em movimento, imprevisível... mutável em que diferentes agentes participam de um *jogo* (BOURDIEU, 1983) social, que não opera com planejamentos ou racionalidades, previamente construídas, por isso, nesta tese, optamos pela lente sociossimbólica emprestada de Bourdieu, na tentativa de ver o invisível, o negado, o não dito, o que talvez, ao ser visto possa até doer.

Entre os fundamentos que explicam o porquê da aderência à criação do gado é possível pontuar o sentido prático desse processo, com elementos que ajudam a compor um quadro explicativo mais amplo da singularidade desse agrário, assim, consideramos um conjunto de ações práticas, ou *estratégias* (BOURDIEU, 1983) colocadas em curso de acordo com cada contexto, como respostas às necessidades objetivas do cotidiano dos agricultores familiares da região.

As ações do *estado* representam um componente importante no movimento da pecuarização, afinal, doação de terras e acesso ao crédito bancário são elementos importantes nesse processo, mas é preciso considerar, também, que o contexto social é formado por pessoas e isto faz seu tecido ser complexo, logo, não se pode dizer que esta é *um efeito mecânico da coerção* externa, já que se considera o *habitus*, na interpretação e este lembra que os agentes sociais podem *reagir* ou *engendrar* posições múltiplas, que podem resultar no enfrentamento e na reorganização do jogo social inicialmente proposto. As ações do estado podem ser enfrentadas de formas diversas pelas ações dos agentes do contexto (BOURDIEU, 1983).

Considerar as *estratégias e seu sentido prático* nesta tese é reconhecer que no jogo social, os agricultores agem dentro de um campo de interesses próprios, e que por isso, podem dar sinais que aderem à pecuária de uma forma, e estes sinais serem interpretados de forma contrária pelo observador. Já que *transgressão*, novas *alianças*, instauração de *novas relações sociais*, *possibilidades*...estão presentes nas falas dos agricultores aqui captadas.

Estas observações nos remetem às estratégias de representação, das quais falamos nesta tese. Tratando da existência dos grupos, somos lembrados que há uma construção teórica de como é, ou deve se comportar a agricultura familiar, as singularidades das quais falamos. Bourdieu nos provoca fazendo a seguinte pergunta: *alguém já perguntou o que é existir para um grupo?* (BOURDIEU, 2004, p.95).

As estratégias podem operar num campo de ações, em que os agentes, nem percebam que estão sendo absorvidos pelo jogo do adversário, ou talvez percebam, e revelem, por signos e símbolos, que gostariam de estar no outro lado do jogo, ou apenas criem essa ilusão para quem os observa. Assim, o agricultor familiar que se comporta no interior do seu grupo, como um pequeno fazendeiro, pode estar se negando, consciente ou inconscientemente, ou apenas agindo assim, para resolver um problema momentâneo de sua reprodução familiar. Por outro lado, as regras podem querer que ele seja agricultor familiar, sem que ele queira ser e faça uso de estratégias diversas para conseguir seu intento, intento, que pode estar silenciado, pelo que as *regras* dizem, sobre como ele deve se comportar.

O capital simbólico (BOURDIEU, 1997) como sendo aquele que opera em uma ordem do conhecimento e do reconhecimento, atravessa esse movimento de pecuarização, em que o agricultor familiar diz o porquê de criar gado, - conhece - e em alguns casos, defende isso - reconhece -, como sendo algo positivo. Um conhecer e reconhecer, mesmo que a contragosto, no ato em que reproduz discursos, de que este processo que vai de encontro à lógica familiar, é necessário para a sua reprodução social.

Uma possibilidade interpretativa que as ações práticas trazidas aqui, demonstram quanto ao movimento da pecuarização é a que trata das suas forças físicas e simbólicas operando num jogo no qual o agricultor familiar vive num mundo em que a pecuária assume protagonismo. Criar gado aparece no contexto social, como uma *estratégia* para a sobrevivência do agricultor familiar. O gado está presente como estratégia de reprodução social na agricultura familiar da região de Marabá, não é mais possível ignorar isso, porém, a

identidade das suas condições de existência, possíveis harmonizações, objetividades e racionalidades parecem sim, caminhar numa outra lógica, que opera no plano do sentido prático da vida, e, isso dá sentido e caracteriza esse agrário.

Outra possibilidade interpretativa apreendida por esta tese é que o agricultor familiar se apropria de alguns elementos da pecuária e pode ressignificar estes, às suas necessidades, outros planos, outros objetivos, tempos, espaços e porque não dizer, outra forma de fazer pecuária, já que os sentidos práticos apontados aqui tratam de um diálogo em uma escala micro, a do cotidiano. Em que o tamanho da terra e a quantidade do leite produzido são marcos que delimitam a extensão dessa pecuária. As representações, identidades, objetivações captadas indicam que o trato dado à criação bovina é mediado pelo jogo da sobrevivência objetiva, do dia-a-dia, em articulações internas, nas redes e nas relações sociais ao alcance dos olhos, que se desenvolve no miúdo da vida, em pequenas vitórias.

Desta forma, ao olhar o movimento de pecuarização em curso na região de Marabá, esta tese apreendeu que: a aderência dos agricultores familiares ao gado bovino não é resultado de um cálculo, de uma perspectiva de ganho racionalmente planejada. Mas se não é fruto de um planejamento uniforme, eles estão indo para o gado por quê? Observou-se que há uma relativa *identidade das condições de existência* (BOURDIEU, 1983), o que não quer dizer, estratégia articulada por um agente social específico que direcione um projeto para esta parcela do agrário. Essa identidade é composta por elementos sociossimbólicos, como as condições sociais de existência em que, por exemplo, a doação de uma cabeça de gado possa ser feita por um vizinho ou um compadre, o recebimento de um lote que já tenha capim plantado, somados ao crédito bancário, a infraestrutura para a comercialização do leite e uma rede de solidariedades *inteligíveis e previsíveis* geradora de *habitus* (BOURDIEU, 1983).

No entanto, reafirma-se que a *ação* de aderir ao gado não é o resultado mecânico de uma causa externa e nem é o *produto de um cálculo das chances e dos ganhos*. Assim, criar gado bovino relaciona-se a *atos de conhecimento prático* em que estímulos condicionais e convencionais, que uma vez, estando os agentes frente a eles podem *reagir* ou *engendrar*, sem a revelação de posições e finalidades racionalmente calculadas, visto que suas ações situam-se no limite das contrições estruturais, que os gera e os define (BOURDIEU, 2001).

É preciso dizer que nesse *jogo* sociossimbólico, os agricultores familiares estão “cercados” pela pecuária, em um conjunto de *sistemas de disposições semelhantes*

(BOURDIEU, 1983). Nas cidades, por exemplo, há um número expressivo de casas comerciais vendendo insumos para esse setor, se carregam um caráter de ajudar o produtor a resolver os problemas da sua produção, também, podem alimentar suas escolhas, algo que não acontece na mesma proporção com outros produtos, como a mandioca ou a banana. Eventos culturais, como as feiras agropecuárias, que promovem o modo de vida de quem cria gado, também, ajudam na construção de um imaginário que pode seduzir para a pecuária.

O movimento da pecuarização, interpretado como um *jogo* (BOURDIEU, 2009) exige que *estratégias* sejam colocadas em ação, para que as *regras*, muitas caracterizadas como expressão dos poderes do estado, possam ser dribladas e o desafio do jogo superado. As estratégias derivam do encontro do *habitus* com uma determinada conjuntura, e, nela existe sempre a possibilidade de novos arranjos sociossimbólicos.

Os agentes sociais frente às *regras* podem colocar em ação estratégias que indiquem transgressões, reações arbitrárias e manifestação de interesses próprios, que não estejam explícitos no jogo social, por exemplo, um agricultor familiar pode desejar sair daquela condição e tornar-se criador de gado bovino, um movimento social que se inscreve no campo das subjetividades e que deve ser considerado nesse painel.

A observação das estratégias colocadas em curso, pelos agricultores familiares dão sinais de um movimento social, que para além das leituras *objetivas, estruturalistas, das regras e legais*, se expressa em: repertório vocabular, roupas, expressões faciais e tons de fala apontam para um mundo que parece, às vezes, expressar certa *sedução* com a pecuária. Existe, por exemplo, a presença de agricultores familiares que usam roupas, cintos, chapéus e um repertório vocabular que mostra uma clara aproximação da pecuária. Se dizem produtores rurais. Foi possível identificar em alguns desses uma aparência no vestuário, que lembra os fazendeiros. Outra questão é que há agricultores familiares que mostram um conhecimento sobre inseminação artificial, para o melhoramento do rebanho diferenciado dos demais. Alguns falam que só “mexem com gado”, mudam o tom verbal e corporal, expressam um falar que parece colocá-los em um lugar mais importante.

A condição de existência dos agentes sociais pode produzir uma relativa *homogeneidade* dos *habitus*, e isso, resultar na harmonização *objetiva de práticas e obras*, e estas então, passarem a ser vividas como *evidentes e necessárias* (BOURDIEU, 1983), por todos os agentes que dominam o sistema de esquemas desta ação. Assim, reafirma-se que as

ações práticas - aqui interpretadas como *estratégias* - dos agricultores familiares frente ao movimento de pecuarização na região de Marabá são produzidas pela identidade das suas condições de existência, ou seja, do encontro do *habitus* com a conjuntura sociossimbólica do contexto em foco.

Este quadro pode servir de alerta, para que lideranças sindicais, cientistas e planejadores de políticas públicas possam olhar este universo e propor iniciativas que possibilitem gerar outros movimentos de produção, para isso, é preciso ir ao encontro dos agricultores familiares, entender e atender suas demandas, como àquelas por suporte técnico, por exemplo, já que a presença da pecuarização identificada numa parte desse universo, pode se estender para o todo, e é preciso socorrer a parte deste campesinato que ainda mantém viva a diversidade da agricultura familiar, diversidade esta que é sua razão de ser e que parece ameaçada.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas, Hucitec - ANPOCS, 1992.
- ALMEIDA, Oriana Trindade de. (Org.). *A evolução da fronteira amazônica: oportunidades para um desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: Edições Caravela; Belém: IMAZON, 1996.
- ALMEIDA, Rogério Henrique. *Territorialização do campesinato no Sudeste do Pará*. Dissertação (Mestrado Núcleo de Altos Estudos Amazônicos). Universidade Federal do Pará. Belém. 2006.
- ANDRÉ, Marli. *A Pesquisa: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 2012.
- ASSIS, William Santos. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste do Pará*. 2007. 245 f. Tese (doutorado em desenvolvimento, agricultura e sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007.
- AUBERTIN, Catherine. (Org.). *Fronteiras*. Brasília: UNB/ORSTOM, 1988.
- BECKER, Bertha. K. *Amazônia*. São Paulo; Ática, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *A Produção da Crença*. Porto Alegre: Zouk, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O Senso Prático*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *O Senso Prático*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da Ciência*. São Paulo: ENESP, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática 1983.

BRASIL. BRASIL. Decreto n. 384, de 24 de dezembro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Xikrin do Rio Cateté, no Estado do Pará. Diário Oficial da União, Seção 1, publicado em 26 de dezembro de 1991, p. 30553.

BRELAZ, Walmir Moura. Os sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás. Belém: Paka-Tatu, 2006.

CASTRO, Edna. (org.) *Sociedade, Território e conflitos: BR-163 em questão*. Belém: NAEA, 2008.

CASTRO, Edna. Dinâmicas socioeconômicas e desmatamento na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 9, n. 1, jul. 2006.

CASTRO, Edna. Tradição e Modernidade. A propósito de formas de trabalho na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 2, n. 1, dez. 1999.

CAT, Centro Agro-Ambiental do Tocantins. Elementos de análise do funcionamento dos estabelecimentos familiares da região de Marabá. Marabá: CAT, 1992.

CHAYANOV, Alexander. *La Organización de la Unidad económica Campesina*. Buenos Aires, 1974.

COSTA, Francisco de Assis "Desenvolvimento agrário sustentável na Amazônia: trajetórias tecnológicas, estrutura fundiária e institucionalidade". In: BECKER, Bertha Koifmann. (Org.); COSTA, Francisco de Assis. (Org.); COSTA, Wanderley Messias da. (Org.). *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*. 1. ed. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009. v. 1. 215 e 298.

COSTA, Francisco de Assis. (1997). Estatísticas Básicas para Pesquisa e Planejamento Agropecuário da Região Norte. V. I, T.2. NAEA/SACTES, Belém.

COSTA, Francisco de Assis; FERNANDES, Danilo Araújo. Dinâmica Agrária, Instituições e Governança Territorial para o desenvolvimento Sustentável da Amazônia. *Rev. Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 517-552, set-dez/2016.

COSTA, Francisco de Assis. *Formação agropecuária na Amazônia. Os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: UFPA; NAEA, 2000.

COSTA, Francisco de Assis. *Formação agropecuária na Amazônia. Os desafios do desenvolvimento sustentável*. 2 ed. Belém: UFPA; NAEA, 2012.

COSTA, Francisco de Assis. Grande Capital e Agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós. Belém, Ed. da UFPA, 1994.

COSTA, Wanderley Messias da. (Org.). *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*. 1. ed. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009. v. 1. 215 e 298).

COY, M. *Rondônia: frente pioneira e Programa Polonoroeste*. In: KOHLHEPP, G.; SCHRADER, A. (Org.). *Homem e natureza na Amazônia*. Tübingen: Geographisches Institut der Universität Tübingen, 1987.

EMMI, Marília Ferreira. *A oligarquia do Tocantins e o Domínio dos castanhais*. 2 ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista OSAL* (Buenos Aires), Clacso, 2005.

FERNANDES, B. M. *MST - Formação e Territorialização*. Editora Hucitec. São Paulo, 1996.

GUANZIROLI, Carlos et al. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. 2000.

HÉBETTE, Jean. O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. In: CASTRO, Edna; HÉBETTE, Jean. (Orgs.). *Na trilha dos grandes projetos. Modernização e conflito na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

HÉBETTE, Jean; ACEVEDO, Rosa. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. In: COSTA, J. M. M. (Org.). *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. p. 141-191.

HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia; MANESCHY, Cristina. (Orgs.). *No mar, nos Rios e na Fronteira: Faces do campesinato no Pará*. Belém: EDUFPA, 2002.

HURTIENNE, Thomas. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável na Amazônia. In: COELHO, M. C. N.; MATHIS, Armin.; CASTRO, Edna.; HURTIENNE, Thomas. (Orgs.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 2001.

HURTIENNE, Thomas. Agricultura familiar e desenvolvimento rural na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v.8, n.1-p. 019-071 jun. 2005.

IANNI, Octávio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. *O Brasil hipoteca seu futuro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário do Pará 1995/1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. CD-ROM.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006 - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / FAO - Food and Agriculture Organization. *Novo retrato da agricultura familiar. O Brasil Redescoberto*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. PAs na Amazônia Legal. Incra nos Estados: Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária, SR 27 – Pará/Marabá. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acessado em agosto de 2016.

INPE/CRA - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/Centro Regional da Amazônia, Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. TerraClass: Mapeamento do uso e da cobertura da terra na Amazônia Legal Brasileira 2014. Brasília: INPE; Belém: Embrapa. Disponível em: http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/terraclass2014.php. Acessado em agosto de 2016.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. (et al.). Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: NEAD; São Paulo: Editora UNESP, 2004. (Estudos NEAD, nº 6).

LÉNA, Philippe. Diversidade da Fronteira Agrícola na Amazônia. In: AUBERTIN, C. (Org.). *Fronteiras*. Brasília: UNB/ORSTOM, 1988. p. 90-129.

LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, A. (Org.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Cejup/MPEG, 1992.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

MICHELOTTI, Fernando. Luta pela terra e assentamentos no sudeste do Pará. *Antropolítica* Niterói, n. 26, p. 245-266, 1. sem. 2009.

MICHELOTTI, Fernando. *O agrário em questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no sudeste do Pará*. 2º encontro da rede de estudos rurais, 11 a 14 de setembro de 2007, UFRJ, Rio de Janeiro (RJ).

MIRANDA, Rogério Rego. *(Contra)Hegemonia e território do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste paraense*. 2017. 380 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

MONTEIRO, M. A. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Novos Cadernos NAEA*, v. 8, n. 1, 2005.

MONTEIRO, M. A.; CRUZ, A. G.; CAMACHO, M. S.; SILVA, R. P.; SILVA, E. P. R. *Tendências no uso do solo na região da Marabá*. In: Programa Pró-Amazônia: Biodiversidade e Sustentabilidade. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Marabá (PA), 2016. Relatório de Pesquisa.

MONTEIRO, M. A.; TEIXEIRA, S. S. T. Mineração industrial e a estabilidade de assentamentos rurais no sudeste do estado do Pará, Brasil. *Raízes (UFPB)*, v. 25, p. 48-54, 2006. n.º 1 e 2, p. 48-54, jan./dez. 2006

MONTEIRO, M.A. A opção possível e desejável por um novo modelo de desenvolvimento. In MONTEIRO, D. C.; MONTEIRO, M. *Desafios na Amazônia: uma nova assistência*

técnica e extensão rural. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006, p. 1-13.

OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar. Diversidade socioambiental e dinâmicas da relação sociedade-natureza na área de fronteira agrária do sudeste do Pará. 2009. 280 f. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio, Porto Alegre, 2009.

OZORIO DE ALMEIDA, Anna Luiza. *Colonização dirigida na Amazônia*. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

REIS, E.; PIMENTEL, M.; ALVARENGA, A. I. *Áreas mínimas comparáveis para os períodos intercensitários de 1872 a 2000*. Rio de Janeiro: Ipea/Dimac, 2008.

REYNAL, Vincent de.; MUCHAGATA, A. G.; TOPALL, O.; HÉBETTE, Jean. *Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica*. Belém: LASAT/CAT, 1996.

SCHMITZ, Heribert. Desenvolvimento sustentável na Amazônia, camponeses e uso da terra: a produção científica de Thomas Hurttienne desde 1994. *Novos Cadernos NAEA*, v.16,n.2, p.341-357, jun.2013.

SERRÃO, E. A. S. Desenvolvimento agropecuário e florestal na Amazônia. In: COSTA, José M. M. da (Org.). *Amazônia: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais*. Belém: Cejup, 1995. p. 57-104.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et Agriculture: le paysan polonais*. Librairie Armand Colin, Paris, 1973.

TRINDADE, José Raimundo Barreto (org.). *Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia*. Belém: Paka-tatu, 2014.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*, New York, Henry Holt and Company, 1921.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento rural: o que é rural? O que é urbano? *Rumos*, Novembro-Dezembro/ 2003, p.4-8.

VEIGA, José Eli da. *O Brasil precisa de um Projeto*. In: Anais do 36º Encontro da Sociedade brasileira de Economia e Sociologia Rural. Poços de Caldas, Minas Gerais, 10 a 14 de agosto de 1998.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 1991.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

VICENTINI, Yara. *Cidade e História na Amazônia*. Curitiba: EduUfpr, 2004.

Anexo 1

QUESTIONÁRIO
DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA AGRICULTURA FAMILIAR
REGIÃO DE MARABÁ (PA)

Indicadores de respostas:

- 1- Sim
- 2- Não
- 3- Não Sabe – NS
- 4- Não Respondeu – NR
- 5- Não possui - NP

I – Identificação do responsável e de pessoas que vivem no lote

01. Nome: _____

02. Pólo: _____ Lote: _____

03. Sexo: a. () Masculino b. () Feminino

04. Mês e ano de nascimento: |__|_| / |__|_|_|_|_|

05. Local de nascimento: Município: _____ Estado: |__|_|

06. Tempo de residência na área do assentamento: |__|_| anos |__|_| meses (se menos de 1 ano)

a. () NS b. () NR

07. É o titular deste lote?

a. () Sim b. () Não

c. () NS d. () NR

Em caso de ser o(a) titular:

08. Como teve acesso ao lote?

a. () Participou da ocupação

b. () Participou do acampamento

c. () Participou de outra forma de luta

d. () Constava de cadastro do Incra

e. () Constava do cadastro do sindicato

f. () Comprou

g. () Trocou

h. () Herdou

i. () Outra Qual? _____

j. () NS () NR () NP

09. Que documento possui deste lote?

a. () NS b. () NR c. () NP

Em caso de não ser o titular deste lote:

10. Quem é o titular deste lote?

a. () NS b. () NR c. () NP

11. Em que condição está neste lote?

a. () Arrenda

b. () É parceiro

c. () O lote é de alguém da família

d. () O lote é cedido

e. () Comprou, mas não é o titular

f. () Outra Qual? _____

12. Mora no assentamento?

a. () Sim

b. () Não

c. () NS

d. () NR

13. Possui filhos?

a. () Sim

b. () Não

c. () NS

d. () NR

14. Em caso positivo, quantos filhos possui? |__|__| Homens|__|__| Mulheres

a. () NS

b. () NR

c. () NP

15. Ano em que chegou à região do assentamento

|__|__|__|__|

a. () NS

b. () NR

16. Já vivia na área do assentamento antes deste ser criado?

a. () Sim

b. () Não

c. () NS

d. () NR

17. Onde o(a) Sr.(a) morava quando veio para o assentamento ?

a. () Na vizinhança do assentamento

b. () Em área rural no mesmo município

c. () Em área urbana no mesmo município

d. () Em área rural em outro município

e. () Em área urbana em outro município

f. () Em área rural em outro estado

g. () Em área urbana em outro estado

II- Estimativa da área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e por agricultura familiar. Ref. tabela-2

18-Qual a área do seu assentamento?

a. Menos de 1 ha ()

b. 1 a menos de 2 ha ()

c. 2 a menos de 5 ha ()

d. 5 a menos de 10 ha ()

e. 10 a menos de 20 ha ()

f. 20 a menos de 20 ha ()

g. 50 a menos de 100 ha ()

h. 100 a menos de 200 ha ()

i. 200 a menos de 500 ha ()

III- indicadores e classificação da agricultura familiar para a região de Marabá. Ref. tabelas – 6 e 7

19-O assentamento possui membros não remunerados menores de 14 anos?

a- Sim () b. Não ()

20-Em caso positivo, quantos? () homens () mulheres)

21-Possui responsáveis e membros da família maiores de 14 anos?

a- Sim () b. não ()

22-Em caso positivo, quantos? () homens () mulheres

23-Possui trabalhador (es) contratado (s)?

a. Sim () não ()

24- Em caso positivo, quantos? Homens () Mulheres ()

25- Quantas pessoas da família trabalham no assentamento?

a. Homens () b. Mulheres () c. Crianças ()

IV- Quanto ao número de estabelecimentos agropecuários que usam adubos e corretivos, energia elétrica e força animal. Ref. Tabela 10

26-O (a) senhor (a) faz uso de adubos e corretivos neste assentamento?

a. Sim () b. não ()

27-Em caso positivo, em qual quantidade? _____

28-O (a) senhor (a) usa/ possui energia elétrica ?

a. Sim () b. não ()

29-O (a) senhor (a) usa força animal nesta propriedade?

a. Sim () b. Não ()

V – Quanto ao valor da produção e percentual por grupo de atividade econômica. Ref. Tabelas 12 e 14

30-Quais atividades econômicas são praticadas no assentamento?

a. Animais de grande porte ()

b. Animais de médio porte ()

c. Aves e pequenos animais ()

- d. Lavoura permanente ()
- e. Lavoura temporária ()
- f. Horticultura e floricultura ()
- g. Silvicultura ()
- h. Extração vegetal ()
- i. Agroindústria ()

31-Qual o valor bruto aproximado da sua produção?_____

32-Qual o percentual aproximado de cada atividade econômica praticada no assentamento?_____

VI - Arranjos produtivos prioritários

33-Quais atividades econômicas são prioritárias?

- a. Gado corte ()
- b. Gado leite ()
- c. Mandioca ()
- d. Frutas ()
- e. Hortaliças ()

VII- Para estabelecimentos que desenvolvem atividade pecuária. Ref . Tabelas 18 a 21.

34-Você desenvolve atividade pecuária neste assentamento?

- a. Sim ()
- b. não ()

35. Em caso positivo, qual porcentagem da área é destinada à pecuária?

-----%

36. Já havia capim plantado na área ?

- a. sim ()
- b. não ()

37. Em caso positivo, qual porcentagem da área ? _____%

38. A criação do gado é para corte ou para leite?

- a. Corte ()
- b. leite ()

39. Em caso de leite, possui quantas vacas para ordenha?_____

40. Qual a produção diária de leite? _____ litros
41. Qual a média diária de produção de cada animal? _____ litros
42. Qual o destino da produção do leite?
- a. Laticínio ()
 - b. Queijeira ()
 - b. consumo familiar ()
 - c. alimentação de animais ()

VIII- Para os estabelecimentos que produzem mandioca

- 43- Qual porcentagem do lote é destinado à plantação da mandioca? _____%
- 44- Qual a média mensal de produção de farinha _____
- 45- Qual o destino da produção?
- a. Comercial ()
 - b. consumo familiar ()

Em caso de comercialização, onde ocorre?

- a. Feiras livres locais ()
- b. Feiras livres em outras cidades ()

IX- Para estabelecimentos que produzem ou coletam frutas

- 46- Há produção de frutas? Quais _____
- 47- há coleta de frutas? quais _____
- 48- Qual a média mensal de produção? _____ e de coleta? _____
- 49- Qual o destino? a. comercial () b. consumo familiar ()

X-Para estabelecimentos que produzem hortaliças

- 50- Quais hortaliças são plantadas? _____
- 51- Qual média semanal da produção? _____
- 52- Qual o destino da produção? _____

XI – Quanto ao valor das despesas realizadas no ano. Ref. Tabelas 25 e 26

- 53-Do valor bruto da sua produção, em quais atividades abaixo houve as maiores despesas?

- a. Salários pagos em dinheiro e produtos () _____%
- b. Valor de cota parte entregue a parceiros () _____%
- c. Arredamento e parceria de terra () _____%
- d. Adubos e corretivos () _____%
- e. Sementes e mudas () _____%
- f. Agrotóxicos () _____%
- g. Medicamentos para animais () _____%
- h. Alimentação dos animais () _____%
- i. Ovos fertilizados e pintos de um dia () _____%
- j. Aluguel de máquinas e equipamentos () _____%
- k. Serviço de empreitada () _____%
- l. Transporte da produção () _____%
- m. Juros e despesas bancárias () _____%
- n. Impostos e taxas () _____%
- o. Sacarias e outras embalagens () _____%
- p. Combustíveis e lubrificantes () _____%
- q. Energia elétrica () _____%
- r. Outras () _____%

54-O (a) senhor (a) acessou algum financiamento do governo federal?

- a. Sim () b. Não ()

55-Em caso positivo, qual / quais?

- a. PRONAF ()
- b. PRONAF MAIS ALIMENTO ()

Outros_____

-
- Esta pesquisa está inserida no âmbito do programa da CAPES “Pró-Amazônia: biodiversidade e sustentabilidade”, fazendo parte do projeto intitulado “Desenvolvimento de competências e formação de recursos humanos em áreas degradadas em projetos de assentamento em áreas amazônicas”, tendo como instituições parceiras a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário/Delegacia Federal no Estado do Pará (DFDA/PARÁ).
 - A elaboração desta Tese de Doutorado contou com apoio financeiro do projeto "Rede Amazônica de Pesquisa interdisciplinar – RAPI".
-